



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMANDA CAROLINE GALDINO

**A IMAGEM AMBIENTAL DO BRASIL NO EXTERIOR POR *THE ECONOMIST* E
THE NEW YORK TIMES: UMA ANÁLISE DE NOTÍCIAS (2019-2020)**

JOÃO PESSOA, PB

2023

AMANDA CAROLINE GALDINO

**A IMAGEM AMBIENTAL DO BRASIL NO EXTERIOR POR *THE ECONOMIST* E
THE NEW YORK TIMES: UMA ANÁLISE DE NOTÍCIAS (2019-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais

Área de Concentração: Política Externa e Segurança

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silvia Garcia Nogueira

JOÃO PESSOA, PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G149i Galdino, Amanda Caroline.
A imagem ambiental do Brasil no exterior por The Economist e The New York Times [manuscrito] : uma análise de notícias (2019-2020) / Amanda Caroline Galdino. - 2023.
143 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Sílvia Garcia Nogueira, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Meio ambiente. 2. The New York Times. 3. The Economist. 4. Imagem ambiental do Brasil. I. Título

21. ed. CDD 344.046

AMANDA CAROLINE GALDINO

**A IMAGEM AMBIENTAL DO BRASIL NO EXTERIOR POR *THE ECONOMIST* E
THE NEW YORK TIMES: UMA ANÁLISE DE NOTÍCIAS (2019-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança

Aprovado em: 15/03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Participante Externo
Universidade Federal da Paraíba

*À minha avó Geni, mainha Sheila, titia
Jussara e tia Lúcia, por serem a força
propulsora das minhas raízes.*

AGRADECIMENTOS

A professora e orientadora Silvia Garcia Nogueira, que vem fazendo parte da minha trajetória acadêmica desde a iniciação científica, e que tem sido uma das minhas grandes inspirações, por sua maestria profissional e afetuosa na forma como ensina e orienta, tornando esse caminho extremamente proveitoso e enriquecedor, mas acima de tudo, mais leve.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que por meio da concessão da bolsa de estudo, tornou possível a produção dessa pesquisa com dedicação exclusiva.

Aos professores da minha banca de qualificação, Filipe Reis Melo, Giovanni Seabra e Túlio Ferreira pela cordialidade nas críticas e ricas contribuições, que foram fundamentais para a continuidade e desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço, mais uma vez, aos professores Filipe Reis Melo e Túlio Ferreira, por sua disponibilidade e aceite para participar da finalização de um ciclo tão importante da minha trajetória acadêmica, é uma honra tê-los em minha banca de defesa.

Ao professor Filipe Reis Melo, novamente, por ter sido o meu orientador no estágio-docência, fase importante para o trajeto que estou cursando e que se tornou ainda mais estimulante sob sua orientação, confirmando o meu desejo e certeza sobre o que venho escolhendo todos os dias.

A todo o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, pelos debates, questionamentos e partilha de tanto conhecimento, que contribuíram na elaboração desta dissertação.

A Secretaria do PPGRI, Sírnia Bandeira e Valentim Rodrigues, por toda a sua prestatividade, empenho e paciência para facilitar os processos burocráticos.

Aos meus colegas de curso, pela rede de apoio e trocas durante o mestrado.

Aos meus primos Lucianne e Benjamim, pelos incentivos e por sempre vibrarem junto comigo.

A minha família, por acreditarem em mim com todo o cuidado e amor.

A Dayane Mirelly, por sua amizade, pelas palavras cuidadosas e de acalanto, que me ajudaram a respirar em momentos que eu não lembrava como.

Aos meus amigos, pelos momentos de alegria, brincadeiras, risadas, danças e banhos de mar, lembrando sempre que a vida é pra ser vivida.

A todas e todos que de alguma forma serviram de inspiração criativa e contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho

RESUMO

Esta dissertação visa analisar as notícias de *The Economist* (Reino Unido) e *The New York Times* (Estados Unidos) relativas à temática do meio ambiente, presente na agenda da comunidade internacional. O foco recai no modo como tais meios de comunicação estrangeiros delineiam a imagem ambiental do Brasil no contexto do Governo Jair Bolsonaro (2019-2022). As sucessivas queimadas da floresta amazônica e do pantanal no país têm atraído as atenções externas e da mídia estrangeira, sensíveis às mudanças climáticas em curso. Nesse sentido, por sua capacidade de conferir visibilidade e mobilizar/influenciar a opinião pública interna e externa para distintos assuntos, a mídia internacional pode operar como “termômetro” (Marcelino, 2013, p. 102) da imagem pública de um Estado ou governo diante de um tema – no caso, do meio ambiente – informando sobre o sentido dos processos em curso no país (Lafer, 2004) quanto à pauta. Assim, a pergunta que norteia a pesquisa é: como a imagem ambiental do Brasil foi construída no exterior, no período de 2019 a 2020, segundo as notícias dos meios de comunicação estrangeiros *The Economist* e *The New York Times*? Para responder a pergunta, a pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e documental, tem como base as notícias coletadas nos referidos periódicos, submetidas à análise de similitude pelo *software Iramuteq* e o método adotado é o da análise de discurso, por Fairclough (2003, 1995, 1989) para entender a significação do conteúdo textual. É também uma pesquisa bibliográfica, pois apoia-se no referencial bibliográfico (doutrina e documentos) de fontes secundárias de autores da mídia e abordagem construtivista das relações internacionais. Nesse sentido, discussões sobre o papel da mídia como formadora de opinião pública internacional e seu poder discursivo nas relações internacionais são tecidas. Em seguida, há a identificação dos meios de comunicação estrangeiros selecionados e análise qualitativa de suas reportagens. Por último, é efetuada uma análise da imagem ambiental do Brasil veiculada pelos portais midiáticos estrangeiros selecionados sob a perspectiva construtivista, em que são comparadas as representações discursivas das matérias entre os portais de imprensa selecionados em relação ao Brasil quanto ao meio ambiente. Concluiu-se que no período analisado de 2019 a 2020, sob o contexto do governo Bolsonaro, houve a construção de uma imagem ambiental do Brasil descredibilizada, a qual não transmitiu confiança para o exterior, seja para lideranças políticas, organizações governamentais e não governamentais, bem como para o mercado internacional, preocupados com o meio ambiente.

Palavras-chave: Imagem do Brasil; Meio Ambiente; The New York Times; The Economist.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the news from The Economist (United Kingdom) and The New York Times (United States) related to the theme of the environment, present in the agenda of the international community. The focus is on how such foreign media outline the environmental image of Brazil in the context of the Jair Bolsonaro Government (2019-2022). The successive burnings of the Amazon rainforest and the Pantanal in the country have attracted the attention of the external and foreign media, sensitive to the ongoing climate changes. In this sense, due to its ability to provide visibility and mobilize/influence internal and external public opinion on different subjects, the international media can operate as a “thermometer” (Marcelino, 2013, p. 102) of the public image of a State or government in the face of a theme – in this case, the environment – informing about the meaning of the ongoing processes in the country (Lafer, 2004) regarding the agenda. Thus, the question that guides the research is: how was the environmental image of Brazil built abroad, in the period from 2019 to 2020, according to the news from foreign media The Economist and The New York Times? To answer the question, the qualitative, exploratory and documentary research is based on the news collected in the referred periodicals, submitted to the similarity analysis by the Iramuteq software and the method adopted is the discourse analysis, by Fairclough (2003, 1995, 1989) to understand the meaning of textual content. It is also a bibliographical research, as it is based on the bibliographic reference (doctrine and documents) of secondary sources of media authors and constructivist approach to international relations. In this sense, discussions about the role of the media as a maker of international public opinion and its discursive power in international relations are woven. Then there is the identification of selected foreign media and qualitative analysis of their reports. Finally, an analysis of the environmental image of Brazil conveyed by selected foreign media portals is carried out under the constructivist perspective, in which the discursive representations of the subjects are compared between the selected press portals in relation to Brazil in terms of the environment. It was concluded that in the period analyzed from 2019 to 2020, under the context of the Bolsonaro government, there was the construction of a discredited environmental image of Brazil, which did not convey confidence abroad, whether for political leaders, governmental and non-governmental organizations, as well as for the international market, concerned about the environment.

Keywords: Image of Brazil; Environment; The New York Times; The Economist.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Árvore de coocorrência: análise de similitude das notícias sobre meio ambiente no Brasil - <i>The New York Times</i> (2019).....	88
Figura 2: Árvore de coocorrência: análise de similitude das notícias sobre meio ambiente no Brasil - <i>The New York Times</i> (2020).....	90
Figura 3: Árvore de coocorrência: análise de similitude das notícias sobre meio ambiente no Brasil - <i>The Economist</i> (2019).....	91
Figura 4: Árvore de coocorrência: análise de similitude das notícias sobre meio ambiente no Brasil - <i>The Economist</i> (2020).....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Notícias gerais e de meio ambiente pelo <i>The New York Times</i> (2019-2020).....	47
Tabela 2 – Notícias gerais e de meio ambiente pelo <i>The Economist</i> (2019-2020).....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MOPRI – Mídia, Opinião Pública e Relações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIBIC – Projeto de Iniciação Científica

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PODER DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DOS PAÍSES	22
2.1 Os discursos e representações sociais nas Relações Internacionais.....	23
2.2 Os usos do poder midiático na construção de imagem.....	30
3 NOTÍCIAS SOBRE BRASIL E MEIO AMBIENTE NAS PÁGINAS DO <i>THE NEW YORK TIMES</i> E <i>THE ECONOMIST</i>	43
3.1 Notícias pelo <i>The New York Times</i>	45
3.2 Notícias pelo <i>The Economist</i>	69
4 O RETRATO AMBIENTAL DO BRASIL NA ÓTICA DO <i>THE ECONOMIST</i> E <i>THE NEW YORK TIMES</i> (2019-2020)	87
4.1 O que os números e a análise de similitude mostram.....	88
4.2 O que os conteúdos dizem.....	96
4.3 A identidade ambiental brasileira na ótica do <i>TNYT</i> e <i>The Economist</i>	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	125
REFERÊNCIAS DO <i>THE NEW YORK TIMES</i>	133
REFERÊNCIAS DO <i>THE ECONOMIST</i>	140

1 INTRODUÇÃO

A partir do período democrático, sucessivo ao fim do governo militar (1964-1985), o Brasil apresenta um histórico de esforços para a formação e a gestão positiva da sua imagem no exterior, principalmente atrelada a valores que prezam pela proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas e aos direitos humanos (Ricupero, 2020; Lafer, 2018; Nogueira, 2016; Lafer, 2004). Contudo, sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a projeção internacional de uma atuação brasileira positiva sobre a temática ambiental não pareceu obter a importância que geralmente lhe é atribuída por suas reservas naturais e ampla diversidade biológica (flora e fauna), consideradas componentes do *soft power* brasileiro (Gaetani & Teixeira, 2021; Abranches, 2020; Lafer, 2020, 2018, 2004; Ricupero, 2020), especialmente no contexto das mudanças climáticas, em que a atenção se volta para o modo como esses recursos estão sendo gerenciados (Nye, 2021).

O conceito de *soft power* (poder brando) desenvolvido por Joseph Nye (2004) trata da capacidade de alcançar objetivos a partir da atração, sem precisar agir por meio de coerção. Assim, quando as políticas de um país são legitimadas perante a visão dos outros, ocorre o aprimoramento do poder brando. A promoção dessa atração se torna ainda mais proeminente na era da informação (Nye, 2011). Conforme apresentado recentemente, as fontes do poder brando de um país são a cultura, os valores políticos, como democracia e direitos humanos (ao serem respeitados), mais as políticas, enquanto legitimadas pela percepção dos outros, pois leva em consideração os interesses dos outros. A influência de um governo sobre outros, pode ser dada pelo exemplo de comportamento em seu próprio país - como a proteção da liberdade de imprensa e o direito de manifestação -, nas instituições internacionais - na consulta a outros e promoção do multilateralismo¹ -, e por sua política externa - através da promoção do desenvolvimento e direitos humanos, por exemplo (Nye, 2022).

Além disso, o *soft power* também tem sido um recurso utilizado por empresas, universidades, fundações, igrejas e movimentos de protesto. Algumas de suas atividades reforçam os objetivos da política externa oficial e, às vezes, vão contra eles. Na era das mídias sociais, essas fontes privadas de *soft power* têm se tornado mais importantes (Nye, 2022). Nesse sentido, esta pesquisa, além de compreender a construção da imagem ambiental do

¹ Em síntese, o multilateralismo, se trata de uma tomada de decisão em que é fundamental o consenso e negociação com várias partes (ZAMBRANO JAUREGUI, 2013).

Brasil como exercício de *soft power*, também entende os efeitos do advento da mídia enquanto agente/ator com capacidade de influência. Desse modo, o Estado pode alcançar os resultados desejados por meio da atração no lugar da coerção (militar ou econômica, por exemplo) desde que tenha eficácia no uso dos meios de comunicação, ou na forma como usufrui do poder de visibilidade proporcionado pela mídia, a partir da diplomacia midiática (Nogueira & Burity, 2015), que segundo Gilboa (2001), ocorre quando os meios de comunicação de massa são utilizados para exercer a diplomacia estatal. Nye (2004), em uma entrevista a Júlia Camargo (2008, p. 40), enfatizou a relevância dos meios de informação nas Relações Internacionais, no sentido de que sua projeção, através das notícias, vai além das fronteiras, ou seja, do local ao global, e, por isso, a mídia pode ser considerada um ator² transnacional.

Isso foi demonstrado por Nogueira (2016, p. 297), quando em uma entrevista à autora, um mês antes da Conferência da “Rio+20”, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, o coordenador da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) no primeiro governo Dilma Roussef (2011-2014), explicou que, como forma de demonstrar a vocação do Brasil para o desenvolvimento sustentável - que compreende também o desenvolvimento ambiental, produtivo e social -, foi realizado um convite aos formadores de opinião pública e jornalistas estrangeiros para terem conhecimento das indústrias em São Paulo e de outras experiências produtivas sustentáveis no Sul do país. Por conseguinte, as visitas foram efetuadas em 2012.

No caso do presente estudo, a atenção é voltada para a atuação da mídia, como meio para o exercício de *soft power*, ao retratar essa imagem do Brasil em uma temática que é pertinente para esse tipo de poder. Conceito trazido como contribuinte para a compreensão da importância dessa representação do país no cenário internacional. A imagem do país tem sofrido impactos com relação a sua posição na temática ambiental e a forma como tem sido difundido pela mídia. Isso porque quando o desmatamento no Brasil, principalmente da floresta amazônica, atingiu um novo recorde em 2019, foram constatadas críticas contundentes à performance diplomática e à atuação do então presidente brasileiro, Jair

²⁴[...] ator é quem, num cenário, assume diversas funções, não se mantém constante, é quem a cada contexto histórico se veste e se transforma num personagem diferente. [...] Sob essa ótica, o verdadeiro ator do cenário internacional, capaz de apresentar tais características, é a mídia, desde a mídia tradicional até as novas mídias (OLIVEIRA, 2010, p. 378).

Bolsonaro (2019-2022), no enfrentamento da problemática ambiental instalada no país, em editoriais, charges e vídeos da mídia estrangeira (Nogueira, Melo & Galdino, 2020).

Outro exemplo de preocupação sobre a questão ambiental no Brasil foi a divulgação, em 2019, por jornais de circulação internacional, do desastre ambiental ocorrido no litoral do Nordeste do Brasil, provocado pela contaminação de petróleo cru nesta região, que causou danos à biota marinha e à saúde humana. A reprodução midiática sobre o assunto foi veiculada, segundo Lúcio (2019), pelo *Clarín* (Argentina), *El Tiempo* (Colômbia), *El País* (Uruguai), *El Universal* (Venezuela), *Merco Press South Atlantic News Agency* (Uruguai), *The Wall Street Journal* (Estados Unidos), CBS (Estados Unidos), *The Sunday Time* (Reino Unido), *The Guardian* (Reino Unido), *The Telegraph* (Reino Unido), RTÉ (Irlanda), *El País* (Espanha), *De Telegraaf* (Holanda), *Vaaju* (Áustria), *Tocka News and Entertainment* (Macedônia), *Bljesak* (Bósnia e Herzegovina), *Noizz News* (Bósnia e Herzegovina), *СРБИЈА.ИИФО* (Sérvia), *Naslovi* (Croácia), *Times Select* (África do Sul), *Sunday Times* (África do Sul), *India Times* (Índia), *Gulf News* (Emirados Árabes Unidos), *The Straits Times* (Singapura) e *Channel News Asia* (Singapura). Perante o ocorrido, houve a percepção da inércia de políticas governamentais em relação à gestão da crise ambiental apresentada em 2019 (Lúcio, 2019).

Paralelo a isso, no Brasil, foi verificado um avanço no enfraquecimento de organizações e instituições ligadas à regulamentação ambiental e climática, ciência e povos indígenas, que, segundo Empinotti *et al.* (2021), adveio de uma articulação de setores conservadores em combinação com o papel do Estado. No contexto da pandemia, decorrente da Covid-19, Vale *et al.* (2021) concluíram que a atual administração desfrutou deste contexto para avançar na desregulamentação de leis voltadas para a proteção ambiental e, mesmo com o aumento do desmatamento, houve a redução de 72% das multas contra crimes ambientais. O que poderia impulsionar a perda contínua da biodiversidade, as emissões de gases de efeito estufa e a probabilidade de surgirem outros surtos de doenças zoonóticas que podem causar danos graves aos povos tradicionais e indígenas. Para a reversão dessas ações nocivas, os autores destacam o papel fundamental da comunidade científica, da mídia e da sociedade civil, nos níveis nacional e internacional.

No caso do presente estudo, a atuação midiática é compreendida pelo seu aspecto estratégico nas relações de poder entre os Estados, seja para promover seus interesses ou para apresentar uma inserção internacional positiva do país (Valente & Santoro, 2007). Diante do

exposto, esta pesquisa se volta para a importância da atuação midiática sobre o tema de meio ambiente, este enquanto *soft power* do Brasil, e a compreensão da atuação da mídia na construção de sua identidade nacional e internacional (Cazzamatta, 2020; Nogueira, 2012; Lafer, 2004) em relação ao assunto, visto que pode ter sua construção a partir de representações coletivas internas e externas produzidas pelos discursos midiáticos (Epstein, 2009; Fairclough, 2003, 1995, 1989).

Dessa forma, a pergunta que norteia a pesquisa é: como a imagem ambiental do Brasil foi construída no exterior, no período de 2019 a 2020, segundo as notícias dos meios de comunicação estrangeiros *The Economist* e *The New York Times*?

Por meio da perspectiva ocidental de que as interações sociais modernas³, ou também pós-modernas⁴, ocorrem a partir ou através da mídia (Nogueira, 2012; Thompson, 2002), que a imprensa internacional é considerada um “termômetro” pertinente sobre a imagem pública de um país (Marcelino, 2013, p. 102) e esta imagem é um fator de poder para o seu *status* na comunidade internacional (Gilboa, 2001, p. 2), esta dissertação visa analisar as notícias de *The Economist* (Reino Unido) e *The New York Times* (Estados Unidos) relativas à temática do meio ambiente, presente na agenda da comunidade internacional. O foco recai no modo como tais meios de comunicação estrangeiros delineiam a imagem ambiental do Brasil no contexto do Governo Jair Bolsonaro (2019-2022). As sucessivas queimadas da floresta amazônica e do pantanal no país vêm atraindo as atenções externas e da mídia estrangeira, sensíveis às mudanças climáticas em curso.

Além disso, esta pesquisa considera o estudo de outros autores, os quais demonstram a relevância do papel da Mídia e da Opinião Pública nas Relações Internacionais, por meio de distintas manifestações e performances (Nogueira, Galdino & Conceição, 2022; Ferreira & Oliveira, 2022; Melo & Chagas, 2022; Cirino, 2022; Ferreira & Cunha, 2021; Ribeiro, Burian & Urdinez, 2021; Cazzamatta, 2020; Cirino, Leite e Nogueira, 2019; Nogueira, 2016; Nogueira & Burity, 2015; Burity, 2013, 2012; Oliveira, 2010; Camargo, 2008; Valente & Santoro, 2007; Gilboa, 2001), além da negligência apontada por esses autores no que concerne aos estudos envolvendo a configuração midiática nas Relações Internacionais.

³ “[...] a palavra *modernus* foi utilizada inicialmente no final do século V para diferenciar um presente tomado “cristão” de um passado romano “pagão”. Desde então a expressão possui a conotação de uma descontinuidade proposital do novo diante do antigo. A expressão “moderno” continuou a ser utilizada na Europa - cada vez com conteúdos diferentes - para expressar a consciência de uma nova época” (Habermas, p. 168).

⁴ “[...] a palavra pós-moderna designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (Lyotard, p. xv).

Do ponto de vista acadêmico e pessoal, a autora é membro do grupo de Pesquisa de Mídia, Opinião Pública e Relações Internacionais (MOPRI), e leva em consideração o estado ainda emergente e pouco explorado do papel dos meios de comunicação nas Relações Internacionais no PPGR/UEPB, particularmente também no que concerne à cobertura que envolve o meio ambiente, e que tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões dos meios de comunicação (Oliveira, 2010).

Portanto, aspira-se poder contribuir academicamente para o debate sobre a atuação da mídia como importante formadora de opinião pública internacional nas Relações Internacionais e o seu papel em processos de difusão de ideias acerca da temática ambiental, envolvendo, nesse caso, a imagem do Brasil no âmbito internacional.

Decidiu-se dar continuidade a essa área de estudo no mestrado, pois o interesse e a inspiração no campo teve origem na graduação, quando a autora desta pesquisa produziu, no nível da Iniciação Científica do Pibic/UEPB/CNPq (2019-2020)⁵, o artigo “Imagem ambiental de Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana” (Nogueira, Melo e Galdino, 2020), publicado na Revista Sul Global/UFRJ, além de elaborar um segundo, publicado no dossiê Mídia e Relações Internacionais, da Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais/UFPB, incentivando também a exploração do campo no Trabalho de Conclusão de Curso (Galdino, 2020), e por último, o artigo “Os *tweets* de Bolsonaro e a cobertura do *The New York Times*: enfoques distintos sobre a pandemia de covid-19 e a vacina no Brasil” (Nogueira, Galdino e Conceição, 2022), publicado no dossiê Mídia e Relações Internacionais na Revista de Estudos Internacionais.

Além disso, no âmbito do grupo de Pesquisa de Mídia, Opinião Pública e Relações Internacionais, produziu o capítulo de um livro envolvendo o tema da pesquisa, pelo Selo do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, resultante do I Seminário Nacional do MOPRI.

A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e documental, em função da análise das notícias coletadas nos portais de comunicação acessados virtualmente, *The Economist* (Reino Unido) e *The New York Times* (Estados Unidos). Para a seleção dos referidos periódicos, seguiram-se os critérios do seu alto alcance público no nível internacional, bem como pelo reconhecimento e predominância internacional desses meios de

⁵ Projeto coordenado por Silvia Garcia Nogueira. Aproveito para agradecer o suporte da bolsa de iniciação científica do CNPq para a realização da pesquisa.

comunicação. *The New York Times*, por exemplo, é considerado uma referência no plano internacional (Camargo, 2008), também conhecido pelo “efeito *The New York Times*”, com uma influência extensamente reconhecida, cuja capacidade de publicação é marcada pelo fenômeno de definir agendas para outros meios de comunicação (Pennington & Birthisel, 2016). Por sua vez, *The Economist* tem suas publicações como algumas das mais influentes no mundo, com importância reconhecida por jornalistas e veículos de mídia ao redor do mundo (Alves, Luciano e Ceratti, 2013).

Nos últimos dados obtidos, em 2021, *The Economist* alcançou a circulação de 1.583.965, desse total, 709.153 foram no modo impresso e 874.802 no meio digital (Press Gazette, 2021). Já *The New York Times* contou com 164,2 milhões de leitores globalmente (Jennings, 2021) - a significativa amplitude desses meios de comunicação é relevante para a visibilidade obtida pelo país ao ser difundido por eles.

Para a seleção dos seguintes veículos de comunicação, considerou-se como critério também seu acesso virtual e posicionamento político, dos quais ambos são identificados como de posição política liberal conservadora (*The Economist*, *The New York Times*), pois a posição desses meios de comunicação têm influência nos enquadramentos diversos apresentados em suas notícias (Da Nóbrega Monteiro & Lessa, 2020), fator influente para o discurso construído sobre a temática ambiental e para como os responsáveis por sua gestão são apresentados. Os meios de comunicação foram acessados virtualmente, e na sua caixa de busca foi inserida a palavra “Brasil” para a coleta de todas as notícias referentes ao país no recorte temporal de 2019 a 2020. Também foi contabilizado o total de notícias por cada veículo de comunicação ao final da pesquisa. Espera-se, com isso, apresentar a frequência com que cada portal midiático estrangeiro cobriu o Brasil na sua relação com o meio ambiente.

As reportagens coletadas que deram espaço à temática ambiental relacionada ao país nestes portais midiáticos são submetidas a uma análise de similitude pelo *software* Iramuteq, que, ao gerir um grafo⁶, torna possível observar a conexão entre as palavras do *corpus textual*, além de permitir a compreensão da estrutura de construção do texto e os assuntos de relativa

⁶ “A teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. Para tanto, são empregadas estruturas chamadas de grafos, $G(V,E)$, em que V é um conjunto não vazio de objetos denominados vértices e E é um conjunto de pares não ordenados de V , chamado arestas. Sua aplicação é ampla. No caso presente, os grafos auxiliam na caracterização e na visualização gráfica do corpus, permitindo a interpretação do conteúdo textual” (Salviati, 2017, p.13).

importância, a partir da coocorrência entre as palavras (Salviati, 2017). O objetivo é compreender a estrutura de construção do texto e a coocorrência das palavras que ganham mais destaque quando atreladas ao meio ambiente no país. Além disso, foi elaborada uma comparação entre os meios de comunicação selecionados em termos de convergências e divergências de cobertura sobre o tema desta pesquisa.

O método aplicado na pesquisa é o da análise crítica do discurso para as notícias, a partir do que fundamenta Fairclough (2003, 1995, 1989) para auxiliar o entendimento da significação do conteúdo textual, o qual destaca a natureza linguística e discursiva do poder da mídia, entendendo que o discurso é uma forma de representação inserida em dinâmicas de ideologia e poder com capacidade de criar significados, noção esta envolvida no processo de produção, distribuição e consumo de um discurso.

A pesquisa também é bibliográfica, pois tem como apoio o referencial bibliográfico (doutrina e documentos) em fontes secundárias de autores da abordagem construtivista, enfatiza a importância e o papel do discurso (Montanini, 2018; Camargo, 2008; Onuf, 1992, 1989) e sua difusão de ideias, identidades e interesses (Wendt, 1992) para a construção de entendimentos coletivos nas relações internacionais, em interface com textos pertinentes à Mídia (Cazzamatta, 2020, Cirino, Leite e Nogueira, 2019; Camargo, 2008, Nogueira, 2016; Burity, 2012; Oliveira, 2010; Gilboa, 2001).

Assim, para alcançar o objetivo proposto, a dissertação se propõe a: a) tecer discussões a respeito do papel da mídia como formadora de opinião pública internacional e seu poder discursivo nas relações internacionais; b) analisar qualitativamente as representações discursivas das notícias entre os meios de comunicação selecionados em relação ao Brasil quanto ao meio ambiente; c) comparar e analisar as notícias relativas que versaram sobre a imagem ambiental do Brasil sob a perspectiva construtivista.

A Dissertação está organizada em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, O Poder da Mídia na Construção de Imagem dos Países, foram tecidas discussões a respeito da mídia enquanto formadora de opinião pública internacional e seu poder discursivo nas relações internacionais. No segundo capítulo, intitulado Notícias sobre o Brasil e Meio Ambiente nas Páginas do *The New York Times* e *The Economist*, foram identificados os meios de comunicação estrangeiros selecionados, em que é trazida a breve história contida por cada um deles, sua posição política e seu alcance público, além de serem apresentadas as notícias e o volume desse material por cada um dos veículos

de comunicação. No terceiro capítulo, O Retrato Ambiental do Brasil na Ótica do *The Economist* e *The New York Times*, os dados foram processados e analisados pela análise de similitude do *software* Iramuteq, como forma de identificar quais palavras foram centrais, bem como quais foram suas ramificações no tema de meio ambiente relativo ao Brasil pelas notícias veiculadas por cada um dos portais jornalísticos. Em seguida, as notícias foram comparadas e analisadas sob a perspectiva construtivista das relações internacionais, para apresentar, finalmente, quem é o Brasil retratado por *The Economist* e *The New York Times* no período analisado.

2 O PODER DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DOS PAÍSES

Dar visibilidade a uma ideia, sujeito ou instituição, significa provocar reações. Significa estimular a imaginação em busca de outros códigos de confronto ou adesão. A midiaticização é o processo ubíquo privilegiado de atribuição de poder, através da visibilidade e ocultamento de fatos, sujeitos e instituições, através de dispositivos da linguagem, da ordenação do tempo e espaço, de reprodução e representação da realidade, de controles estéticos sobre a verdade (Weber, 2004).

A epígrafe que abre este capítulo traz ao leitor a dimensão do poder da mídia. O processo de midiaticização é acionado por investimentos financeiros e interesses econômicos e políticos. Sob o domínio desses interesses, sobre parte da circulação de informações nas redes do "Sistema Global de Comunicações" - reconhecidos como a grande mídia por Weber (2004) - é que são determinadas a constituição de imagens públicas. Com a globalização, mais o rearranjo político-geográfico do mundo, e o redimensionamento do poder, à frente do controle das nações, o conceito positivo passa a ser o capital mais importante que concede aos sujeitos e instituições de todas as esferas o alcance e a negociação aos capitais políticos e econômicos.

O conceito tem na sua composição diversas imagens complementares, ou divergentes entre si, cujo produto final é positivo. A busca por um conceito mais perene, especialmente para a obtenção de uma imagem favorável, combina aspectos primordiais da política contemporânea: a sua profunda ligação com o espaço midiático e a produção e a participação em espetáculos. Desse modo, a ambição por uma imagem pública favorável condensa o movimento da política contemporânea, que serve como indicador de qualidade e credibilidade nas competições por manutenção e aquisição de poder.

Sob essa compreensão, a Mídia será explorada neste capítulo em interface com as Relações Internacionais, uma perspectiva que se soma à visão já plural e interdisciplinar da natureza e campo das Relações Internacionais para observar a realidade internacional (Da Nóbrega Monteiro & Lessa, 2020). Nele são tecidas discussões a respeito da mídia enquanto formadora de opinião pública internacional e seu poder discursivo nas relações internacionais, bem como a importância da mídia e sua atuação na construção de imagem, considerando a relevância dos discursos difundidos. Para isso, apoia-se em discussões de base construtivista, que serão retomadas no terceiro capítulo.

2.1 Os discursos e representações sociais nas Relações Internacionais

Conforme a abordagem construtivista das Relações Internacionais, o mundo é fruto de uma construção social (Onuf, 2012), em que a estrutura é uma instituição criada pelos Estados a partir de suas interações, processo no qual suas identidades também são constituídas (Wendt, 1992).

Para esta dissertação, com a importância que é atribuída à mídia como disseminadora de discursos, ideias e valores, convém a relevância da linguagem e do discurso nas Relações Internacionais, sustentada por Onuf (1998), que propõe as regras, nas teorias dos atos de fala, dadas em três categorias - assertiva, diretiva e de compromisso - cuja função é identificar os diferentes modos sobre como as regras podem ser constitutivas e reguladoras.

No ato de fala assertivo, é possível que este se caracterize de modo geral como princípio ou instrução (Onuf, 1998). Quando compreendido por Camargo (2008) e Montanini (2018), no campo midiático, apresenta que os meios de comunicação exercem o ato de fala assertivo ao trazerem notícias que comunicam o que acontece no mundo e como funciona. O ato de fala diretivo contém uma forma de ordem (Onuf, 1998), as notícias que cumprem com esse ato de fala são as de caráter opinativo, que tendem a expressar a crítica ou reflexões do editorial e as sugestões do que deveria ser feito com relação a determinado tema ou situação (Camargo, 2008). Já o comissivo (ou de compromisso) orienta sobre a necessidade de engajamento no cumprimento de uma ordem (Onuf, 1998). No caso deste último, é apontada uma mídia que geralmente está sob comando de um regime político autoritário e, portanto, recebe ordens restritivas sobre o que deve ser publicado. Cada uma das três concepções de sociedade política está constitutivamente relacionada a uma categoria particular de atos e regras de fala.

Os processos da interação social, permeados pelos atos de fala, na dinâmica construtivista explicada por Adler (1999, p. 230), resultam na determinação dos fatos institucionais, que no cenário internacional, por meio da difusão de país a país, alcançam um significado coletivo. De acordo com o autor, a visão comum do construtivismo é de que o mundo material tem sua classificação dependente das interpretações e da linguagem sobre ele, sendo, então, produtos sociais. Desse modo, o mundo material possui diferentes significados coletivos que lhes são atribuídos pela realidade social e pelo conhecimento científico. Isso porque, na construção da realidade social, o conhecimento é um instrumento utilizado pelas

peessoas, enquanto, para o mesmo propósito, os cientistas se utilizam de teorias, conceitos, significados e símbolos (Adler, 1999).

De acordo com Holzscheiter (2013), o discurso é um dos espaços encontrados para a manifestação dos significados e das representações sobre o mundo material. Seguido por esse entendimento, a análise do discurso é uma forma de inserir-se nos processos linguísticos e comunicativos, através dos quais a realidade social é construída. Por um lado, na política internacional, procura-se investigar os efeitos sociais e políticos resultantes do uso particular de um vocabulário. Por outro lado, exploram-se os efeitos produtivos sobre construções particulares da realidade, no que concerne à agência e à identidade dos indivíduos e dos grupos (Holzscheiter, 2013).

As notícias, por exemplo, são apontadas por sua “capacidade de constituir identidades, valores e objetivos” (Melo & Chagas, 2022, p. 180). Ao se apoiarem em Adler (1999), Melo & Chagas (2022), compreendem que, no enquadramento da abordagem dos meios informativos, está presente a construção da realidade, devido ao estabelecimento dos significados que são atribuídos a esta realidade. Além de que, neste processo, os enquadramentos recebem luz sobre uma face da realidade, enquanto se camufla outra. Assim, a narrativa é desenvolvida a partir dos objetivos, valores e ideais dos canais que promovem determinado enquadramento (Melo & Chagas, 2022).

Nessa direção, a análise de discurso examina o alcance desses repertórios e estratégias discursivas particulares e como determinadas representações específicas incluem e excluem opções de ação política (Holzscheiter, 2013; Fairclough, 2003). Este entendimento dialoga com o conceito apresentado por Epstein (2009) e Fairclough (2003), de que os discursos proporcionam significados às realidades física e social, de forma que as sociedades e Estados dão sentido às suas formas de viver e ao mundo ao redor delas a partir do discurso. Segundo Epstein (2009), no discurso há uma composição coesa de ideias, conceitos e categorizações acerca de um objeto específico, o qual é enquadrado a partir de uma determinada forma que delimita os modos de ações em relação a este.

No campo midiático, esse processo de enquadramento é apresentado por Entman (1993) como algo que sucede durante todo o processo de comunicação. O autor teoriza que primeiro o problema é definido, para depois identificar os fatores que causam o problema e, então, avaliar o problema, para, finalmente, oferecer uma solução para ele. No caso do

presente estudo, isso foi observado quanto à forma como a imprensa estrangeira aciona esse processo no enquadramento da temática ambiental em relação ao Brasil.

Há quatro elementos ligados ao enquadramento que são o comunicador, o texto, o receptor do texto e a cultura geral. Ao comunicador, cabe a seleção de questões e informações importantes e quais são insignificantes; fatores que passam pelo seu julgamento o qual pode ser consciente ou inconsciente, orientado pelos enquadramentos que ordenam seu sistema de crenças. O texto, possui enquadramentos que são expressos pela presença ou ausência de determinadas imagens estereotipadas, palavras-chave, frases elaboradas, fontes de informação e sentenças, que proporcionam composições de fatos ou julgamentos para o reforço temático de um objeto. O pensamento e conclusão que orientam os enquadramentos do receptor podem ou não refletir o que o comunicador intenciona nos enquadramentos do texto. Por sua vez, a cultura é o armazenamento de enquadramentos usualmente apresentados; podendo ser definida como aquilo que reúne a composição empiricamente demonstrável de enquadramentos comuns reproduzidos no discurso, e no pensamento de grande parte das pessoas em um agrupamento social. A seleção, destaque e utilização desses quatro elementos cumprem a função de construir um argumento acerca de determinados problemas e o que os provocaram, abordar avaliação e/ou uma resposta resolutiva (Entman, 1993).

Entman (1993, p. 56) afirma que o enquadramento das questões faz parte de “um poder central nos processos democráticos”, em que “as elites políticas” têm atuação enquanto comunicadores para informar ao público acerca dos assuntos políticos e sociais. O autor ainda enfatiza a importância do enquadramento político na influência das respostas do público, cumprindo então um papel fundamental na formação da opinião pública. Assim, por meio de seleção e destaque, o enquadramento atua como forma de trazer compreensão ao público sobre questões, ideias e informações (Entman, 1993).

Alinhado ao entendimento sobre como o objeto é enquadrado, para a análise do discurso, nesse estudo, é seguido o que foi apontado por Fairclough (2001, p. 99) sobre a necessidade do enfoque nos processos de produção, distribuição e consumo textual. Porque, considerando que o discurso é uma forma particular na construção de um assunto, é importante a ênfase sobre qual área de conhecimento esse assunto está sendo mediado e tendo a sua construção particular. Ou seja, podendo ser por notícias, documentários, programas de revista, rádio ou televisão, dado que a representação do discurso difere de acordo com o tipo

de atividade social no qual está inserido, pois segue conforme as diferentes significações e valores que possuem o discurso (Fairclough, 2001).

Segundo Fairclough (2001), os textos midiáticos funcionam tanto de forma ideológica sobre o controle e reprodução social como também enquanto mercadorias culturais em um mercado competitivo, cujo objetivo é entreter as pessoas, e informá-las política e socialmente. Ao informarem a partir de uma estética particular, contribuem na reflexão e na mudança sobre valores e identidades culturais. As várias facetas podem sofrer uma sobreposição, distinguindo-se na sua relevância relativa entre os diversos textos da mídia, em que elementos das formas e significados dos textos são envolvidos de maneiras diferentes, o que leva a textos contraditórios nas suas formas e significados.

Assim, no processo de produção, ocorre a direção institucional sobre as rotinas de organização da mídia, bem como o material que será coletado, selecionado, editado e transformado em texto final. É um processo coletivo, no qual estão incluídos jornalistas, produtores e diversas categorias da equipe editorial e técnica. A essa produção da mídia, o autor pede que o analista se atente às questões:

1. Como o mundo (eventos, relacionamentos, etc.) é representado?
2. Que identidades são configuradas para os envolvidos no programa ou história (repórteres, audiências, 'terceiros', referidos ou entrevistados)?
3. Que relações são estabelecidas entre os envolvidos (relações repórter-público, especialistas-público ou político-público)? (Fairclough, 1995, p. 5, tradução nossa⁷).

Fairclough (1995) complementa que deve haver uma articulação na análise sobre esses aspectos, ou seja, sobre a função ideacional, que na primeira questão, trata das representações particulares e da recontextualização de práticas sociais, que abrange ideologias particulares e sistemas de crença e conhecimento. Na segunda questão, trata-se das construções da identidade pelo escritor e pelo leitor, que é a atenção ao que é destacado no texto, se são fatores como o *status* e papel da identidade, ou elementos individuais e pessoais da identidade, e ainda a construção da relação entre escritor e leitor, se ocorre de modo formal, informal, próxima ou distante (Fairclough, 1995). Isso porque ocorre a recontextualização dos

⁷ “1. How is the world (events, relationships, etc.) represented? 2. What identities are set up for those involved in the programme or story (reporters, audiences, 'third parties' referred to or interviewed)? 3. What relationships are set up between those involved (e.g reporter-audience, expert-audience or politician-audience relationships)?” (Fairclough, p. 5).

eventos e práticas sociais, de acordo com os objetivos, valores e prioridades do meio de comunicação no qual isso é recontextualizado.

Para compreender os significados produzidos pela mídia, é necessário analisar a interação entre o texto e as modalidades semióticas como imagens fotográficas ou efeitos de sons, e como essas interações acabam definindo as distintas estéticas de cada mídia (Fairclough, 1995). Por sua vez, no que se refere à segunda fase do processo, o de distribuição, o autor explica as trajetórias divergentes que um discurso pode ter pelos meios de comunicação de massa. Por exemplo, uma entrevista com um líder político em um único programa de televisão, pode passar por um processo de reciclagem pela mídia, sendo destaque para jornais e programas de notícias, assim como para editoriais, programas de atualidades e programas por telefones (Fairclough, 1995).

Em relação ao processo de consumo, o autor aponta a ampla influência e ramificações que um discurso político midiaticado pode ter sobre aqueles que o recebem. No entanto, uma dificuldade enfrentada pela análise do discurso, é conhecer os diversos modos pelos quais as pessoas falam sobre o que é midiaticado, e como, no caso do discurso político midiaticado, este é recontextualizado, transformado e combinado com fatores de outras fontes discursivas. No entanto, reconhece que há limitação sobre o total entendimento de como esse texto é recebido, uma vez que a leitura vai variar conforme as propriedades do texto e os recursos interpretativos e práticos que o leitor terá sobre o texto. Fairclough (1995) também explica que o número dessa audiência alcançada pela mídia indica o potencial da influência, o poder da mídia e o interesse que isso pode despertar no Estado para controlar essa mídia.

Outrossim, em aproximação ao tema relacionado, Epstein (2009), ao discutir o meio ambiente e a proteção ambiental, apresenta a construção de uma *sinédoque*⁸ sobre o tema, ou seja, quando um problema ou solução é apresentado de forma reduzida em um único conceito. Ele exemplifica como funciona a construção de uma *sinédoque*, quando elucida que o discurso de proteção às espécies, destacado nos anos 1960, e liderado por países, como os Estados Unidos, ao denominar "espécies ameaçadas" (grifo do autor, 2009, p. 105, tradução nossa), abrangeu o significado de salvar espécies ameaçadas e o planeta ameaçado como um

⁸ “A sinédoque é uma figura de linguagem comumente mobilizada em práticas voltadas para efetuar alguma forma de impacto ou mudança imediata e espetacular, ou mesmo um “efeito mágico”. [...] Mais amplamente, o “sinédoquismo” na etnologia constitui um conjunto de crenças ou práticas em que uma parte de um objeto ou pessoa é tida como equivalente ao todo, de modo que qualquer coisa feita à parte é considerada como impactando o todo (Epstein, 2009, p. 112).

todo. Dessa forma, a resolução desse problema implicava diretamente na resolução do problema mais amplo da destruição ambiental.

A partir do seu objeto de estudo, que gira em torno da caça às baleias, o autor aborda o discurso que é criado entre os países que cumprem políticas baseadas na proteção às baleias, inclusive de incentivo à sociedade para que também contribuam. Dessa forma, a adoção dessas políticas é uma maneira de constituir uma identidade dos países no que corresponde à proteção ambiental, em oposição aos países que não fazem o mesmo, como é o caso do Japão, que segue com práticas de caça às baleias (Epstein, 2009).

Com relação a isso, é possível refletir o que propõe Fairclough (1995) sobre a responsabilidade e agência, que nas notícias, tanto em seus enunciados, quanto em seus textos, podem passar por um processo de nominalização, onde ocorre a omissão do ator - o agente responsável - por determinada ação. Esse processo se trata da mudança de uma frase ativa para uma passiva. Um dos exemplos trazidos é o enunciado “Motim de negros mortos a tiros pela polícia em reunião de líderes do ANC⁹” (Fairclough, 1995, p. 27. tradução nossa) em que se identifica o agente responsável (a polícia), mas de maneira que este fica no meio da frase, enquanto a frase tem como ênfase inicial “motim de negros”.

Conforme prossegue o texto da notícia “Onze africanos foram mortos a tiros e 15 ficaram feridos quando a polícia rodesiana abriu fogo contra uma multidão de cerca de 2.000 pessoas no município de Salisbury, na África” (Trew 1979, p. 94 *apud* Fairclough, 1995, p. 26), onde se identifica mais uma vez a forma passiva que a polícia, agente responsável, é elidida, sendo colocada como aqueles que abriram fogo contra uma multidão, ao invés de como aqueles que atiraram e mataram pessoas (Fairclough, 1995). A representação de acontecimentos é, portanto, precedida por processos ideológicos-linguísticos, na medida em que decide representar o evento de uma forma ao invés de outro.

Com isso em mente, nesta dissertação, o discurso e sua importância nas Relações Internacionais, como entendimento de “dizer é fazer”, por Onuf (1989, p. 39), coaduna com Fairclough (1995) acerca do discurso como um modo de ação, o qual está social e culturalmente situado, sendo uma prática social, está presente na linguagem falada ou escrita, bem como vista, a partir de imagens, filmes, vídeos ou diagramas, ou não-verbal, por meio de gestos. A prática discursiva é capaz tanto de moldar socialmente, mas também de ser

⁹ “Rioting blacks shot dead by police ASANC leaders meet” (Fairclough, 1995, p. 27).

moldada. A utilização de alguma dessas formas de discurso, funcionam simultaneamente como constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 1995).

Isso pode ser compreendido tanto no que concerne ao caso exemplificado pelo estudo por Epstein (2009), de como um discurso constrói uma identidade e as formas de ação a partir daquela identidade, mas também a partir de Adler (1999), quando dá o exemplo do conceito de “desenvolvimento sustentável¹⁰” (grifo do autor, 1999, p. 232), o qual, ao ser difundido, inseriu-se em um consenso intersubjetivo coletivo, de modo que passou a fazer parte da política ambiental de vários países. Ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável e o discurso sobre as práticas decorrentes deste passaram a reverberar no mundo material, portanto, na forma como esses países passaram a reformular sua agenda ambiental e sua atuação.

No que concerne ao objeto desta pesquisa, a imagem ambiental do Brasil, deve-se observar o enquadramento das representações discursivas midiáticas sobre a problemática ambiental no país, dado o poder aqui reconhecido que a mídia - mediante seus mecanismos de visibilidade e credibilidade (Weber, 2020, 2006, 2004) - possui sobre a produção de consenso (Santana, 2021) acerca de determinado problema, assunto ou país, definindo as formas de ação em relação a este. Atenta-se também aos termos de Fairclough (1995), sobre os processos de produção, constituídos de ideologia acerca de como buscam representar um assunto; o processo de distribuição, que são as distintas maneiras como as representações sobre um mesmo assunto são disseminadas por cada veículo; e o processo de consumo, que no caso do presente estudo, se limita em informar o nível de audiência que cada meio de comunicação possui e o seu tipo de público.

Nesse caso, atenta-se à dimensão de poder discursivo da mídia, como instrumento disponível de perspectivas e ideologias daqueles que são detentores de poder e/ou por sua

¹⁰ “Após ter circulado intensamente, o conceito foi oficialmente adotado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, e mais tarde pela Conferência do Rio. Surgiram instituições da ONU para implementar políticas de desenvolvimento sustentável; mesmo os Estados Unidos adotaram-no como política ambiental oficial. Com tudo isso, o desenvolvimento sustentável tornou-se um entendimento intersubjetivo com base em que problemas e soluções referentes ao meio ambiente e desenvolvimento são analisadas, e repertórios de ação formulados. Por haver mais de uma interpretação do desenvolvimento sustentável, e por alguns deles serem conflitantes, uma definição intersubjetiva consensual está sendo desenvolvida apenas na e pela prática; isso permite aos fatores materiais deixarem sua marca. De qualquer modo, esse entendimento começou a determinar políticas que atuam no mundo material, afetando o ambiente físico, as pessoas e seu bem estar” (Adler, 1999, p. 232).

capacidade de construir uma representação sobre determinado assunto que seleciona o que deseja tornar explícito e o que deve ser implícito (Fairclough, 1995, 1989).

Assim, a partir da direção de Fairclough (2001) sobre a atenção que deve ser dada aos processos de produção, distribuição e consumo textual, e considerando a estrutura comunicativa de Lasswell (2007, p. 216) - que ressalta a importância de questionar “Quem? Disse o quê? Como disse? Em que canal? Para quem? Com que efeito?”, aqui busca-se apresentar quem são, a origem e a posição política dos veículos de comunicação selecionados que, devido a sua credibilidade e visibilidade, na difusão de conteúdos por eles, dão sentido à relevância de determinado assunto.

Em seguida, será discutido o poder de representação da mídia sobre assuntos, pessoas e países por meio da difusão de suas imagens, apresentando diversos estudos realizados que demonstram e/ou discutem a capacidade midiática nesse sentido.

2.2 Os usos do poder midiático na construção de imagem

Este subcapítulo apresenta um panorama do poder em torno da mídia e a investigação de autores sobre a instrumentalização desse poder por líderes mundiais, seja para promover uma percepção com relação ao seu próprio país ou sobre outro, a fim de reforçar o entendimento sobre seu poder de construção de imagem.

Como será abordado adiante, a mídia é reconhecida enquanto um poderoso instrumento utilizado por distintos atores políticos. Nesta dissertação, a mídia é reconhecida por seu papel autônomo, enquanto ator e campo de mediação e discussão, voltando-se principalmente para o seu papel no processo de mediação e formação da imagem coletiva de determinados fatos e acontecimentos que são veiculados para um vasto volume de receptores dessa informação, em particular, a partir do uso do ciberespaço¹¹ (Oliveira, 2010). Tendo como foco, na presente dissertação, a construção da imagem ambiental do Brasil resultante dos discursos de representação difundidos pelos meios de comunicação estrangeiros *The Economist* e *The New York Times*.

Isso porque, segundo Castells (2009), as relações de poder estão ligadas à capacidade de modificar as mentes, por meio da construção de significados, resultante das imagens

¹¹ O ciberespaço é definido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, pág. 94).

reproduzidas. Ele lembra que as ideias são imagens que podem ser de caráter visual, ou não, no cérebro. De modo geral, os meios de comunicação que incluem a comunicação de massas e a autocomunicação de massas¹², são, para a sociedade contemporânea, a forma de comunicação decisiva e socializada capaz de atuar nessa criação de imagens. Ou seja, a mídia seria a responsável por impulsionar ideias capazes de construir a realidade, principalmente na transmissão de imagens. É possível exercitar essa ideia, quando, ao se referir a um país ou pessoa, imagens automáticas vêm de imediato à mente sobre o que se conhece acerca de determinado país ou pessoa.

No mesmo sentido, o poder de fabricar e difundir quaisquer modalidades de imagem é um dos atributos da mídia. No contexto da globalização, com o novo arranjo político-geográfico do mundo e do redimensionamento de poder, que vão além do controle das nações, o conceito positivo é tido como o mais importante, pois possibilita aos sujeitos e às instituições de todas as áreas o alcance e a negociação aos capitais políticos e econômicos. Portanto, há um movimento da política contemporânea cuja cobiça é a imagem pública favorável, fator que mede e indica a qualidade e a credibilidade para a manutenção e conquista de poder (Weber, 2004).

Pecequilo (2012) situa, ainda, a comunicação como um dos fluxos privados múltiplos com ligação à sociedade, que a partir do progresso tecnológico obteve uma aceleração a qual lhe permitiu uma intensa dinâmica e relevância na política internacional. Enquanto ator não estatal, ela representa uma Força Transnacional (FT), a qual pode afetar de forma positiva ou negativa a política dos Estados, adentrando, como força transnacional, também a Opinião Pública Internacional, que na sua formação tem como principal influência o poder midiático (Gonçalves, 2016; Pecequilo, 2012).

Nas Relações Internacionais, a atribuição à mídia enquanto ator e o papel de importância que tem cumprido já foram afirmados há algum tempo por intelectuais, como Gilboa (2002), o qual entende sua atuação aplicada a quatro modelos diferentes: controlador, constrangedor, interventor e instrumental. Na presente dissertação, foi identificado que a

¹² É uma comunicação de massa porque pode alcançar um público global, como postar um vídeo no *YouTube*, um blog com links RSS para vários sites ou uma mensagem para uma enorme lista de endereços de e-mail. Ao mesmo tempo, é autocomunicação porque o próprio gera a mensagem, define os possíveis destinatários e seleciona as mensagens específicas ou os conteúdos da web e das redes de comunicação eletrônica que se deseja recuperar (Castells, 2009, p. 88, tradução nossa).

mídia buscou agir como um ator constrangedor, definição a qual é vista logo a seguir, acompanhada das denominações sobre os demais tipos de atuação.

Em síntese, ator controlador, no sentido de poder substituir os formuladores de política, que sugere os meios de comunicação, e em especial a televisão, como assumindo o processo de formulação de políticas, ao mesmo que também tem o poder de controlar os temas da agenda política. No primeiro caso, é situado o *CNN Effect* (Efeito CNN), e no segundo, a teoria de agendamento.

De acordo com a teoria do Efeito CNN, o processo de tomada de decisões e a agenda política podem se alterar e receber influência direta das imagens e discursos televisionados (Gilboa, 2005). Sob o entendimento da influência do Efeito CNN sobre a agenda política, e de como as decisões do governo serão tomadas em relação aos problemas abordados, é importante, então, observar o responsável pela definição da agenda da mídia e o destaque dado para determinadas questões ou crises (Livingston & Eachus, 1995).

Entre os próprios meios de comunicação, pode acontecer esse agendamento, é o que aponta McCombs (2006), segundo afirma, os outros meios informativos podem receber influência de outros meios de comunicação de massa, principalmente daqueles compostos pela elite da mídia estadunidense. Um exemplo é *The New York Times*, que com frequência exerce o papel de definição da agenda - a institucionalização desse agendamento é tanta, que a *Associated Press* informa diariamente aos seus membros a programação do dia seguinte da agenda de notícias ao lado do *The New York Times*. O assunto, frequentemente, é legitimado como noticioso caso tenha aparição na capa do *The New York Times*. Sua legitimação tem consequências para o mundo político que terá que responder ao que foi noticiado (McCombs, 2006).

O aquecimento global é um exemplo de agendamento e análise mútua entre os meios de comunicação, segundo relatou McCombs (2006) no seu estudo de caso dos meios de comunicação estadunidenses no período de 1985 a 1992. Assim, conforme foi acelerada e constante a cobertura informativa sobre o tema, ao ganhar o centro das discussões de periódicos como o *New York Times*, *Washington Post* e *Wall Street Journal*, levou a influenciar de forma substancial as três cadeias nacionais de televisão. Em razão de sua complexidade enquanto tema científico e político, a mídia desempenhou um papel importante de agendamento em conjunto com publicações científicas especializadas (McCombs, 2006).

A análise de McCombs (2006) foi finalizada no ano de 1992, momento que aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), e que houve uma discussão ampla sobre o assunto referente às mudanças climáticas e o aquecimento global, em que foi objeto de uma Convenção, quando teve início o tratamento dessa questão pelo Direito Internacional Ambiental (Oliveira, 2010).

A mídia também é ator constrangedor, no sentido de que com a rápida transmissão e difusão de informações, acaba ocorrendo o constrangimento dos formuladores de políticas, havendo o condicionamento de suas políticas e, muitas vezes, tendo que reorganizar suas prioridades nas decisões a serem feitas. Em crise aguda, principalmente, o ritmo da tomada de decisão é alterado pela televisão global. Alguns exemplos trazidos são as tomadas de decisão por líderes políticos como Saddam Hussein, que por meio da CNN, lançou uma proposta de paz à coalizão liderada pelos EUA, mas que Washington reconheceu como falsa. Para uma transmissão rápida e eficaz da sua resposta, George Bush decidiu anunciar, por meio da CNN, aos 26 membros da coalizão internacional, a posição da Casa Branca, que daria continuidade à guerra. O que faz deste um caso de *real-time policy* (política em tempo real) (Gilboa, 2002).

Como ator interventor, nesse caso, ocorre quando a mídia assume o papel de mediador em conflitos internacionais. Isso pode ocorrer quando os inimigos não estabelecem contato, e os jornalistas se encarregam de debater com os líderes de cada lado, ou assumem a representação das posições de seu governo, ou ainda quando são sugeridas formas de cessar um conflito ou uma crise (Gilboa, 2002). De maneira distinta, enquanto ator instrumental, a mídia é utilizada por outros atores como um meio capaz de promover negociações e acordos no cenário de resolução de conflitos, este insere-se no conceito de diplomacia midiática. Sua configuração também tem sido citada nas mudanças acerca de como ocorre a diplomacia estatal, ao que Gilboa (2001) conceituou como diplomacia midiática, definida como uma diplomacia que se configura por meio dos meios de comunicação de massa.

O autor conceitua também a diplomacia pública, que objetiva formar a imagem de um país no exterior, e a diplomacia mediada, a qual é distinguida da primeira em termos de enquadramento, contexto, objetivos e meio, sendo divergente também no que se refere à condutores, método, lados e alvo. Enquanto a diplomacia pública acontece por múltiplos canais, seus condutores geralmente são o próprio governo ou seus funcionários, e é utilizado o método de promoção favorável de imagem, exibindo de forma unilateral um lado sobre

determinada questão para o seu público-alvo, que são as sociedades estrangeiras (Gilboa, 2001).

Diferente da diplomacia da mídia e da diplomacia pública, que são conduzidas por governantes ou oficiais do governo, a diplomacia do mediador, ocorre por meios de comunicação de massa, sendo iniciada e conduzida pelo domínio e autonomia dos jornalistas, cuja mediação busca mostrar todos os lados, tendo como público-alvo os governantes e a opinião pública (Gilboa, 2001).

Complementando com Pimentel & Panke (2020), a diplomacia mediada, na utilização da fala, que presume persuasão, dissimulação e convencimento, combinada com a lógica dos instrumentos de visibilidade, culmina na construção de narrativas diplomáticas, que ao se tornarem visíveis pelos diversos veículos e plataformas, contribuem para dimensionar o Estado no cenário internacional e no desenvolvimento de sua identidade e imagem pública.

A exemplo, Valente & Santoro (2007) abordam o uso da diplomacia midiática pela Venezuela, de como esta se propunha a fomentar o projeto de integração da América Latina, principalmente da América do Sul, e a criar formas de proteção em oposição à ação diplomática estadunidense que partem de portais de comunicação globalizados, sobretudo as redes de TV e as agências de notícias. O meio de comunicação *Telesur*, propriedade do conjunto de países latino-americanos, que são a Venezuela, Nicarágua e Cuba, foi objeto do estudo também de Nogueira (2012) e Ribeiro e Nogueira (2013), em que as autoras apresentam a importância deste para promover os objetivos sobre a construção de uma identidade latino-americana, e também sobre outro caso, a rede árabe, *Al-Jazeera*, para a construção de uma identidade árabe (Nogueira, 2012) em conjunto com a opinião pública.

Ainda, no sentido de discussão concernente ao poder da mídia na construção de imagem do país, Fahmy, Wanta & Nisbet (2012) apontam que a credibilidade conferida a um determinado meio de comunicação leva a níveis mais altos de exposição de um país. Desse modo, os autores trazem uma análise sobre os portais midiáticos *al-Jazeera*, *al-Arabiya* e *al-Hurra* e o direcionamento de esforços para alcançar seus objetivos com relação à audiência árabe. No que concerne aos jornais *al-Jazeera* e *al-Arabiya*, estes se utilizaram de suas ferramentas tecnológicas de ponta para difundir sentimentos anti-Estados Unidos no mundo árabe. Por seu turno, o *al-Hurra*, que busca conquistar o público árabe, surgiu como uma outra opção viável de mídia a qual adota um modelo mais ocidental nas suas reportagens, fator que decorre também por ser financiado pelos Estados Unidos.

Frente ao mesmo entendimento, acerca da face poderosa da mídia em construir imaginários sobre países, e em particular, de como isso é feito pela mídia hegemônica, proveniente da Europa e Estados Unidos, Melo e Chagas (2022) exploraram, no contexto do Covid-19, o caso do canal internacional de notícias russo, o *Canal RT en Español*, que está disponível para acesso no *YouTube*, e é um meio de comunicação que cumpre a diplomacia midiática, se propondo a apresentar uma imagem diferente da Rússia e do mundo daquela que é comumente conhecida através da mídia tradicional ocidental europeia-estadunidense. Portanto, o *Canal RT en Español* se propôs a contrapor as críticas feitas pela mídia ocidental contra a Rússia na sua gestão da crise do Covid-19.

No caso do Brasil, Lafer (2004) destacou a importância de uma diplomacia presidencial e das reuniões de cúpula que cumprem a função de uma diplomacia aberta, sendo acompanhadas pelo tempo *online* da mídia, cuja capacidade é de repercussão imediata de um evento para as percepções coletivas. Uma forma de diplomacia trabalhada nesse sentido foi estudada por Nogueira e Burity (2015), e Burity (2013), que, a partir do conceito de diplomacia midiática, analisaram o período do governo Lula de 2003 a 2010.

As autoras conseguiram observar o emprego dos conceitos de diplomacia pública, visto que houve uma atuação internacional diversa dada por meio de fóruns internacionais, bem como a organização de eventos que visam propagar a política, a economia e a cultura brasileiras, além de convenções, acordos, protocolos, tratados, memorandos, atos de cooperação, seminários, conferências e feiras. Tudo isso levou a uma atenção sobre o Brasil por parte da cobertura internacional, tanto em suas matérias, quanto em editoriais de opinião, que contemplaram a economia e a estabilidade político-institucional na efetivação do desenvolvimento do país.

Em diplomacia na mídia, traduzida no uso dos meios de comunicação como forma para construir meios de progredir nas negociações, a partir da soma de um público que apoie aos acordos, foi notada uma política externa conciliatória com relação ao Oriente Médio, algo inédito entre 2003 e 2010 e que ganhou crédito da imprensa estrangeira, além das 267 visitas do presidente a diferentes Estados. Por último, a diplomacia feita pela mídia ocorreu em menor dimensão. No entanto, foi verificado que houve significativa utilização dos recursos da diplomacia midiática pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva, em especial com maior intensidade no nível da diplomacia pública (Nogueira & Burity, 2015; Burity, 2013).

Além disso, houve investimento governamental no setor midiático pelos governos do PT, ou seja, dos presidentes Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-agosto de 2016) (Cirino, 2022; De Magalhães Carvalho, 2020). Nogueira (2016) observa que, sob o objetivo de haver uma disseminação favorável e construção positiva da imagem do Brasil, no período da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República SECOM/Presidência da República (2010-2012), utilizou-se de uma combinação dos conceitos dispostos por Weber (2006) *apud* Nogueira (2016), referentes à visibilidade, a qual determina a mídia como um espaço público vantajoso para adquirir credibilidade sobre as políticas manifestadas. No mesmo órgão comunicacional, em 2009, foi criada a Área Internacional, em que foram selecionados quatro eixos temáticos - considerados estratégicos pela Secretaria - que foram “Economia”, “Estabilidade Político-Institucional”, “Inclusão Social” e “Meio Ambiente” (Nogueira, 2016, p. 291).

Na Área Internacional, trabalham jornalistas da própria Secretaria, diplomatas de carreira e jornalistas da *CDN International Inc*; sendo esta última empresa com a qual houve um contrato para se responsabilizar pela divulgação do país no exterior. A CDN possui sede em Washington, D.C. e trabalha com a empresa Fleishman-Hillard, sendo encarregada das ações de comunicação corporativa nos Estados Unidos (Nogueira, 2016). Nessa direção, portanto, foi seguido o objetivo de construir a percepção internacional acerca dos setores econômico, ambiental e social do país, de maneira a ser reconhecido como mais desenvolvido (Nogueira, 2012) relativo aos períodos anteriores.

A mobilização desses órgãos para a projeção internacional do Brasil é interessante de ser vista, e recordam o que sugeriu Valente (2007) sobre a necessidade de o país ter departamentos que estejam pensando a diplomacia brasileira, a partir dos meios de comunicação, como forma de o país se tornar um formador de opinião, ao invés de estar submetido às demandas e diretrizes externas. O autor reforça que o país precisa acompanhar a revolução da comunicação, que “está também revolucionando a forma de se fazer diplomacia, de se mostrar um Estado e de se conquistarem objetivos e posições no jogo do poder internacional” (Valente, 2007, p. 77).

Marcelino (2013), em um estudo de caso, explorou a imagem pública do Brasil representada na revista britânica *The Economist*, que, conforme ele, concluiu em sua pesquisa: elementos como o crescimento e a estabilização da economia não são o que pesa unicamente para uma boa imagem. Para além disso, o que tem peso é um conjunto de avanços pelo país,

em especial sobre aspectos sociais e culturais. A conjuntura internacional também é tida como influente para mudar a forma como o Brasil é visto. Conforme Marcelino (2013, p. 102) reforça a “reputação de um país como um bem intangível, imensurável e de grande importância”.

Assim, o autor afirma, como posto por Gilboa (2001) e Pimentel (2020), a concepção de que é possível pesar a diplomacia pública como instrumento de estratégias que ordenam e operam um sentido racional aos objetivos de cada Estado, inserido tanto no seu posicionamento atual como do ambicionado na cena internacional, e em curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, a imprensa internacional e seus portais midiáticos de maior relevância formam um termômetro privilegiado de como está sendo dimensionada a imagem pública de um país (Marcelino, 2013).

Assim como Marcelino (2013), Cazzamatta (2021, 2020), em uma análise empírica sobre a imagem da América Latina, segundo os principais meios de comunicação da imprensa alemã (*Süddeutsche Zeitung*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *Tageszeitung* e *Der Spiegel*), confirmou, que, os temas culturais contribuíram para constituir uma imagem mais positiva e equilibrada da América Latina, entre 2000 e 2014. No caso do Brasil, a autora obteve uma imagem equilibrada do país no que concerne à economia e à cultura, referente, principalmente, a esportes. É interessante observar que esses últimos elementos tenham contribuído para a formação de uma imagem positiva do país, pois segundo propõe Valente (2007), para que o Brasil seja projetado internacionalmente de forma influente, é necessário investir em uma “agressiva diplomacia cultural” (Valente, 2007, p. 177), que, dentre outras, algumas das estratégias são a concessão de bolsas de estudo para estudantes estrangeiros, bem como o investimento na indústria cinematográfica e ao intercâmbio artístico (Valente, 2007).

Em uma entrevista a Kai Hafez, sobre a imagem do Brasil na Alemanha, a autora obteve a afirmação, contudo, de que, com a politização da cobertura alemã, a partir de escândalos que antecederam a Copa do Mundo, e a partir da virada populista da direita em 2018, a imagem do país sofreu mudanças, sendo impactada negativamente com a eleição de Jair Bolsonaro. Este fator deve ser entendido em uma conjuntura mundial, na qual se assiste ao retrocesso da democracia para uma versão hegemônica, uma “democracia” populista de direita (Saucedo Añez & Cazzamatta, 2020).

A esse respeito, a gestão do governo brasileiro por Jair Bolsonaro (2019-2022) chamou atenção no contexto da crise sanitária pelo Covid-19, principalmente do formador de

opinião pública mundial, *The New York Times*. O chefe de Estado brasileiro, tem se utilizado das mídias sociais para se comunicar diretamente com eleitores/seguidores, estratégia a qual tem se tornado comum pelas lideranças políticas e representantes governamentais. Dessa forma, os meios digitais, em conjunto com os meios de comunicação tradicionais, seja a imprensa, rádio, ou televisão, possibilitam um alcance maior de pessoas de forma instantânea.

Com isso, se objetiva a mobilização da opinião pública, no âmbito doméstico e/ou internacional em prol de interesses políticos específicos, por meio da administração da visibilidade de si e de seu governo ou Estado. Contudo, Nogueira, Galdino & Conceição (2022) identificaram como negativo o destaque obtido pelo presidente no jornal estadunidense, em razão de seus discursos e ações presidenciais, em particular, aquelas divulgadas diretamente por sua conta oficial na mídia social, o *Twitter*, cuja repercussão contribuiu para degradar “a já desgastada imagem internacional do Brasil em outros temas, como a ambiental (Nogueira, Galdino & Conceição, 2022, p. 171).

Por sua vez, alguns autores têm voltado seus estudos para a influência da configuração midiática na política externa. A exemplo, Da Nóbrega, Monteiro & Lessa (2020) trazem essa atenção para o papel da mídia enquanto ator político na política externa brasileira, e a relação entre esses dois campos. Ressaltado também por Manzur (1999), quando a autora aponta que um dos poderes de influência da imprensa é sobre a produção de opiniões e tendências que formam a opinião pública.

Este entendimento corrobora Ferreira & Cunha (2021), os quais entendem que a influência da mídia tem impacto não somente no público desinteressado, mas também em atores distintos, “como líderes governamentais e grupos de interesse que demandam políticas” (Ferreira & Cunha, 2021, p. 227). Ainda, de acordo com os autores, é possível pensar em procedimentos causais implícitos por meio dos quais, em princípio, a mídia provoca pressão de forma direta ou por meio da opinião pública, para que uma posição seja tomada pelos líderes com relação aos problemas que anteriormente não recebiam atenção.

De forma semelhante, Ribeiro, Burian & Urdinez (2021), em seu estudo sobre o caso do Paraguai, trazem a consideração de que o conteúdo veiculado pelo jornal de maior circulação no país exerce influência sobre a opinião do indivíduo com relação à política externa e, conseqüentemente, sobre a tomada de decisão. Fator que foi confirmado por Gilboa (2002).

Em um estudo recente de Ferreira & Oliveira (2022), os autores atestaram a utilização do cinema enquanto uma ferramenta poderosa para transmitir mensagens que chegam a influenciar as agendas da política exterior dos países. O caso do qual partem para essa afirmação, foi a do contexto da primeira metade da década de 1940, em que os EUA utilizaram o cinema como um meio para promover ideias e valores, especificamente para despertar e ampliar o sentimento panamericano no continente americano, fruto dos seus propósitos e princípios da “Política da Boa Vizinhaça” e da aceitação do Brasil, que estava saindo da posição da prática de equidistância pragmática na sua política externa.

Os autores verificaram que dois filmes produzidos pela companhia Disney: ‘Alô, Amigos’ e ‘Você Já Foi à Bahia?’ conseguiram transmitir tais ideais, e cumprir com seu esforço para alcançar a aceitação dos princípios de ‘boa vontade’ pelo continente americano na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, cujos conteúdos foram aceitos pelo órgão com ligação ao governo estadunidense, o *Office of Inter-American Affairs*, responsável por coordenar as relações interamericanas, consideradas fundamentais no decorrer da guerra, e também pela elite modernizadora do Brasil, fatores que confirmam seu uso como instrumento transmissor de valores (Ferreira & Oliveira, 2022).

Por sua vez, Freixo & Freitas (2022) analisam o papel da imprensa, enquanto ator doméstico, sobre a política externa brasileira durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). O foco dos autores foi a revista brasileira *Veja*, por parte da qual houve ataques contra o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira e às suas decisões que eram opostas ao alinhamento tradicional da diplomacia brasileira com a potência hegemônica, embora houvesse bastante proximidade do chanceler Henry Kissinger, Secretário de Estado.

As críticas à política externa do governo Geisel foram acentuadas após o reconhecimento do país à independência de Angola, sob o governo de Agostinho Neto, considerado comunista. A revista estava alinhada aos interesses da elite empresarial do país, e portanto, sua visão com relação à política externa tinha direta ligação com os interesses dos grupos que queriam a desestatização econômica, e por conseguinte, estava alinhada aos efeitos de decisões governamentais que fossem opostas a esses interesses. Desse modo, questionou-se o posicionamento do governo brasileiro em relação a Angola, encarado pelas elites como um alinhamento terceiro-mundista e como um rompimento com o modelo de democracia liberal, aparelhada ao mundo ocidental, apoiado por essas elites (Freixo & Freitas, 2022).

Além disso, segundo concluiu Camargo (2008), a mídia também pode ser um ator conflituoso, ou seja, pode ter o papel de promover conflitos em questões internacionais. Para afirmar isso, a autora parte de dois exemplos. O primeiro, trata de uma publicação pela *Newsweek*, uma revista estadunidense, que após ter uma publicação repercutida, a qual não provinha de fontes confiáveis, informava que na base de Guantánamo, em 2005, os soldados estadunidenses estavam deturpando o Alcorão. A informação provocou protestos e a morte de quinze pessoas em países islâmicos. O segundo, foi a publicação de charges difamatórias do profeta Maomé, pelo jornal dinamarquês *Morgenavisen Jyllands-Posten*, em 30 de setembro de 2005, e em seguida, por outros jornais europeus. Os países muçulmanos responderam com indignação e protestos contra as caricaturas. Por sua vez, a discussão sobre a divulgação das charges com onze embaixadores representantes de países islâmicos foi recusada pelo Primeiro-Ministro da Dinamarca, Anders Fogh Rasmussen, que saiu em defesa da liberdade de expressão da imprensa de seu país.

Oliveira (2010) reforça a tese da mídia como ator conflituoso a partir do Golpe de Estado, em 2002, na Venezuela, contra o presidente Hugo Chávez. A RCTV (*Radio Caracas Televisión*) foi denunciada por ser uma das responsáveis pela articulação do golpe de Estado de 12 de abril de 2002 na Venezuela. Várias organizações independentes trouxeram denúncias, com provas concretas, de que havia informações, falsidades e calúnias sendo manipuladas e difundidas pela RCTV, as quais eram voltadas principalmente contra o presidente venezuelano e seus partidários. Além da articulação conjunta entre as elites com "os principais canais de televisão privados (*Venevisión, Radio Caracas Televisión - RCTV, Globovisión, Televen e CMT*) e alguns dos maiores jornais nacionais (*El Universal, El Nacional, Tal Cual, El Impulso, El Nuevo País, El Mundo* etc.) (OLIVEIRA, 2010, p. 189). Um documentário que apresenta bem esses acontecimentos é 'A Revolução Não será Televisada', dirigido por Kim Bartley e Donnacha O'Briainm, disponível no *YouTube*¹³.

No caso de Ruanda, também se observou a atuação conflituosa da mídia, cuja instabilidade foi acentuada com o conseqüente avanço da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), formado por exilados tutsis, expulsos por hutus, que após a morte do presidente hutu Juvenal Habyarimana, invadiram a fronteira com a Uganda e iniciaram um governo transitório entre hutus e tutsis. Nesse processo, o *Radio Télévision Libre de Mile Collines (RTLMC)* agiu como

¹³ A Revolução Não Será Televisada, 12/09/2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FppdfwqmImE> Acesso em: 11 ago. 2022.

incitadora do conflito étnico entre os hutus e os tutsis, tendo influência sobre os hutus para o confronto com os tutsis. O meio de comunicação publicava numerosas listas com os nomes e endereços das pessoas que deveriam ser assassinadas. A situação que já era instável, foi agravada pelo fomento do sentimento de ódio pela mídia, como o genocídio que aconteceu entre os meses de abril e julho de 2004, que levou a morte de mais de 800 mil pessoas das etnias Hutu e Tutsi (Oliveira, 2010).

Finalmente, aqui foi exposto como a mídia, através de sua credibilidade e legitimidade, exerce poder, no sentido de construção simbólica e imagética de um país, visto sua capacidade de formar uma opinião pública sobre determinado país, na própria perspectiva doméstica ou internacional, e, portanto, a pressão produzida sobre o posicionamento dos próprios líderes governamentais. Inclusive, sobre como isso tem sido feito com relação ao aquecimento global, um tema importante da agenda ambiental, que teve seu destaque pela grande mídia estadunidense a partir de 1992, e que segue incluído nas notícias produzidas pela mídia.

A dedicação ao tema tem sido maior e mais frequente pela cobertura jornalística na sua agenda relativa aos assuntos de meio ambiente e mudanças climáticas. Oliveira (2010) observou que o enquadramento dos assuntos pelas agendas midiáticas e políticas exerce um papel importante na maneira como serão vistos e compreendidos pelo público receptor de suas mensagens. No entanto, o enquadramento produzido pelas pautas jornalísticas não inclui tantos “olhares” (Oliveira, 2010, p. 381, grifo do autor), havendo ainda uma perspectiva sensacionalista e superficial do problema.

Oliveira (2010) reitera que não há uma objetividade jornalística, no sentido de que a mídia não é um mero meio de publicação de eventos da forma como eles ocorrem, mas de um agente que tem participação no processo de construção dos quadros interpretativos da realidade a partir de certos interesses. Como tem sido dito, esta tende a influenciar a percepção de determinados acontecimentos, cuja imagem criada pode ser predominante sobre qualquer outra imagem, mesmo que seja a real, especialmente quando a omissão dessa imagem atende aos interesses próprios ou políticos (Oliveira, 2010).

O próximo capítulo identifica os meios de comunicação estudados nesta dissertação, suas histórias, posições políticas e os níveis de alcance de audiência, como parte do processo para análise das notícias, proposto por Fairclough (1995). Além disso, apresenta e analisa

notícias dentro de cada meio de comunicação estrangeiro em tela no período entre 2019 e 2020.

3 NOTÍCIAS SOBRE BRASIL E MEIO AMBIENTE NAS PÁGINAS DO *THE NEW YORK TIMES* E *THE ECONOMIST*

Inicialmente, este capítulo identifica a história e a posição política dos meios de comunicação estrangeiros e o alcance de sua circulação internacional, considerando que sua posição política é um elemento importante para a construção do discurso midiático. Em seguida, são apresentadas e analisadas as notícias referentes ao meio ambiente e ao Brasil por cada meio midiático estrangeiro, no período de 2019 a 2020.

Formado nos Estados Unidos, em 18 de setembro de 1851, por Henry J. Raymond e George Jones, o meio de comunicação *The New York Times* (NYT), trata-se de um jornal diário com alta expressão e prestígio internacional (Gonçalves, 2019). Este meio de comunicação, faz parte da mídia de elite, integrada às grandes corporações de alta lucratividade, e é chamada de “mídia de definição de agenda¹⁴”, fator que se dá principalmente por serem os maiores detentores de recursos, portanto, estabelecem a estrutura em que todos os outros operam (Chomsky, 1997, tradução nossa). Desse modo, o jornal fala não somente por seus diretores e donos, mas por um grupo interno composto pela grande classe capitalista¹⁵ e, portanto, contribui para manter e reforçar a ideologia do liberalismo corporativo (Dreier, 1982).

Sua primeira edição online foi em 1995, e o *site* segue disponível no *link*: <https://nytimes.com>. Com uma audiência crescente, para a qual sucede a distribuição do discurso midiático, observou-se que no marco temporal desta pesquisa, o jornal estadunidense obteve um aumento do seu público. Em 2019, a quantidade total de assinantes foi de 3,4 milhões (Business Wire, 2021; Feuer, 2020), e a ampliação desse número ocorreu em 2020, quando alcançou 7,5 milhões de assinantes para seus produtos digitais e jornais impressos (Tracy, 2021¹⁶). Nas suas outras plataformas, como o X: <https://twitter.com/nytimes>, em que compartilha as notícias do seu site, o jornal conta com 54,1 milhões de seguidores no

¹⁴ (...) agenda-setting media (Chomsky, 1997).

¹⁵ A elite empresarial dos EUA e a elite da mídia de massa possuem uma relação, possuem uma relação que cumpre duas atuações críticas na sociedade. Por um lado, são empresas que têm como finalidade o lucro, sendo o bem-estar econômico da empresa o principal objetivo dos seus proprietários, diretores, fornecedores e anunciantes. Por outro lado, tratam-se de instituições ideológicas. Desse modo, a mídia é responsável por definir a agenda do debate político, social e econômico. Consequentemente, têm forte poder de influência sobre a opinião pública em relação a questões fundamentais, como socializar os sujeitos com papéis e comportamentos sociais; podendo também enfraquecer ou validar ideias poderosas, instituições e indivíduos (Dreier, 1982).

¹⁶ <https://www.nytimes.com/2021/02/04/business/media/new-york-times-earnings.html>

Instagram: <https://www.instagram.com/nytimes/>. Esse número é de 16,7 milhões de seguidores, e no seu canal do *YouTube*: <https://www.youtube.com/@nytimes> possui 4,25 milhões de inscritos.

Por sua vez, o semanário britânico *The Economist*, que se autodenomina como “jornal¹⁷” (Womack, 2008, p. 39), foi fundado por James Wilson, em Londres, com início de suas publicações a partir de 1843. O jornal é reconhecido por sua boa reputação e ampla circulação global (Ma, 2021), sendo uma das fontes de notícias e comentários internacionais mais antigas e respeitadas do mundo (Womack, 2005). Orientada por uma ideologia neoliberal (Becken, 2014), a linha editorial da revista parte em defesa do comércio e mercado livres, seguida por uma abordagem racional no tratamento das questões políticas que alternam entre liberalismo social, conservadorismo fiscal e libertarianismo pessoal (Womack, 2005). Essa ideia de abordagem racional, segundo o linguista Moore (2005), advém de uma perspectiva anglo-americana, em que se afirma possuir um comportamento racional. Para reforçar essa ideia, o autor cita a biografia oficial do semanário, publicada em seu 150º aniversário, cuja intitulação é *The Pursuit of Reason* (Moore, 2008).

Seu formato digital teve início em 1997, é pertencente ao *Economist Group* e dispõe de matérias em idioma inglês, com disponibilidade para acesso no link: <http://www.economist.com>. As publicações dos artigos não assinados, representam a posição do corpo editorial, e resultam de debates entre a equipe antes de sua publicação. Seu público leitor e de apoio está composto principalmente por uma elite mundial, em que a posição ocupada por essas pessoas são de forte poder político e econômico (Moore, 2002), para os quais é projetada uma ideologia neoliberal na produção de textos pela linha editorial da revista (Womack, 2005).

Com relação à sua circulação, o número de assinantes digitais do site do semanário britânico em março de 2020 saltou de 1.088.000 para 1.122.000 em 2021 (Tobitt, 2022). Assim como o jornal estadunidense, o semanário britânico possui diversas plataformas, como o *X*, no link: <https://twitter.com/TheEconomist> onde possui mais de 25 milhões de seguidores e compartilha as notícias de seu *site*, o que denota uma maior projeção do que é publicado pelo semanário. Já no *Instagram*: <https://www.instagram.com/theeconomist/>, o semanário possui 6 milhões de seguidores. Enquanto no *YouTube*, no *link*

¹⁷ Original: (...) newspaper.

<https://www.youtube.com/@TheEconomist>, conta com 2,92 milhões de inscritos em seu canal, onde compartilha os vídeos que são abordados em suas matérias.

A visibilidade que esses veículos midiáticos possuem é importante para o alcance que a imagem ambiental do Brasil construída obteve no meio internacional. Além disso, a ideologia da linha editorial dos referidos meios de comunicação, deve ser considerada na leitura sobre as formas de representação particulares produzidas por cada um deles. Consciente disso, a seguir, são apresentados os dados coletados no *The New York Times* e *The Economist* no contexto de 2019 e 2020, em que o leitor poderá ter uma melhor dimensão do que esses veículos midiáticos produziram sobre o contexto ambiental do Brasil.

3.1 Notícias pelo *The New York Times*

Neste subcapítulo, são apresentadas as notícias publicadas pelo *The New York Times*, no recorte temporal de 2019 a 2020. Para uma melhor visualização de como foi organizada a divisão das reportagens, bem como do número total de matérias coletadas nos referidos anos, é apresentada uma tabela com essas informações. Além disso, caso seja do interesse do leitor o acesso direto aos dados aqui analisados, a autora publicou as notícias coletadas no repositório de dados no site *Harvard Dataverse Repository*: <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/FCWWOP>

Na Tabela 1, é trazido o número de notícias publicadas mensalmente pelo *The New York Times*, nos anos de 2019 e 2020, cujos textos reproduziram algum tema ou evento sobre o Brasil, ou que o país estivesse relacionado, além das próprias notícias relacionadas ao meio ambiente. Na divisão observada da tabela, a rubrica Notícias Gerais reúne as categorias próprias do meio de comunicação estadunidense, sendo elas: Mundo, Política, Negócios, Esporte, Saúde, Arte, Livros, Estilo, Comida, Viagem, Revista, Ciência, Opinião, Tecnologia e Culinária¹⁸. Para simplificar, as notícias que mencionaram o país brasileiro situado em alguma dessas categorias, muitas vezes o trouxeram de forma central, mas não relacionaram a temática de meio ambiente. As reportagens que fizeram menção ao Brasil, ou trataram diretamente sobre o país com relação ao assunto de meio ambiente, foram contabilizadas em Meio Ambiente. Ao final, é trazida a soma do total de notícias que tratam sobre o país

¹⁸ Original: World, Politics, Business, Sports, Health, Art, Books, Style, Food, Travel, Magazine, Science, Opinion, Tech and Cooking.

brasileiro, acompanhado da porcentagem de matérias que demonstram quantas dessas matérias foram sobre o país relacionado ao tema de meio ambiente.

Tabela 1 - Notícias gerais e de meio ambiente pelo *The New York Times* (2019-2020)

The New York Times (Estados Unidos)	2019		2020	
	Notícias gerais	Meio ambiente	Notícias gerais	Meio ambiente
Janeiro	112	16	84	9
Fevereiro	81	13	71	3
Março	80	3	109	1
Abril	70	9	124	10
Mai	89	10	110	3
Junho	102	5	161	9
Julho	83	11	153	3
Agosto	88	67	118	6
Setembro	82	17	114	11
Outubro	64	17	92	18
Novembro	85	6	84	9
Dezembro	113	16	87	7
Total	1.238/190 (15,3%)		1.243/89 (7,16%)	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no *The New York Times* no período de 2019 a 2020

Como visto na Tabela 1, o ano de 2019 contou com o maior número de reportagens sobre o tema do meio ambiente relacionado ao país brasileiro, a porcentagem alcançada por esse assunto foi de 15,3%. Já em 2020, houve uma queda deste número, que chegou a 7,16% uma vez que o foco da imprensa estava direcionado à cobertura da pandemia causada pelo Covid-19, que teve o primeiro caso confirmado no Brasil em fevereiro de 2020.

A seguir, são apresentadas as notícias que tratam da temática ambiental relacionada ao Brasil durante os meses seguidos nos anos de 2019 e 2020. Em razão da extensa quantidade de matérias e do limite de páginas da dissertação, para a análise, a pesquisa se concentrou nas matérias emblemáticas e representativas de um conjunto maior de notícias relativas à imagem

ambiental do Brasil, em fatores substanciais como o destaque ao nome Brasil ou a elementos que remetem ao país no título e/ou imagem das matérias.

No primeiro dia do ano de 2019, o jornal estadunidense abordou o assunto sobre o Brasil, com o apontamento para as mudanças que já estavam se encaminhando antes do novo presidente Jair Bolsonaro assumir o cargo, foi o que elucidou o título “O Brasil queria mudança. Antes mesmo de tomar posse, Jair Bolsonaro entregou¹⁹” (Londoño & Andreoni, 2019a, tradução nossa). Uma das mudanças mencionadas, recaiu sobre a questão ambiental: “Sob sua direção, o Brasil desistiu de sediar a reunião de cúpula das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em 2019 e começou a recuar em seu papel de exemplo global de desenvolvimento ambientalmente sustentável²⁰” (Ibidem, 2019a, tradução nossa). Sua campanha já refletia efeitos sobre a floresta amazônica brasileira, que das promessas feitas entre agosto e outubro, propôs a flexibilização de leis ambientais para que a mineração, a agricultura e outras indústrias pudessem explorar a floresta amazônica, o que coincidiu com o aumento do seu desmatamento que se sobrepôs em quase 50% comparado ao mesmo período de 2017. A matéria ilustra ainda uma imagem em Novo Progresso, no Pará, onde ocorreu a exploração ilegal de ouro, e complementa informando sobre o plano do presidente em disponibilizar mais terras protegidas para a indústria (Ibidem, 2019a).

As novidades sobre o presidente brasileiro recém chegado ao cargo, seguiram no segundo dia do ano de 2019, com destaque para o enfraquecimento dos direitos indígenas, abordado no título: “Jair Bolsonaro, no primeiro dia, mina os direitos dos indígenas brasileiros²¹” (Londoño, 2019a, n.p, tradução nossa). A medida tomada pelo presidente foi a de transferir para o ministério da agricultura o direito de certificar territórios indígenas como terras protegidas. No entanto, este ministério está tradicionalmente ligado à defesa dos interesses das indústrias que objetivam acessar as terras protegidas (Ibidem, 2019a).

Em um artigo de opinião, publicado por autoria da ativista do clima, Leila Salazar-López, foi enfatizado o risco para a manutenção da Amazônia e a estabilidade climática após o presidente Jair Bolsonaro decidir minar os padrões fundamentais dos direitos indígenas e ambientais, em prol da agenda, que ela caracterizou como

¹⁹ Original: “Brazil Wanted Change. Even Before Taking Office, Jair Bolsonaro Delivered”.

²⁰ Original: “Under his direction, Brazil pulled out of hosting the 2019 United Nations summit meeting on climate change and began backtracking from its role as a global exemplar of environmentally sustainable development..”.

²¹ Original: “Jair Bolsonaro, on Day 1, Undermines Indigenous Brazilians’ Rights”.

“*agribusiness-friendly*”, ou seja, favorável ao agronegócio. A autora estadunidense, que já foi diretora executiva da *Amazon Watch*, discorreu sobre a responsabilidade das empresas e das instituições financeiras, como a estadunidense *BlackRock*, no desmatamento da Amazônia, caso aceitem agir em cumplicidade com o presidente, visando lucros de curto prazo à frente do futuro do planeta (Salazar-López, 2019).

No que se refere ao envolvimento entre empresa e meio ambiente, ainda em janeiro de 2019, o jornal dedicou cinco reportagens ao desastre ocorrido em Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, provocado pela ruptura de uma barragem da Vale, uma gigante companhia mineradora. Foram publicados vídeos do estrago deixado pela ruptura da barragem, que reproduziu imagens do antes e depois do acontecimento. Foi documentada também a insatisfação de moradores locais, acusando que caso não tivesse havido negligência pela empresa, o mesmo que ocorreu em Mariana, poderia ter sido evitado em Brumadinho. O vídeo mostra a visita do presidente Jair Bolsonaro, e lembra a sua promessa de flexibilizar a regulamentação ambiental (Marcolini, 2019).

A contradição presidencial, foi lembrada também por Andreoni & Darlington (2019), que abordam o comentário compassivo do presidente brasileiro sobre a situação, em conjunto à sua promessa de socorrer as vítimas e trazer justiça para o bem dos brasileiros e meio ambiente. Além disso, recordam seu deboche sobre as salvaguardas e regulamentações ambientais, seu desejo sobre a extinção da “indústria” (grifo das autoras, 2019, n.p) das multas ambientais, bem como a promessa de conceder à mineração a abertura das terras protegidas, como os territórios indígenas.

Ademais, outro caso semelhante a este de Brumadinho, citado na matéria por Darlington (2019), foi o rompimento da barragem de mineração na cidade de Mariana, no ano de 2015, que provocou a morte de 19 pessoas e é considerado um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil. O acidente ocorreu no Estado de Minas Gerais, o centro da indústria de mineração do Brasil, e assim como a barragem de Brumadinho, a barragem de Mariana também pertencia à Vale em conjunto com a mineradora anglo-australiana BHP Billiton (Darlington, 2019).

Em fevereiro, houve continuidade sobre o assunto, que iniciou com um quiz, elaborado pelo jornal, onde seus leitores devem testar seu conhecimento sobre as manchetes da semana. Das onze questões, o Brasil aparece na segunda delas, que foi “Cinco pessoas foram presas como parte de uma investigação sobre um colapso de barragem que deixou pelo

menos 84 pessoas mortas e centenas desaparecidas. Em que país ocorreu o desastre?²²” (Stanford & Schaverien, 2019, n.p, tradução nossa) ao lado da pergunta, são ilustradas casas e a própria estrutura da mina cobertas por lama e lodo, a opção ‘Brasil’ foi marcada corretamente por 76% dos leitores, de um total de 94.823 respostas.

Em outra notícia, foi publicado um novo vídeo gravado pelo jornal brasileiro O Globo, que exibe o momento em que ocorreu o rompimento da barragem. Apresentou também um crescimento do número de mortes para 115 vítimas, enquanto 248 pessoas estavam desaparecidas, consequentes do que *The New York Times* sublinhou como um dos acidentes de mineração mais mortais da história (Karasz, 2019). Uma nova matéria trouxe questões e respostas sobre essa tragédia ambiental, reforçando não ter sido uma surpresa o desencadeamento desse desastre, resultado de um somatório de fatores como a própria estrutura pela qual a barragem é formada, fruto de um material mais barato e pouco resistente, definido como caudais. Além disso, protocolos de segurança não foram adotados pela Vale, mesmo após sua promessa diante do colapso ocorrido em Mariana no ano de 2015 (Times, 2019).

Embora o principal procurador do Brasil tenha reconhecido a necessidade de punição contra a Vale, quatro dias após o rompimento da barragem de Brumadinho, em que houve a prisão dos fiscais externos que haviam atestado sua estabilidade, juntamente com três funcionários da Vale responsáveis pela segurança e licenciamento ambiental, receberam sua libertação, ordenada por um juiz. Os críticos apontam que as leis que regem a indústria da mineração são escritas pelas empresas, e não elaboradas para a segurança dos moradores (Ibidem, 2019). A falta de preocupação da empresa com os moradores locais, foi vista em uma publicação de março, a qual informa sobre a renúncia da Vale, dada conforme a investigação criminal é ampliada. A conduta da empresa, no entanto, desde o ocorrido de Mariana, seguiu direcionada para seus interesses econômicos. O afastamento temporário de alguns de seus empregados, diante do incidente em Brumadinho, inclusive, seria um esforço da empresa para que as penalidades financeiras fossem reduzidas (Londoño, Andreoni & Hsu, 2019).

Entre os meses de janeiro, fevereiro e março foram contabilizadas 13 notícias sobre o ocorrido, mas foi observado que os títulos das reportagens evitaram mencionar em sua

²² Original: “Five people were arrested as part of an investigation into a dam collapse that left at least 84 people dead and hundreds missing. In which country did the disaster take place?”

manchete o nome da empresa, a Vale. Seu nome apareceu no título apenas em duas notícias, uma em fevereiro: “Brasil prende 8 na mineradora Vale devido ao colapso mortal da barragem²³” (Darlington, 2019b, n.p, tradução nossa); e outra em março: “Líderes da mineradora brasileira Vale renunciam à medida que o inquérito criminal se amplia²⁴” (Londoño, 2019b, n.p, tradução nossa). Essas observações são importantes para a análise de discurso que é realizada no terceiro capítulo.

Em março de 2019, o chefe de Estado brasileiro esteve novamente no título de uma das matérias estadunidenses. Ele foi apontado como uma ameaça para os pulmões do planeta - que é como a floresta amazônica tem sido conhecida internacionalmente, devido a sua capacidade de liberar um alto nível de oxigênio e de absorver dióxido de carbono, contribuindo para regular as mudanças climáticas. A floresta abriga uma diversidade ampla e incomparável de espécies de animais e vegetais, e é também o lar de cerca de um milhão de povos indígenas só no Brasil. A membra do conselho editorial do *The New York Times*, Giacomo (2019), acrescentou que embora a conservação da floresta esteja em risco há muito tempo, a presidência de Jair Bolsonaro se apresentou como uma ameaça ainda maior. O governo brasileiro foi caracterizado como um líder populista polarizador, que se assemelha ao presidente Donald Trump, com quem os laços se estreitaram desde sua campanha política.

Sônia Guajajara, apresentada na capa da notícia, é uma das principais lideranças indígenas do Brasil e manifesta sua preocupação sobre a proteção dos territórios indígenas, visto que Jair Bolsonaro expressou o desejo de torná-las mais produtivas. Guajajara acredita que isso é uma espécie de etnocídio, em que ocorre a exterminação de uma cultura. Conforme é afirmado, “líderes mais sábios do que Bolsonaro procurariam maneiras de expandir o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, respeitar as tribos indígenas e reconhecer as contribuições insubstituíveis da Amazônia para deter as mudanças climáticas” (Giacomo, 2019, n.p, tradução nossa). A jornalista finaliza, defendendo que o poder de ativistas da sociedade civil como Sônia Guajajara, são a esperança para a floresta tropical e para países onde a democracia e as agendas progressistas são ameaçadas por governos autoritários.

Além disso, a postura presidencial quanto às suas políticas ambientais também implicou para a recusa do Museu Americano de História Natural, nos Estados Unidos, em sediar a gala anual em homenagem ao Prêmio Personalidade do Ano (Bowley, 2019a),

²³ Original: Brazil Arrests 8 at Mining Giant Vale Over Deadly Dam Collapse

²⁴ Original: Leaders of Brazil Mining Giant Vale Step Down as Criminal Inquiry Widens

assunto presente nos meses de abril e maio. O aceite do museu ocorreu previamente ao conhecimento de que o indicado era Jair Bolsonaro. As contestações de seus financiadores foram instantâneas, por entenderem o líder brasileiro como uma ameaça para a conservação da Amazônia, dos territórios indígenas e do futuro da saúde do planeta, além de reprovar a promoção de discursos homofóbicos e racistas. O evento é organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, uma organização sem fins lucrativos que promove laços empresariais e culturais entre os Estados Unidos e o Brasil, e que o premiaria como “Pessoa do Ano” (Bowley, 2019b, n.p, tradução nossa). Embora fosse um momento importante para Bolsonaro e sua equipe proporem oportunidades de crescimento para investidores, o presidente desistiu de participar da gala após pressão por grupos de interesse e por ataques recebidos pelo prefeito de Nova York (Londoño, 2019c).

A conservação da floresta amazônica voltou a ser defendida em outro artigo de opinião, no mês de maio, cujo título pede “Salve a Amazônia de Bolsonaro” (Araújo, 2019, n.p, tradução nossa), onde critica o modelo econômico adotado pelo presidente brasileiro, que visa lucros a curto prazo a partir da extração massiva das riquezas naturais da Amazônia. Araújo (2019) expõe que a exploração da floresta não apresentou níveis de desenvolvimento para os municípios da região amazônica, que fazem parte do número de 32 dos 50 municípios que marcam os seus menores índices de desenvolvimento no país. Foi identificado também que dos mais de 45 mil trabalhadores que se encontravam sob condições de escravidão moderna - e foram resgatados pelas autoridades entre 2003 e 2018 - mais de 10 mil foram localizados no Pará, na Amazônia. Além disso, a credibilidade internacional e a imagem do país brasileiro podem ser comprometidas pelas políticas ambientais do presidente Bolsonaro, a partir da qual se prevê um desmatamento descontrolado, segundo alertaram oito ex-ministros do Meio Ambiente em carta conjunta (Araújo, 2019).

Em julho, o jornal internacional trouxe um artigo com o título semelhante ao citado anteriormente, que foi “Como Salvar a Floresta Amazônica” (Viscidi & Ortiz, 2019, n.p, tradução nossa), dessa vez, indicando as ações que podem ser realizadas. No texto, o autor se refere de forma crítica aos países da América Latina que compartilham a bacia amazônica, e que tem flexibilizado sua legislação ambiental. Em seguida, apresenta fatores que podem contribuir para a redução do desmatamento, cuja eficiência já foi comprovada. Como por exemplo, o incentivo aos pequenos e grandes produtores, para que promovam práticas agrícolas sustentáveis. O Brasil, inclusive, obteve aumento da produção de soja e gado mesmo

quando ocorreu a redução de desmatamento em 80% de 2004 a 2012. Isso indica que é possível o crescimento das operações agrícolas sem desmatar a terra, quando ocorre a melhora da eficiência pelos agricultores, e a subutilização da terra pelas operações agrícolas (Viscidi & Ortiz, 2019).

Em 2006, um acordo em que houve comprometimento dos compradores de soja em não adquirir o alimento de fornecedores que desmatam as terras para produção, demonstrou um papel significativo na redução do desmatamento da Amazônia no Brasil. Além disso, a expansão de monitoramento e fiscalização podem reduzir os incêndios florestais em até 6%, enquanto as reservas indígenas podem reduzir a atividade dos incêndios florestais em 16%. Outras medidas, são os incentivos econômicos que podem funcionar tanto para o reflorestamento, quanto para a conservação da floresta. No entanto, é necessário que os governos possuam disposição política de instituí-los. É preciso identificar as oportunidades de crescimento econômico, em acordo com a conservação, para obter o melhor resultado para a bacia amazônica e para o mundo (Viscidi & Ortiz, 2019).

Contudo, no final do mês de julho, um artigo de opinião, destacado na primeira página do jornal, conforme salientado em outra notícia de agosto (Network, 2019), apresentou o título “Sob o líder de extrema-direita²⁵ do Brasil, as proteções da Amazônia são cortadas e as florestas caem²⁶” (Casado & Londoño, 2019, n.p, tradução nossa). O mesmo artigo ainda foi citado uma segunda vez em outra matéria no mês de agosto, em que traz a pergunta “A quem pertence a Amazônia?²⁷” Em resposta, uma leitora do jornal escreveu - na categoria Opinião e subseção Cartas do jornal - alegando estar preocupada com o discurso de Bolsonaro sobre a posse da Amazônia, e acredita na necessidade de uma responsabilidade coletiva, que atravessa fronteiras e vai além de uma ideologia atenta ao interesse individual (Kearney, 2019).

O artigo em questão sublinhou como as promessas do mandatário brasileiro, em abrir a floresta para a exploração comercial e reduzir as medidas de fiscalização, como multas, advertências e a apreensão ou destruição de equipamentos ilegais em áreas protegidas, estão atribuídas ao resultado da perda de mais de 1.330 quilômetros quadrados da cobertura florestal. Comparado ao mesmo mês no ano de 2018, em junho de 2019, houve um aumento

²⁵A ascensão de movimentos da extrema direita, tem como base elementos já conhecidos do neoliberalismo, como reprimir ao trabalho, privilegiar ao capital, depreciar ao Estado social e político, afronta às igualdades e enaltecimento da liberdade, em oposição a valores como o nacionalismo, a moralidade tradicional imposta, antielitismo populista e busca por soluções estatais para assuntos econômicos e sociais (Brown, 2019).

²⁶ Original: Under Brazil’s Far-Right Leader, Amazon Protections Slashed and Forests Fall.

²⁷ Original: Who Owns the Amazon?

de 77% da perda da cobertura florestal. Paralelo a isso, uma análise por *The New York Times*, descobriu que houve o declínio da fiscalização pela principal agência ambiental do Brasil em até 20% durante os primeiros seis meses do ano de 2019 (Andreoni & Londoño, 2019; Barbaro, 2019; Casado & Londoño, 2019; Londoño, 2019d; Symonds, 2019).

Além do próprio presidente, seus altos funcionários, como o ministro do meio ambiente Ricardo Salles, e o chefe de gabinete, Onyx Lorenzoni, responderam de forma defensiva e com negação sobre o aumento acentuado do desmatamento. Enquanto, por um lado, houve o reconhecimento por Salles, acerca das deficiências dos órgãos de fiscalização ambiental encarregados de policiar a atividade comercial em áreas protegidas; por outro lado, Lorenzoni argumentou que o exterior busca moldar a política ambiental do Brasil, sendo importante tonificar o discurso soberano sobre a Amazônia brasileira, defendido também pelo presidente brasileiro (Casado & Londoño, 2019).

No mês de agosto, o jornal estadunidense elevou seu discurso contra o presidente Bolsonaro, quando 66 matérias foram dedicadas ao assunto sobre a política ambiental do Brasil, principalmente pela preocupação global direcionada aos incêndios na Amazônia e a ausência de ações do governo brasileiro, o qual se manteve na defensiva. Entre os dias 23 e 28 do oitavo mês, houve um pico maior de notícias, somatizando 37 matérias apenas nesse período.

Na primeira notícia daquele mês, o governo brasileiro foi representado em uma figura nas cores preto e branco, junto ao presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte (2019-2022). O fundo da imagem exibe um ambiente deserto, com terra e árvores secas, enquanto os rostos dos líderes políticos são conectados pela figura do planeta derretendo, em conotação às mudanças climáticas. A expressão facial do presidente brasileiro foi apresentada de forma sombria. A notícia, que representa a opinião do conselho editorial, aponta que o governo brasileiro foi identificado como um líder populista de extrema direita que tem agido de forma a agravar a situação dos defensores ambientais (Board, 2019). Isso ocorre, inclusive, contra aqueles que trabalham para o Estado, informando os dados do desmatamento, como foi o caso da demissão de Ricardo Magnus Osório Galvão, que estava a frente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), cuja função é rastrear o desmatamento da enorme floresta tropical do Brasil. A divulgação dos dados apontou o alto índice do desflorestamento, indicando seu maior recorde em dez décadas, o que levou o presidente brasileiro a acusá-lo de buscar prejudicar a imagem do Brasil no exterior ao divulgar a taxa de desmatamento, que

repercutiu internacionalmente por jornais estrangeiros, celebridades, líderes políticos e manifestantes em redes sociais (Londoño, 2019d).

Sob o título “Com a floresta amazônica em chamas, o Brasil enfrenta reação global²⁸” (Andreoni, Casado & Londoño, 2019, n.p, tradução nossa), a notícia levantou a apreensão internacional sobre a abordagem ambiental do Brasil. O presidente Emmanuel Macron, da França, por exemplo, teve seu twitter destacado, onde escreveu “Nossa casa está queimando (...) (Macron, 2019, n.p, tradução nossa)²⁹” se referindo a Amazônia, e afirmando a necessidade de discutir a situação da floresta na reunião do Grupo dos Sete (G7), formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. O texto menciona os povos indígenas e a preocupação com sua sobrevivência e de seus territórios, como também da vida dos animais que habitam a floresta. Eles estão apreensivos com o desrespeito dos madeireiros, que apoiados pelo discurso do governo, tem se sentido no direito de invadir as reservas indígenas. Já o setor agrícola, está preocupado com as consequências da forma como a imagem ambiental do país é enquadrada, conforme afirmou Jerônimo Goergen, um legislador federal da chamada bancada ruralista. Enquanto isso, o presidente respondeu culpando as organizações não-governamentais pelos incêndios provocados, que teriam a intenção de miná-lo.

Com a intensificação da pressão internacional e as ameaças se somando sobre a sua economia, além das possíveis consequências negativas para o acordo internacional entre o Mercosul e União Europeia (Pérez-Peña & Stevis-Gridneff, 2019), uma matéria publicada em 23 de agosto levanta a mudança do tom do discurso presidencial brasileiro, o qual foi televisionado. Ele afirmou que não haveria a mínima tolerância para os crimes ambientais, e que os cidadãos brasileiros da região amazônica precisam de outras oportunidades para ter uma vida decente. Ele ainda expressou ter respeito e amor pela Amazônia, que a notícia descreve como “rara mensagem roteirizada³⁰” (Londoño, Andreoni & Casado, 2019, n.p, tradução nossa).

²⁸ Original: With Amazon Rain Forest Ablaze, Brazil Faces Global Backlash.

²⁹ Original: "Our house is burning. Literally. The Amazon rain forest - the lungs which produces 20% of our planet's oxygen - is on fire. It is an international crisis. Members of the G7 Summit, let's discuss this emergency first order in two days! #ActForTheAmazon <https://t.co/dogOJ9big>" / Disponível em: https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1164617008962527232?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwetembed%7Ctwterm%5E1164617008962527232%7Ctwgr%5Eafb7af70c4a55fb2e3f9192959c356020eaa0467%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.nytimes.com%2F2019%2F08%2F22%2Fworld%2Famerica%2Fbrazil-amazon-fires-bolsonaro.html Acesso em: 15 ago. 2022.

³⁰ Original: (...) a rare scripted message.

No discurso emitido, trouxe a promessa sobre a proteção da floresta tropical ser dever de seu governo, sem entrar em detalhes sobre os tipos de recursos que os militares levaram para suportar em áreas onde os incêndios estão se expandindo. Sem uma mudança substancial em suas políticas ambientais, a matéria pontuou ser improvável que o plano presidencial consiga enfrentar a crise, a qual encorajou aos setores do minério, madeira e da agricultura a explorar e queimar as áreas protegidas sem risco de punição (Londoño, Andreoni & Casado, 2019).

O emprego das forças militares foi uma tentativa de produzir uma percepção internacional positiva do país, indicado em outra matéria, no título “Forças militares do Brasil para combater os incêndios na Amazônia (e restaurar a 'percepção positiva')” (Londoño, 2019f, n.p, tradução nossa), o anúncio do esforço militar se deu após a ameaça dos líderes europeus em cancelar um grande acordo comercial, bem como pelos protestos em redes sociais apelando para o boicote aos produtos brasileiros.

Ainda no dia 23 de agosto, em um quiz onde traz as notícias semanais, das onze perguntas, o jornal estadunidense abordou a Amazônia brasileira na sua segunda pergunta. A pergunta é seguida de uma fotografia que ilustra um local da floresta após ser incendiado, cuja legenda aponta: Floresta tropical carbonizada na Amazônia esta semana³¹, informando também que os incêndios na floresta amazônica do Brasil são alguns dos piores em anos, para então perguntar: “Os incêndios foram iniciados principalmente por o quê³²?” Das 117.606 respostas, 76% dos leitores responderam corretamente, optando por “Agricultores” (Stanford & Schaverien, 2019).

Após responder, o site contextualiza a resposta, informando que a prática utilizada pelos agricultores tem como finalidade limpar suas terras. Informa também sobre a detecção pelas imagens de satélite sobre o aumento dos incêndios, e complementa, reafirmando o que já vem trazendo desde o início do ano sobre como a partir do novo governo, houve uma redução de esforços para o combate a atividade ilegal na floresta tropical. Em seguida, apresenta um vídeo de um minuto, onde ilustra mais imagens dos incêndios, com o relato do governo brasileiro, que sem evidência, afirma que o fogo foi provocado por ONGs ambientais com intenção de prejudicar seu governo e o Brasil (Stanford & Schaverien, 2019).

³¹ Original: Charred rain forest in the Amazon this week.

³² Original: The fires were started primarily by what?

Alguns dias depois, em 28 de agosto, uma nova matéria contrasta com o discurso presidencial. Autoridades ambientais brasileiras contestaram, em carta aberta, o governo brasileiro, por dificultar seu trabalho, principalmente por sua retórica política que tem servido de apoio para o desrespeito às leis ambientais, além de seu próprio pronunciamento contra uma das medidas mais eficazes, que é a destruição do equipamento e os veículos das pessoas flagradas trabalhando em áreas protegidas. Embora os agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tenham permissão legal, o presidente criticou publicamente essa ação e ordenou que não deve haver queima ou destruição de qualquer equipamento. O presidente da Associação de Especialistas em Meio Ambiente, que inclui trabalhadores do ministério do meio ambiente, Ibama e outras agências de conservação, afirmou que os policiais locais - os quais comumente dão suporte de segurança para que o Ibama realize suas atividades de fiscalização - passaram a ficar relutantes, o que prejudicou o trabalho dos agentes ambientais (Londoño & Casado, 2019a).

Além disso, o Ibama recebeu o corte de 25% em seu orçamento, provocando a insatisfação dos agentes ambientais também pela rejeição do presidente brasileiro à ajuda externa oferecida pelo G7. No destaque dado pelo *New York Times*: “Brasil rejeita furiosamente milhões em ajuda à Amazônia prometida no G7, depois aceita ajuda britânica³³” (Andreoni, 2019, n.p, tradução nossa), o presidente encarou a oferta financeira como uma possível interferência na soberania brasileira. No entanto, a perda da contribuição financeira externa preocupa, como foi o caso também da suspensão dos pagamentos pela Noruega e a Alemanha ao Fundo Amazônia, que financiaram grande parte do equipamento utilizado na aplicação da lei ambiental, mas cessaram devido ao que consideram uma interferência do Brasil no esforço.

No que concerne à importância do respeito à soberania brasileira, um artigo de opinião por Roberto Mangabeira Unger (2019), que já foi responsável pela política da Amazônia entre 2007 e 2008, indica a importância de seguir caminhos alternativos para salvar a Amazônia, ao invés de violar a soberania brasileira. O autor critica a pouca quantia oferecida pelo G7, e indica que para a Amazônia ser salva, a floresta e a sua população necessitam de uma economia do conhecimento, não somente ajuda para apagar os incêndios. Sua crítica ainda se direciona sobre os países ricos do Atlântico Norte e a utilização da tônica discursiva

³³ Original: Brazil Angriely Rejects Millions in Amazon Aid Pledged at G7, Then Accepts British Aid.

dominante sobre o ambientalismo como lamentoso e escapista, inclusive sobre o discurso do desenvolvimento sustentável.

No dia seguinte, em 27 de agosto, outro artigo aborda o mesmo assunto, com a pergunta em seu título “Quem é o dono da Amazônia?” (Jurecic, 2019, n.p, tradução nossa). No artigo, foi posto em questão o conhecimento tradicional do Estado-nação - quando os assuntos de cada nação devem estar sob controle do seu Estado -, e dos limites de sua estrutura, como no caso da Amazônia, cujos incêndios - devido às mudanças climáticas - impactam não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro. Foi citado também o argumento de Franklin Foer, sobre como o avanço das mudanças climáticas exigirão tanto uma cooperação internacional mais forte, como também a atenuação dos conceitos tradicionais do Estado-Nação. Entretanto, recorda que isso é um cenário ao qual o Brasil e outros países historicamente vêm assistindo, em que as nações mais poderosas se colocam sobre as menos poderosas. Portanto, um dos desafios da era atual, é como os líderes nacionalistas poderão contornar o conceito de fronteiras para combater a realidade de crises que compreendem as fronteiras nacionais.

A Europa, inclusive, é colocada como conquistadora do título de campeão do clima, afirma o título da matéria “Enquanto a Amazônia queima, a Europa conquista o título de campeã climática do mundo³⁴” (Onishi, 2019, n.p, tradução nossa), o texto corresponde à diferença de postura entre os líderes europeus com relação aos chefes de Estados do Brasil e Estados Unidos. Isso porque, ao contrário da ameaça do presidente Macron ao acordo comercial entre a Europa e o Brasil, diante da emergência ambiental, o presidente Trump se mostrou disposto a ajudar o Brasil em conter os incêndios e expressou ânimo com as perspectivas comerciais futuras. Além disso, o governo Trump, nega a ciência climática e abandonou um acordo internacional, que foi designado a combater o aquecimento global; enquanto os líderes europeus têm se dedicado energicamente a assumir o manto da liderança (Onishi, 2019).

Por sua vez, o presidente Bolsonaro é destacado por suas declarações referentes ao meio ambiente, onde são apresentados seus pronunciamentos referentes aos crimes ambientais, em que denominou como “indústria” as multas que são aplicadas aos descumprimentos das leis ambientais, e que isso teria fim em seu governo. No tópico seguinte, foi citada sua rejeição à conservação que, segundo ele, impede o crescimento

³⁴ Original: As the Amazon Burns, Europe Seizes Title of Climate Champion.

econômico. O presidente desprezou a suspensão dos gastos da Alemanha de seu fundo de US \$39 milhões, destinados à conservação ambiental no país, que em resposta à chanceler alemã Angela Merkel, pediu para transferir esse dinheiro para o reflorestamento do seu país. Além disso, no início de agosto, após ser perguntado por um repórter se era possível conciliar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, a resposta presidencial foi de que a população precisaria comer menos e alternar os dias que defecar (Onishi, 2019).

Em outra afirmação pelo governo brasileiro, foi expresso o desejo de transformar um pedaço do litoral do Rio de Janeiro - onde ainda é uma reserva da vida selvagem -, em uma “Cancún brasileira³⁵” (Simões, 2019, n.p, tradução nossa). Ao ser questionado sobre as consequências ambientais para esse propósito, respondeu que a questão ambiental interessa apenas aos veganos, e que as reservas ecológicas impedem o desenvolvimento. Este último reflete também sobre os povos indígenas, para os quais ele prometeu que não haverá nenhuma nova demarcação de terras. Segundo argumenta, os povos indígenas querem receber dinheiro com suas terras, se integrar à sociedade e possuir energia elétrica. O presidente ainda designou os territórios indígenas enquanto uma indústria, afirmando “Os índios não fazem lobby, não falam a nossa língua, e ainda hoje conseguem ter 14% do nosso território nacional... Uma das intenções deles é nos deter³⁶” (Simões, 2019, n.p, tradução nossa). O texto também citou o apreço de Bolsonaro pela cavalaria norte-americana, que exterminou seus povos nativos, ao contrário da cavalaria brasileira.

Devido ao enfraquecimento da política ambiental do país, seu setor de exportações começou a ser afetado. Foi o que mostrou a matéria do mês seguinte, em 05 de setembro, na categoria Américas e Mundo do jornal estadunidense, intitulada “O couro brasileiro está fora de moda? H&M para de comprar por causa dos incêndios da Amazônia³⁷” (Andreoni & Maseshwari, 2019, n.p, tradução nossa). A empresa é a segunda maior varejista de moda do mundo, sua proibição temporária de consumo ao couro brasileiro é a segunda a ser feita. Uma semana antes, a *VF Corporation*, uma empresa global americana, também fez suspensão temporária, sob a condição de que seus fornecedores comprovem que não possuem ligação a danos ambientais (Andreoni & Mahsehvari, 2019).

³⁵ Original: Brazilian Cancún.

³⁶ Original: Indigenous people don't lobby, don't speak our language, and yet today they manage to have 14 percent of our national territory ... One of their intentions is to hold us back.

³⁷ Original: Is Brazilian Leather Out of Fashion? H&M Stops Buying Over Amazon Fires.

Outra matéria, em uma revisão de análise de notícias pelo próprio *The New York Times*, indicou que as declarações presidenciais contra o meio ambiente e os povos indígenas - como as vistas anteriormente -, bem como sua própria inatividade com relação ao meio ambiente, conjectura a possibilidade de o presidente ser julgado por ecocídio em Haia. No entanto, o ecocídio ainda não foi estabelecido como um crime internacional no Tribunal Penal Internacional. Porém, o presidente ainda poderia ser acusado por crimes contra a humanidade, qualificado como genocídio, segundo Eloísa Machado, professora de direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (Londoño, 2019g).

Um novo enfoque sobre a desregulamentação ambiental no Brasil, foi elucidado na primeira semana de outubro, descrita como “Amazônia sem lei³⁸” (McDonald, 2019, n.p, tradução nossa) no título da reportagem. O texto explana o envolvimento dos produtores rurais do Estado do Pará, que criaram o “Dia do Fogo³⁹” (McDonald, 2019, n.p, tradução nossa) segundo Adecio Piran, em um artigo escrito para o *site* de notícias Folha do Progresso. Ele explica que a ação mobilizada pelos proprietários de terras e pecuaristas locais consistiu em queimar florestas tropicais recém-limpas - em maior parte das terras públicas. O objetivo foi chamar a atenção do governo brasileiro sobre o desejo de avanço da produtividade na terra, inclusive sobre as reservas indígenas. Contudo, os incêndios acabaram ganhando visibilidade internacional (McDonald, 2019).

No vídeo contido no texto, o jornalista Brent McDonald, em uma visita à região norte, além de exibir imagens dos incêndios na floresta amazônica, traz a entrevista com Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos da Terra, nomeado ao cargo de reforma agrária do Ministério da Agricultura. Garcia nega a existência do Dia do Fogo, mas informa sua oposição tanto às ONGs, que buscam preservar a Amazônia, como também à conservação e extensão das reservas indígenas, que são um impedimento para o progresso (Ibidem, 2019).

O mesmo vídeo foi trazido em outra matéria, sob o título “A Amazônia ainda está queimando. Culpe a carne⁴⁰” (McDonald, Moura, Laffin & Rhyne, 2019, n.p, tradução nossa) em que se informa que áreas da floresta tropical estão sendo desmatadas por pecuaristas e madeireiros em nome do progresso. O vídeo esteve entre as onze melhores leituras do jornal estadunidense (Soto, 2019), aparecendo pela quarta vez em outra reportagem, a qual busca explicar a razão pela qual o desmatamento segue acontecendo mesmo após um acordo

³⁸ Original: Lawless Amazon.

³⁹ Original: Fire's Day.

⁴⁰ Original: The Amazon Is Still Burning. Blame Beef.

estabelecido entre os grandes frigoríficos da JBS, Marfrig e Minerva. Foi verificado que parte do problema está na lavagem do gado, ou seja, na irregularidade sobre o monitoramento dos fornecedores de gado, em que não são identificados os gados advindos de regiões desmatadas ilegalmente. Sendo necessário, portanto, um monitoramento mais rigoroso por parte dessas empresas (Krauss, Yaffe-Bellanye & Simões, 2019).

Ainda no mês de outubro, o jornal também anunciou uma nova crise ambiental no país brasileiro, assunto tratado em uma única matéria, que foi o caso do derramamento de possivelmente 100 toneladas de petróleo na costa nordeste do Brasil, que chegou a ser detectado em até 132 praias, e que impactou 61 municípios em nove Estados. A notícia acrescenta que esta se soma a outra crise ambiental já enfrentada pelo governo Bolsonaro, que já vem sendo criticado pelo exterior em razão do enfraquecimento das suas políticas e agências ambientais (Londoño, 2019h).

Em novembro, uma nova matéria, que repercute o mesmo vídeo mencionado no mês de outubro, afirma em seu título “Na Amazônia, incêndios roubam fôlego, mas fumaça cheira a dinheiro⁴¹” (Krauss, 2019, n.p, tradução nossa) onde a lavagem na cadeia de abastecimento é citada novamente. São apresentados também os conflitos dos fazendeiros, que ocorre entre os pequenos e grandes fazendeiros locais, em que esses segundos são apresentados como os principais causadores do desmatamento; e conflitantes também pelo temor das mudanças climáticas, que já têm impactado a criação de gado, devido ao aumento da seca. Porém, a rigidez da regulamentação ambiental ainda provoca insatisfação aos grandes fazendeiros, que alegaram que a conservação de árvores não traz lucros (Krauss, 2019).

A influência do âmbito econômico é importante para a questão ambiental, segundo reforça Araújo (2019) em seu artigo de opinião sobre o papel influente da China para a redução do desmatamento na Amazônia, dado que o país chinês é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, e um de seus maiores importadores de *commodities*, sendo o seu maior comprador de carne. Araújo (2019) indica que a forte relação comercial entre os países, seria um ótimo meio para o presidente Xi Jinping influenciar o presidente brasileiro sobre o combate às mudanças climáticas, demonstrando, assim, seu comprometimento com a temática ambiental (Ibidem, 2019).

⁴¹ Original: In the Amazon, Fires Steal Breath, but Smoke Smells of Money.

Ao fim do mês de novembro, é afirmada a acentuação do desmatamento no governo Bolsonaro (Londoño & Casado, 2019b), e o mesmo discurso recebe entonação no início de dezembro, cujo título aborda “A Amazônia está completamente sem lei: a floresta tropical após o primeiro ano de Bolsonaro⁴²” (Moriyama & Sandy, 2019, n.p, tradução nossa). Na matéria, são colocadas 30 imagens que elucidam eventos ambientais na região norte do país, como as queimadas na Amazônia, além das operações ilegais de mineração e atividades de desmatamento para a plantação de soja e criação de gado, expondo também a situação de trabalhadores que possivelmente vivem em condições análogas a escravidão. Uma das imagens, foi o gráfico fornecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que mostra as regiões de incêndios na Amazônia brasileira durante o mês de agosto (Moriyama & Sandy, 2019).

O ano de 2019 é finalizado com a mesma perspectiva crítica e de baixa expectativa de melhora com a qual teve início sobre o avanço da política ambiental no Brasil, em que nas reportagens elaboradas mensalmente, foi informado e opinado de forma emergencial sobre as consequências da flexibilização das leis e punição contra o desrespeito à proteção e conservação da biodiversidade de flora e fauna do país, bem como dos territórios indígenas.

Como visto na Tabela 1, em decorrência do contexto pandêmico causado pela Covid-19, houve um número menor de matérias sobre a temática ambiental relacionada ao país brasileiro. O assunto ocupou 7,16% das reportagens publicadas sobre o Brasil no ano de 2020. Ainda assim, as matérias dedicadas ao tema no primeiro semestre do ano seguiram atreladas aos acontecimentos do ano anterior.

No primeiro mês, foi citado o processo de incriminação contra os executivos de mineração da Vale, devido a sua negligência com as questões de segurança em prol dos lucros. Os executivos da Vale foram acusados de omitir, sistematicamente, indícios de riscos com a segurança, além de rejeitar as firmas de auditoria que indicassem problemas. Segundo Pinto Coelho, a empresa alemã Tüv Süd, foi paga para apresentar relatórios falsos sobre a estabilidade das barragens à Vale (Londoño & Andreoni, 2020). Um ano depois, em janeiro de 2020, o Estado de Minas Gerais, onde ocorreu o acidente de Brumadinho, retornou em uma nova matéria que apontou as mortes de 47 pessoas ocasionadas por fortes tempestades no sudeste do país (Andreoni & Casado, 2020a).

⁴² ‘The Amazon Is Completely Lawless’: The Rainforest After Bolsonaro’s First Year.

Os povos indígenas são mencionados também em uma notícia do mês de janeiro, enquanto exemplo para a conservação da floresta amazônica (Losh, 2020). Em março, a citação da matéria que trata sobre a batalha dos povos indígenas na América Central, remeteu às ações presidenciais contra novas demarcações para os povos indígenas no Brasil (Villegas & Robles, 2020). No mês seguinte, em uma notícia tida entre as 11 melhores leituras do jornal estadunidense em abril (Soto, 2020), foi dado destaque ao temor indígena sobre o etnocídio de seu povo durante o governo Bolsonaro, abordado no subtítulo: “O presidente Jair Bolsonaro está agindo agressivamente para abrir a floresta amazônica para o desenvolvimento comercial, representando uma ameaça existencial para as tribos que vivem lá⁴³” (Londoño & Casado, 2020a, n.p, tradução nossa). A notícia cita o novo projeto de lei apresentado ao Congresso pelo presidente em fevereiro de 2020, que previa a legalização dos empreendimentos ilegais de mineração, responsáveis pela poluição de rios, a devastação de grandes áreas da Amazônia, além de permitir a exploração de petróleo, gás e usinas hidrelétricas em territórios indígenas. As comunidades indígenas seriam consultadas sobre os projetos, mas não teriam poder de veto. Devido ao foco na luta contra o coronavírus, o Congresso não demonstrou interesse em avançar na legislação proposta (Londoño & Casado, 2020a).

Ainda em abril de 2020, sob o contexto da pandemia, o jornal estadunidense deu notoriedade à negligência adotada pela administração presidencial com os povos indígenas, os quais foram vitimados pela contaminação do Covid-19, ao mesmo tempo que o país enfrentava o avanço do desmatamento e operações da mineração ilegal, acelerado nos primeiros meses de 2020. O autor escreveu sobre a baixa expectativa de mudança na política do presidente, na sua hostilidade frente à ciência, povos indígenas e meio ambiente (Albert, 2020).

Paralelo a isso, de forma positiva, em janeiro e abril de 2020, a mata atlântica brasileira ocupou a quadragésima quarta posição de lugares que valem a pena conhecer presencial (Song, 2020) e virtualmente (McClanahan & Kamin, 2020). Contudo, o desmatamento da floresta amazônica esteve entre os dez grandes fracassos de ações na Terra, principalmente após o presidente Jair Bolsonaro assumir o comando do país brasileiro (Plumer & Schwartz, 2020).

⁴³ Original: President Jair Bolsonaro is moving aggressively to open up the Amazon rainforest to commercial development, posing an existential threat to the tribes living there.

Em maio, a expectativa seguiu negativa sobre a floresta amazônica, como visto no artigo de opinião do *The New York Times*, que anuncia “A Amazônia logo vai queimar novamente⁴⁴” (Carvalho, 2020, tradução nossa). Neste artigo, os membros do governo brasileiro são citados por suas declarações, como o ministro da economia, Paulo Guedes, que em Davos responsabilizou a população pobre pela destruição da floresta, que por decorrência de sua condição socioeconômica, o fazem para sobreviver. Enquanto isso, em uma reunião de gabinete no dia 22 de abril, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, declarou que a pandemia era um momento oportuno para reduzir a proteção ambiental, dado que a atenção da mídia estava voltada para a alta contaminação do coronavírus.

Para impedir a destruição da floresta, segundo Carvalho (2020), seria necessário deixar com que as instituições de pesquisa e os órgãos ambientais seguissem cumprindo com sua função, para assim progredir nas discussões sobre bioeconomia. Os povos e saberes locais já são integrados com parceiros responsáveis por várias iniciativas. Além disso, outras alternativas mais lucrativas do que a pecuária são cosméticos, ecoturismo e agrofloresta (do açaí à incipiente produção de cacau) (Carvalho, 2020). O assunto foi retomado em junho, quando o Brasil foi responsabilizado por mais de um terço da perda global de floresta no ano de 2019 (Fountain, 2020).

O desflorestamento ainda se tornou questão no quiz do jornal em junho: “A destruição de florestas tropicais em todo o mundo aumentou no ano passado, liderada novamente por qual país?⁴⁵” (Stanford, Dudding & Schaverien, 2020, tradução nossa). A opção ‘Brasil’ foi acertada por 89% leitores, de um total de 189.388 respostas. E retornou como objeto de questão novamente em agosto, na pergunta: “A destruição de florestas tropicais em todo o mundo aumentou no ano passado, liderada novamente por _____⁴⁶, responsável por mais de um terço do total, segundo relatório divulgado em 2 de junho” (Engle & Otis, 2020, tradução nossa), o ‘Brasil’, que foi a alternativa correta, esteve junto a outras opções que foram a Indonésia e a República Democrática do Congo (Ibidem, 2020).

Ainda em junho, foi reportado que nos primeiros quatro meses de 2020, houve uma perda de 464 milhas quadradas de cobertura de árvores amazônicas, totalizando um aumento de 55% em relação ao mesmo período do ano passado. Até então, o Brasil era o país com o maior número de mortes causadas pelo coronavírus, chegando a cerca de 34 mil mortes, fator

⁴⁴ Original: The Amazon Will Soon Burn Again.

⁴⁵ Original: Destruction of tropical forests worldwide increased last year, led again by which country?

⁴⁶ Original: Destruction of tropical forests worldwide increased last year, led again by

que poderia estar “eclipsando o aumento dos danos à floresta tropical⁴⁷” (Londoño, Andreoni & Casado, 2020) por não estar recebendo o destaque necessário da mídia e das autoridades responsáveis por sua proteção, o texto complementa, lembrando a fala do ministro do meio ambiente que considerou isso positivo.

Enquanto isso, as operações de fiscalização sofreram uma significativa queda em 2019, e após uma ação realizada pelo órgão em abril de 2020 contra garimpeiros ilegais no Estado do Pará, no norte, três de seus altos funcionários foram exonerados pelo presidente brasileiro. No mês seguinte, para evitar a reprovação internacional, o governo mobilizou alguns milhares de soldados para a Amazônia, sob o objetivo de desvincular a imagem do Brasil a de um vilão ambiental, segundo o vice-presidente Hamilton Mourão. Para os ativistas ambientais, se trata de uma operação importante, mas que visa apenas a melhora das relações públicas do país, e não o combate à real estrutura do problema (Ibidem, 2020). Essa perspectiva é abordada em uma nova matéria de agosto, que observa a resposta do presidente como decorrente da pressão internacional: “Sob pressão, Bolsonaro é forçado a combater o desmatamento⁴⁸” (Londoño & Casado, 2020, tradução nossa). Assim como no ano anterior, o presidente promoveu uma operação militar contra o desmatamento, mas dessa vez proibiu incêndios florestais durante os quatro meses da estação seca após ser pressionado por governos europeus, investidores estrangeiros e empresas brasileiras preocupadas com a reputação do país.

No entanto, essa moratória de 120 dias não parece ter sido respeitada, segundo afirmou uma nova notícia em setembro. Dessa vez, com enfoque nos incêndios do pantanal, localizado no sudoeste do país, cujo título da notícia afirma: “Incêndios no Brasil queimam as maiores áreas úmidas tropicais do mundo em escala 'sem precedentes'” (Arréllaga, Londoño & Casado, 2020, tradução nossa). A matéria traz imagens da atuação dos bombeiros contra os incêndios, além das consequências sobre um dos animais que foram feridos pelas queimadas, o ecossistema atingido abriga um dos habitats mais biologicamente diversos do planeta. Os incêndios vistos, ocorreram logo após a moratória entrar em vigor, o que demonstrou sua ineficiência. Somado a isso, os especialistas alegam que os esforços governamentais falharam por negligenciar o processo contra os líderes de organizações criminosas, responsáveis pelo desmatamento ilegal. Além disso, o governo relutou em cobrar as multas ambientais emitidas,

⁴⁷ Original: (...) eclipsing the increased damage to the rainforest.

⁴⁸ Original: Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation.

sendo também incapaz de fazer cumprir os regulamentos em áreas protegidas (Arréllaga, Londoño & Casado, 2020).

No dia 2 de outubro, o veículo estadunidense elaborou uma edição especial sobre a Amazônia, em que reuniu especialistas sobre o assunto, sob o objetivo de demonstrar os melhores caminhos para o futuro da Amazônia. Dos catorze artigos de opinião publicados, nove deles tratavam sobre a Amazônia no Brasil. Na primeira parte, o primeiro artigo trazido foi intitulado “O delírio do Capitão Motosserra⁴⁹” (Arnold, 2020, tradução nossa), se referindo ao presidente brasileiro, que se auto apelidou como capitão motosserra. O texto, dividido em seis partes, aborda o histórico desrespeito que os povos indígenas vêm enfrentando, desde o início da colonização pela Europa, até o presente momento, em que ainda batalham contra exploradores de seu próprio país, advindos tanto do setor energético, quanto da pecuária e mineração. O autor expõe também a responsabilidade internacional das relações comerciais com o Brasil, como é o caso da China. Além da própria falta de consciência do consumidor sobre o que ocorre na Amazônia (Arnold, 2020).

Ademais, para contrapor ao que o presidente brasileiro afirma sobre a Amazônia se tratar de uma selva selvagem, o autor defende a existência da moradia de 30 milhões de pessoas na bacia amazônica, que inclui tribos indígenas, migrantes do Brasil e imigrantes de todo o mundo. Arnold (2020) indica a necessidade de capacitação de sua população para viver uma vida sustentável na Amazônia, administração a qual poderia ser melhor liderada pelos indígenas, tal como ocorria antes da chegada dos europeus.

Em outro artigo, que aponta a conquista evangélica na Amazônia, a invasão aos territórios indígenas é apresentada não apenas como um ataque às reservas ambientais protegidas por eles, mas também à sua saúde e cultura. Esse cenário já vem sendo reproduzido desde a época da colonização europeia, em que o catolicismo disputou a hegemonia religiosa com a religião evangélica na América Latina. Enquanto isso, o governo Bolsonaro não priorizou a saúde dos povos nativos, vetados da garantia de leitos hospitalares e necessidades básicas como água potável durante a pandemia, elementos que seriam assegurados por dispositivos da lei (Picq, 2020).

A reprovação ao presidente Bolsonaro, continuou em um outro artigo, por seu tratamento com os povos indígenas, visto que as terras onde eles vivem são as que apresentam

⁴⁹ Original: “Captain Chain Saw’s Delusion.”

a menor taxa de desmatamento. Os autores criticam a falta de espaço dado à população indígena para discutir estratégias contra as mudanças climáticas, o que seria importante, visto o saldo positivo que eles possuem na conservação das terras onde vivem, apresentando as menores taxas de desmatamento (Macedo & Pereira, 2020). Em um artigo escrito pela ativista indígena Sônia Guajajara (2020), ela informa sobre como a seca já tem afetado a alimentação e os rituais culturais das populações indígenas. Ademais, o avanço dos incêndios causados pelo desmatamento ilegal ameaça a destruição de árvores históricas, que guardam conexões ancestrais dos povos indígenas (Levis, 2020).

Enquanto isso, no artigo elaborado pelo ecologista Fearnside (2020), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o autor aponta que a desestruturação das agências ambientais, a redução da proteção aos povos indígenas e o sistema de licenciamento de projetos de infraestrutura promovidos pelo governo Bolsonaro, tem facilitado para a construção de barragens nos rios amazônicos. A sua construção objetiva a geração de energia, mas é apontada como insustentável, e tem sido responsável por fatores como a contaminação dos rios, a destruição da diversidade aquática, bem como daqueles que subsistem da pesca. O autor sugere a necessidade do reforço do país em outros tipos de energia, como a eólica offshore e a solar, por serem renováveis e sustentáveis, além de o Brasil ter potencial para seu desenvolvimento (Fearnside, 2020). O artigo do autor foi respondido pela empresa Norte Energia, responsável pela construção e operação da usina hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, que defendeu seu compromisso com a responsabilidade ambiental e justiça social (Soares, 2020).

A energia solar também é sugerida por Carvalho e Nobre (2020), eles se preocupam com o ponto de inflexão e possível processo de savanização que a floresta amazônica tem se aproximado, e indicam alternativas, já existentes, relacionadas ao setor comercial, para evitar esse processo. Conforme afirmam, é importante investir em opções como o açaí, cacau e a castanha-do-pará, que são culturas as quais podem ser cultivadas de modo sustentável na floresta e que tem se mostrado mais lucrativas do que a cultura da soja ou gado, além de haver retorno dos seus lucros para os produtores locais (Carvalho & Nobre). A importância da conservação da floresta amazônica também se dá com relação a sua contribuição à medicina, os estudos científicos já realizados sobre sua biodiversidade de flora e fauna, têm obtido resultados positivos para a prevenção e tratamento de doenças. Devido a sua extensa

biodiversidade, pouco foi estudado pela medicina ocidental, e corre o risco de perda, caso o desflorestamento continue acelerado (Plotkin, 2020).

Em uma matéria interativa, onde apresenta o mapa da Bacia do Amazonas, ilustra os locais que têm sofrido desmatamento, e onde estão localizadas as barragens que vem degradando a diversidade de flora e fauna, e que alteram o fluxo dos rios. Os locais mostrados, exibem onde houve a substituição da floresta natural por desenvolvimentos urbanos ou que se tornaram áreas arenosas no período de 2003 a 2018. Apresenta também o nível dos incêndios ocorridos no ano de 2019, situados ao longo das rodovias e nas margens do bioma amazônico, em que os proprietários de fazendas incendiaram intencionalmente para a limpeza da terra para pastagens e agricultura.

Ainda na mesma matéria, o mapa mostra a enorme quantidade de locais solicitados para exploração de minério, exibindo os setores onde ocorre a mineração ilegal, que conta em mais de 2.300 sítios e afeta também aos territórios indígenas. A região Yanomami tem sofrido com a corrida pelo ouro, processo no qual é utilizado o mercúrio para separar o ouro do minério, e acaba contaminando os rios e trazendo impactos nocivos aos seus moradores. Além disso, no mapa, são apresentadas as consequências das barragens hidrelétricas nos rios, em particular, dos danos causados por Belo Monte, uma das maiores hidrelétricas do mundo. A usina foi responsável por alterar 80% da vazão do rio, deslocar mais de 20 mil pessoas, depredar a fauna aquática e terrestre, bem como centenas de espécies raras, impossibilitando a subsistência pesqueiras das comunidades indígenas. Serkez (2020) finaliza, alertando que as mudanças climáticas provocadas pela destruição da Bacia Amazônica, serão sentidas em todo o mundo.

Em novembro de 2020, o país esteve destacado entre as histórias visuais favoritas do jornal estadunidense do ano de 2019 (Times, 2020). Na divisão de assuntos em destaque deste ano, o Brasil esteve no tema de desastres, onde foram observados os desastres ambientais, como o colapso da barragem de Brumadinho. A imagem faz parte de uma matéria publicada no dia 9 de fevereiro, a qual exhibe o momento do rompimento da barragem (Darlington et al, 2019); e em outra imagem, do mapa do país, chama atenção para as áreas de risco, onde contém barragens de mineração, do dia 14 de fevereiro (Bloch, Reinhard & Peçanha, 2019). O terceiro evento a ganhar visibilidade foi o do desmatamento, que a partir de um mapa da Amazônia brasileira, mostra o nível de floresta mantida, mais os locais onde houve incêndios no mês de agosto e que ocorreram o desmatamento (Lai, Lu & Migliozi, 2019).

No último mês de 2020, o presidente Bolsonaro voltou a ser destacado, dessa vez, em razão do seu estado de negação pela perda das eleições do presidente Donald Trump nos Estados Unidos. Em um alinhamento de poucos ganhos para o Brasil, o presidente se beneficiou com a aprovação do governo estadunidense sobre sua conduta na Amazônia, que resultou na destruição ambiental e humana. No entanto, a expectativa com o presidente Joe Biden é distinta, dada a possibilidade de entrar em embate com o governo brasileiro sobre a temática ambiental, inclusive, pressionando a partir do setor comercial, visto que encara com preocupação as mudanças climáticas. Bárbara (2020) afirma que o fracasso do país brasileiro em proteger a floresta tropical, poderia levar ao isolamento do Brasil, em caso de uma aliança conjunta entre os EUA e a Europa (Bárbara, 2020).

De forma positiva, no dia 26 de dezembro, o país brasileiro foi evidenciado pela sua produção famosa de carne, mas que tem demonstrado o alto número de vegetarianos, com uma indústria vegetal em expansão, com opções crescentes tanto em setores de supermercados, quanto restaurantes e pelos próprios produtores de carne (Londoño, 2020).

Embora tenha havido um foco menor sobre a temática ambiental em 2020, o jornal estadunidense não deixou passar despercebido o avanço dos incêndios sobre a floresta amazônica durante a pandemia, além de evidenciar a corroboração dessas ações ao discurso do ministro de meio ambiente do Brasil. Por meio de seus artigos de opinião, quiz e outras matérias, o periódico recordou o processo de deterioração da questão ambiental no Brasil como algo que já vem ocorrendo desde o ano de 2019, em que a soma das promessas do presidente brasileiro em flexibilizar a legislação ambiental, para o avanço da exploração comercial, resultou concretamente no crescente número de incêndios, bem como no aumento da invasão dos territórios indígenas. No ano de 2020, os povos indígenas precisaram estar em amplas frentes de batalha, contra os mineradores ilegais, pecuaristas e madeireiros, enquanto enfrentavam também a contaminação do coronavírus em suas tribos.

3.2 Notícias pelo *The Economist*

No período de 2019 a 2020, também foram coletadas notícias no *The Economist*, as quais seguiram a mesma divisão entre Notícias Gerais e Meio Ambiente. A primeira, sendo composta por matérias pertencentes às seções do semanário inglês, que são: *The world this week*, *Leaders*, *Letters*, *Briefing*, *United States*, *The Americas*, *Asia*, *China*, *Middle East &*

Africa, Europe, Britain, International, Business, Finance & economics, Science & technology, Culture, Graphic detail, Obituary, Special reports, Technology Quarterly, Essay, By Invitation, Schools brief, The Economist explains e The Economist reads. Seções estas, que ao mencionarem a temática ambiental relacionada ao país brasileiro, foram reunidas na categoria de Meio Ambiente, para a análise particular desse assunto.

Tabela 2 - Notícias gerais e de meio ambiente pelo *The Economist* (2019-2020)

The Economist (Reino Unido)	2019		2020	
	Notícias gerais	Meio ambiente	Notícias gerais	Meio ambiente
Janeiro	11	5	11	4
Fevereiro	19	5	18	1
Março	25	1	22	0
Abril	10	2	19	2
Mai	14	0	13	0
Junho	17	1	37	6
Julho	13	3	20	6
Agosto	13	15	12	1
Setembro	14	4	11	2
Outubro	15	3	16	1
Novembro	16	2	27	7
Dezembro	22	5	12	2
Total	236 / 46 (19,7%)		249 / 32 (13,1%)	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no *The Economist* no período de 2019 a 2020

Semelhante ao que foi visto na Tabela 1, referente às notícias do *The New York Times*, o semanário britânico também apresentou um número maior de notícias no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. Inclusive, com um percentual maior de notícias relacionadas ao meio ambiente. Dentro do número de 236 notícias gerais, 46 (19,7%) matérias foram dedicadas à temática ambiental. Esse número foi maior em comparação ao meio de comunicação estadunidense, pois ainda que tenha trazido 191 (15,4%) notícias, o seu percentual foi menor dentro do total de 1.240 reportagens gerais publicadas. Esta sobreposição também se manteve no ano seguinte (ver Tabela 1). Sob o contexto da pandemia do Covid-19, houve a diminuição do número de reportagens em 2020, em que o semanário britânico publicou o total de 248 notícias gerais, das quais 32 (13,1%) foram sobre meio ambiente.

A primeira notícia sobre o Brasil, publicada no dia 03 de janeiro de 2019, na categoria Américas, foi um artigo da edição impressa intitulada “Fora com o velho⁵⁰”, onde destacou as expectativas com o novo presidente eleito, Jair Bolsonaro, descrito como “*firebrand*” no título da notícia, por ser um governo incendiário ou radical, que propõe uma transformação profunda na política do país. O semanário, no entanto, afirma que pouco do passado do presidente brasileiro mostra que ele tenha talento e sabedoria na gestão política. Ao mencionar os ministros escolhidos para o seu governo, cita o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, descrito como um diplomata obscuro, que vê como uma conspiração globalista a ação contra a mudança climática. A mudança climática também é considerada uma questão secundária para o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que se opôs às penalidades ambientais (Economist, 2019a). A impressão negativa sobre os ministros do novo governo, foi expressa em outra matéria pelo semanário britânico: “Seus novos ministros de relações exteriores, educação, do meio ambiente e direitos humanos provavelmente farão mais mal do que bem⁵¹” (Economist, 2019b, n.p, tradução nossa).

Em uma nova publicação, no dia 12 de janeiro, o texto discorreu sobre as contradições da política externa brasileira. No texto, são apresentados relatos de preocupação pelo diplomata Rubens Ricupero e o pesquisador Matias Spektor, que temem a nova direção da política externa do país, tradicionalmente reconhecida por sua honrosa diplomacia, do que por aspectos militares. Ambos temem que o *soft power* do Brasil esteja em risco. A publicação lembra que a postura do presidente com relação às mudanças climáticas, poderia impactar as possibilidades de a União Europeia consumir o acordo comercial com o Mercosul, o qual já vinha sendo adiado há muito tempo (Economist, 2019c).

Após o acidente ocorrido em Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, no dia 25 de janeiro de 2019, o semanário inglês dedicou cinco reportagens ao assunto, duas em janeiro, mais duas em fevereiro e uma em março. Na primeira notícia, informou sobre o acidente ocorrido, e que a empresa Vale ainda estava em investigação sobre o que poderia ter causado o acidente, visto que a barragem em questão havia sido inspecionada e declarada como segura. A matéria ainda informa sobre o material do qual a barragem é composta, e sua periculosidade em outros países, que têm sofrido com o mesmo risco (Economist, 2019d). Na matéria seguinte, afirmou que o acidente ocorrido em Brumadinho, é o maior desastre desde o

⁵⁰ Original: “Out with the old.”

⁵¹ Original: “His new ministers for foreign affairs, education, the environment and human rights all look likely to do more harm than good.”

rompimento da barragem de mineração na Bulgária em 1966, que chegou a totalizar 500 mortes. A partir da ilustração de um gráfico, a estrutura da barragem rompida, bem como a crescente extração de minério do solo foram apontados como causas cada vez mais comuns de acidentes, segundo o banco de dados de acidentes pelo *World Mine Tailings Failures* (WMTF) (Economist, 2019e).

No mês de fevereiro, o semanário inglês expôs a conduta negligente da Vale com relação à segurança das barragens e sua prioridade ao lucro, dado que este é o segundo acidente que ocorre dessa maneira, classificado pela matéria como “desastres gêmeos”. O texto também afirma que o Brasil é “um país capitalista de compadrio, não a América louca por litígios⁵²” (Economist, 2019f, n.p, tradução nossa), ou seja, um país em que as empresas recebem apoio governamental, independentemente de suas ações. Complementa que o Governo Bolsonaro pode ser mais permissivo com a Vale, visto sua posição pró-negócios, além da importância da companhia mineradora para o PIB do Brasil (Ibidem, 2019f).

A perspectiva anterior foi reforçada na segunda matéria, publicada no mesmo dia 2 de fevereiro, em que reafirma e detalha o laço íntimo entre o governo e mineradores, recordando sua promessa de campanha presidencial em abrir a Amazônia para exploração. Ao lembrar a utilização do material barato e de risco que estrutura as barragens da mineração da Vale, um dos motivos do acidente similar em Mariana, o semanário britânico compara, afirmando que as barragens de rejeito foram banidas no Chile e são raras na América e Europa. A utilização ampla deste material no Brasil é conciliada pela contribuição do governo às empresas mineradoras, que priorizam os lucros sobre a proteção, também porque essas empresas têm cumprido responsabilidades governamentais como construir escolas e hospitais nos locais onde se estabelecem. A empresa Vale, por exemplo, domina as economias locais de Brumadinho, sendo o maior empregador da cidade, além de pagar 60% dos impostos (Economist, 2019g).

A falta de segurança da Vale foi repercutida em uma quinta notícia, publicada em março de 2019 - a única tocante ao meio ambiente no Brasil este mês - trouxe no seu título: “A Vale e as consequências do rompimento devastador da barragem⁵³”. No seu subtítulo, informou sobre o complô entre a Vale e seus auditores fiscais para certificar que a barragem de Brumadinho estava segura, acusação advinda de promotores do país brasileiro. A matéria é

⁵² Original: “(...) this is crony-capitalist Brazil, not litigation-mad America.”

⁵³ Original: “Vale and the aftermath of a devastating dam failure”

finalizada, apresentando que mesmo após o pagamento do valor de multas e indenizações ao governo e familiares, a companhia voltaria a se recuperar em 2020 com o aumento da demanda de minérios (Economist, 2019h).

Já no mês de abril, em uma matéria que aborda os acontecimentos políticos da semana, foi citada a rejeição do Museu de História - localizado em Nova York - para sediar a homenagem de gala ao presidente Jair Bolsonaro. A recusa se deu após o protesto de ambientalistas, visto a disposição do presidente em abrir a floresta tropical para a exploração de minério (Economist, 2019i). O governo brasileiro voltou a ser assunto em junho, como ponto de referência em relação ao presidente colombiano Iván Duque, que após eleito, mesmo sendo um presidente de direita, se diferencia de Jair Bolsonaro em questões como o respeito ao congresso e a corte de seu país, além de se preocupar com o desmatamento e com as mudanças climáticas (Economist, 2019j).

No mês de julho, a posição desrespeitosa do presidente com relação ao meio ambiente é mencionada, sendo explicada como um dos fatores que pode comprometê-lo no acordo entre o Mercosul e União Europeia, devido a sua indisposição com o acordo de Paris em combater a mudança climática e reduzir o desmatamento da Amazônia (Economist, 2019k). Após sua decisão de mudar o presidente dos assuntos indígenas da Fundação Nacional dos Indígenas (FUNAI), o governo voltou a ser mencionado nos assuntos semanais de política do semanário. Sob críticas de grupos indígenas, o escolhido para o cargo foi Marcelo Xavier da Silva, um policial federal, o qual já se posicionou contra ativistas ambientais em 2017. Em tempo, o texto ainda afirmou o interesse do presidente na revisão dos dados sobre o desmatamento antes da sua divulgação, pois o número poderia prejudicar a imagem do Brasil (Economist, 2019l).

No dia 3 de agosto, o semanário britânico dedicou uma edição semanal a floresta amazônica, em que esta é retratada na imagem da capa, a qual ilustra um ambiente deserto com troncos de árvores cortados, e no centro, um tronco possui a forma do mapa do Brasil, com uma caveira ao lado, sob o título “Relógio da morte para a Amazônia⁵⁴”, acompanhado do subtítulo “A ameaça de desmatamento desenfreado⁵⁵” (Economist, 2019m). A mesma imagem, por autoria da ilustradora Andrea Ucini, foi utilizada em uma outra notícia, na categoria Líderes, cujo título foi o mesmo da edição especial, mas com o subtítulo diferente,

⁵⁴ Original: “Deathwatch for the Amazon”.

⁵⁵ Original: “The threat of runaway deforestation”.

apontando: “O Brasil tem o poder de salvar a maior floresta da Terra - ou destruí-la⁵⁶” (Economist, 2019n, n.p, tradução nossa). Este foi um artigo também selecionado para discussão em dois episódios de podcast do semanário, no primeiro, que menciona em seu título “Evitando o colapso da Amazônia (...)” (Ibidem, 2019o), e em outro, que alerta sobre o risco de ponto de não retorno que a Amazônia pode chegar (Economist, 2019p). A edição chegou a ser mencionada também por *The New York Times*, como parte de uma das séries de reportagens de organizações de notícias estrangeiras dedicadas ao assunto da política ambiental e do desmatamento sob a era Bolsonaro (Londoño, 2019e). Segundo *The Economist* afirma, seus editores sempre debatem sobre qual é o assunto mais importante da semana para decidir qual será a capa da edição semanal (Economist, 2019c2).

Na matéria em questão, seu início salienta a importância da Amazônia para a subsistência de 1,5 bilhão de pessoas, ao mesmo tempo que cumpre a função de suavizar as mudanças climáticas para 6,2 bilhões de pessoas. No entanto, isso tem sido ameaçado pela ausência de um papel governamental vigilante e rigoroso sobre os crimes ambientais, ao passo que ocorre a aceleração da perda da cobertura de árvores, sob risco de chegar ao ponto de inflexão. O texto sugere que se a Amazônia fosse um país, seria o terceiro maior emissor de dióxido de carbono, ficando atrás apenas da China e Estados Unidos (Economist, 2019n).

Além disso, o semanário britânico rebateu as argumentações do presidente brasileiro para seguir com o desmatamento, fundamentado na afirmação de que a Amazônia pertence ao Brasil, sendo este um problema unicamente do seu país. Ele também acusou os países ricos de estarem tentando impedir o desenvolvimento do Brasil, dado que eles desmataram os seus países. Na contra-argumentação, o semanário apontou que todo o planeta sofre com o aquecimento climático provocado pelos incêndios florestais; e ainda, mesmo que seja verdade que os países ricos tenham desmatado suas florestas, o Brasil deveria seguir na direção contrária, como forma de demonstrar que aprendeu a lição, tal como a França o fez ao reflorestar. O desmatamento desenfreado que ocorre na Amazônia, inclusive, pode afetar a sua própria agricultura, em decorrência das grandes secas que podem ser provocadas pelo aumento do calor. Por fim, o texto finaliza afirmando que para pressionar o Brasil, as grandes empresas deveriam boicotar seus produtos, condicionando as relações comerciais ao bom comportamento ambiental do país (Economist, 2019o).

⁵⁶ Original: “Brazil has the power to save Earth’s greatest forest—or destroy it”.

Ainda no mesmo dia, outra matéria reforçou a preocupação com o agravamento das mudanças climáticas pelo desmatamento na Amazônia brasileira, em que traz dois gráficos. No primeiro, mostra o aumento do nível de perda de florestas, intitulado como “a raiz do problema⁵⁷”. Enquanto no segundo, afirma uma das funções da floresta amazônica, dado como regulador das mudanças climáticas, que tem o uso de sua terra relacionado ao aumento do efeito El Niño, e as severas secas decorrentes disso. O avanço das mudanças climáticas preocupa, principalmente, sob o contexto do governo Bolsonaro, definido como “o chefe de Estado ambientalmente mais perigoso no mundo⁵⁸” (Economist, 2019q, n.p, tradução nossa).

Algumas pressões foram efetivadas sobre o presidente, tais como o da sua ministra da agricultura, Tereza Cristina, e do *lobby* agrícola, para ele recuar a ameaça de sair do acordo climático de Paris e de extinguir o ministério do meio ambiente - pois colocaria em risco os acordos com empresas europeias. Além do bloqueio por parte do Supremo Tribunal, relativo a um decreto que visava transferir do Ministério da Justiça para a Ministra da Agricultura, os poderes sobre a demarcação de reservas indígenas. No entanto, um conjunto de fatores ainda preocupa, como a perda de recursos financeiros de sua agência de proteção como o Ibama, aliado ao interesse declarado do governo em abrir a floresta - mesmo os territórios protegidos legalmente - para a exploração comercial, bem como a negação do governo brasileiro aos dados apresentados pelo INPE, que levou à demissão do presidente do Instituto, (ECONOMIST, 2019q). Este último acontecimento repercutiu nos destaques da seção de Política da primeira semana de agosto (ECONOMIST, 2019r).

Somando os fatores anteriores, em um outro artigo, foi exibido o gráfico do desmatamento da floresta tropical de 2016 a 2019. No texto, é chamada a atenção para o crescimento de 278% do desmatamento em julho de 2019, comparado ao mesmo mês do ano anterior (Economist, 2019s). O alerta sobre os incêndios na floresta amazônica se intensificou também com a chegada de sua fumaça ao céu de São Paulo, que ficou escurecido. O subtítulo afirma a culpa que o presidente Bolsonaro direcionou aos ambientalistas sobre os incêndios (Economist, 2019t). Essa afirmação foi ridicularizada pelo semanário em outra notícia, ao repercutir novamente o assunto, em 23 de agosto, cujo título aponta que o “Inferno” (Economist, 2019u) causado na Amazônia é decorrente de atividade humana, e seu combate depende, principalmente, “da vontade política, da qual Bolsonaro carece (Ibidem, 2019u).

⁵⁷ Original: “The root of the problem.”

⁵⁸ Original: (...) the most environmentally dangerous head of state in the world.

Na seção de Cartas aos editores, houve respostas por parte de Fred Arruda, embaixador do Brasil, que rebate a edição sobre a floresta amazônica, defendendo que o governo brasileiro respondeu aos incêndios florestais, e empregou uma operação que contou com mais de 165 agentes federais ambientais para combater o fogo, a partir da qual foi desmantelada uma ação criminal organizada em extração ilegal de madeira e minério. Além disso, defende também que nos últimos 15 anos, o país foi responsável pela regeneração de 9,4 milhares de hectares de vegetação, além de replantar outros 2 milhões de hectares. Ele afirma o possível equilíbrio entre desenvolvimento e proteção ambiental, e de como o Brasil é um exemplo disso, que ao contrário da Europa, dedica apenas 30% de seu território à agricultura e à pecuária, enquanto nos países europeus, esse número varia entre 45% e 65% (Arruda, 2019).

Para rebater os dados divulgados sobre o desmatamento ocorrido em junho, o embaixador justificou que o sistema de satélite cumpre a função de alertar sobre os desmatamentos locais para a orientação do trabalho das forças no terreno, e não de gerar as taxas de desmatamento reunidas, equipamento o qual deverá ser mantido, mas que não é apropriado para essa análise. No entanto, para aprimorar o combate ao desflorestamento e a coleta de suas taxas, o governo brasileiro investiria em um novo sistema de imagens de satélite de alta resolução (Arruda, 2019).

A outra carta selecionada pelo semanário, foi do empresário W. Garner Robinson, chefe executivo da Robinson Lumber Company. O empresário afirma a necessidade de uma silvicultura sustentável como forma de preservar os pulmões do planeta, e que possibilita uma Amazônia comercial sustentável. O exemplo citado por ele, foi a derrubada de uma árvore cumaru de 80 anos na região de Madre de Dios, na Amazônia peruana, que precisava ser colhida, pois caso contrário, teria parado de crescer e metabolizar o dióxido de carbono em oxigênio e se decomposto, levando a liberação de carbono e metano. Segundo afirma, quando não ocorre a colheita sustentável das árvores, ocorre sua queima para dar espaço a fazendas e minas. Ele defendeu o consumo de produtos de madeira, fator com o qual acredita que seus colegas assinantes da edição impressa estão de acordo (Robinson, 2019).

Em outra carta, o assinante Daniel Mauro, pede que parem de fingir que a humanidade se importa com o meio ambiente, e pontua que o consumismo é o princípio organizador da civilização, sendo vencedor sobre a questão ambiental. Fator este que deve ser compreendido

pela política pública. E que a única que recebe a devida importância, que em inglês possui o mesmo nome que a Amazônia, é a loja Amazon (Mauro, 2019).

No dia 29 de agosto, em uma das últimas matérias deste mês, a qual foi mencionada na edição de políticas da semana (Economist, 2019v), o semanário informou sobre a hashtag *#AmazonIsBurning*, que predominou na conversa global. Na matéria, expôs o comportamento do presidente brasileiro em resposta às críticas externas, que levaram, inclusive, a rejeição de U\$22 milhões ofertados como ajuda pelos países do G7, a qual o presidente aceitaria apenas sob a condição de que seu homólogo francês, Emmanuel Macron, se desculpassem sobre sua afirmação de que o mandatário brasileiro teria mentido sobre o seu compromisso com o meio ambiente (Ibidem, 2019v).

Para *The Economist*, está claro que as políticas do novo presidente do Brasil “são profundamente destrutivas para a floresta amazônica, e dissuadi-lo exigirá muito mais sutileza no exterior, mais determinação de oponentes e até aliados em casa⁵⁹ (Economist, 2019v, n.p, tradução nossa). Isso se comprova nas suas ações e oposição contra uma legislação ambiental rigorosa, o Ibama, e contra o Inpe, bem como às ONG ambientais, além do esvaziamento de alguns cargos seniores no departamento de florestas e desenvolvimento sustentável do ministério do Meio Ambiente, vistas como fruto do seu preconceito e nacionalismo, que encara o assunto do meio ambiente como pauta da esquerda.

O semanário concorda com o governo brasileiro que o presidente francês errou ao excluir o Brasil da conversa sobre a floresta tropical no G7, ainda que seja legítimo o desejo de defesa do mundo sobre o destino da floresta tropical, o chefe de Estado francês não é dono da floresta. Concorde também que a Amazônia apresentou incêndios piores nos últimos anos, e que os mapas exageram a sua extensão. Assume que o controle sobre o desmatamento do Brasil tem sido um dos mais rigorosos do mundo, e que a partir de 2005 houve uma forte redução da destruição da floresta, antes dos cortes orçamentários prejudicarem essa atuação, agora dificultados também pelo governo Bolsonaro. No exterior, a diplomacia brasileira tem demonstrado um país comprometido na luta contra o desmatamento, mas é contradizente com as atitudes presidenciais no país, que tem sido flexível com os crimes ambientais praticados. A matéria é finalizada com a afirmação sobre a necessidade de uma ação política organizada para pressionar o governo a ter um compromisso real (Ibidem, 2019v).

⁵⁹ Original: Mr Bolsonaro’s policies are profoundly destructive of the Amazon rainforest, and deterring him will take much more subtlety abroad and more determination from opponents and even allies at home.

Em setembro, o semanário reuniu matérias que inspiraram a produção do filme “Mudanças climáticas: o problema das árvores” pela *The Economist*, as referidas notícias do mês de agosto foram utilizadas no filme em que discute uma combinação de fatores que podem contribuir para a redução das emissões de combustíveis fósseis e a redução de seu impacto (Economist, 2019w). Em outubro, é falado sobre o papel da igreja católica na Amazônia, que dentre outros fatores, realiza a comunicação entre os indígenas e o governo sobre o desrespeito e ataques que têm sofrido em seus territórios. Embora também seja preocupante a presença de bispos e padres da igreja católica, em razão da sua influência religiosa e o possível impacto sobre a cultura das populações nativas, como historicamente tem sido demonstrado, muitos indígenas têm visto a igreja católica como uma aliada promissora (Economist, 2019x).

Em novembro, o meio de comunicação citou o projeto do Brasil e do Japão em Moçambique, o qual consistia em utilizar parte de suas terras para a plantação de soja, mas que recebeu oposição de moçambicanos, e depois ocorreu a transferência para a própria fronteira em casa, onde suas florestas estão queimando (Economist, 2019y).

Na matéria seguinte, é ilustrada a imagem de um protesto em São Paulo, onde há destaque sobre um manifestante caracterizando ao governo brasileiro, em que segura a motosserra em uma mão, e uma mensagem na outra, escrito: “Isso é tudo culpa das ONGs” relembrando a culpabilização dos incêndios na Amazônia feita pelo presidente às ONGs ambientais. Por sua vez, é contextualizado o processo legislativo do país, pois as situações de corrupção e punição contra os crimes ambientais perderam a rigidez por parte das autoridades jurídicas (Economist, 2019z).

No último mês de 2019, o veículo de comunicação abordou os assuntos que ganharam mais horas de leitura pelo público do *The Economist*, e os incêndios na Amazônia estiveram entre essas leituras, com 10 milhões de horas de leitura contabilizadas (Economist, 2019a2). Além disso, o assunto esteve também no resumo dos acontecimentos do ano de 2019 (Economist, 2019b2).

No artigo da primeira edição de 2020, intitulada “Um ano governando perigosamente⁶⁰” (Economist, 2020a), na seção Líderes, a matéria tratou sobre o primeiro ano de governo do presidente Bolsonaro, em que, por um lado, houve avanço na economia

⁶⁰ Original: “A year of governing dangerously”.

brasileira, mais a queda de violência, e por outro lado: “O provocador não se tornou um estadista. Em vez de fortalecer as instituições democráticas do Brasil, ele as está testando. Quando se trata de corrupção e meio ambiente, o Brasil está estagnado ou retrocedendo⁶¹” (Ibidem, 2020a, n.p, tradução nossa). Dentre as situações contextualizadas para essa afirmação, estão a de que o ministro da justiça, Sérgio Moro, quando ainda estava no cargo de juiz, na função de investigação anticorrupção que contribuiu para levar Bolsonaro ao poder, teria tido uma proximidade imprópria com promotores. Além disso, houve a retirada do projeto de lei criminal de Moro sobre as medidas anticorrupção. Paralelo a isso, o filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, apresenta conexões com milícias assassinas de ex-policiais, e ainda passava por uma investigação de denúncias, de que quando ainda estava em seu cargo de deputado estadual, fez a apropriação indevida de um dinheiro que deveria ser destinado a funcionários.

Com relação ao meio ambiente, o texto traz um gráfico para ilustrar o desmatamento ocorrido entre os anos de 2016 e 2019, quando se observa que houve um aumento significativo no ano de 2019, em comparação aos anos anteriores. No texto, é informado que o desmatamento na Amazônia teve um aumento de 80% nos primeiros 11 meses de 2019 em comparação com 2018. Além disso, relembra o aborrecimento de Bolsonaro com a publicação dos dados de desmatamento, que teria levado à demissão do chefe da agência espacial e ainda ao esvaziamento das agências de fiscalização ambiental, além de estimular fazendeiros e madeireiros para limpar a terra a partir dos incêndios (Economist, 2020a). Essas mesmas informações foram repetidas em uma segunda e terceira notícia.

Na segunda, repete o mesmo gráfico referente ao desmatamento no Brasil, dessa vez intitulado “Um ano de Jair⁶²” (Economist, 2020b, n.p, tradução nossa). Na terceira matéria, cujo título foi “Primeiro ano controverso de Jair Bolsonaro no cargo”, seguido do subtítulo “A imagem global do Brasil está pior; sua economia está melhor” (Economist, 2020c, n.p, tradução nossa), expõe quatro gráficos, cada qual com um enfoque distinto, no primeiro superior a esquerda, exibe a alta no número de investimentos empresariais; abaixo dele, apresenta a queda de homicídios no mesmo ano; e ao lado, na posição superior da esquerda, expõe o Desmatamento na Amazônia, em que se observa uma alta inicial entre janeiro e

⁶¹ Original: “The provocateur has not become a statesman. Instead of strengthening Brazil’s democratic institutions, he is testing them. When it comes to corruption and the environment, Brazil is either stuck or going backwards.”

⁶² Original: “Jair’s Year.”

setembro no ano de 2019, e sua queda entre agosto e novembro. Abaixo dele, é apresentada a porcentagem de importação de bens e serviços do Brasil, que em comparação aos países da Alemanha, França, Inglaterra, Índia e Colômbia, teve o menor percentual (Economist, 2020c).

Em fevereiro, a posição da igreja católica voltou a ser assunto no meio de comunicação. Citou uma carta escrita pelo Papa, em idioma espanhol e intitulada “Querida Amazônia”, na qual o papa fala sobre o apelo para a região que possui 40% das florestas tropicais do mundo; e que tem sofrido com o aumento das invasões de terras por madeireiros, fazendeiros e garimpeiros ilegais, além de que as pessoas dessa terra tem sofrido também a perda de proteção decorrente do enfraquecimento da legislação. Fator provocado pelo governo federal no Brasil, visto seu incentivo para a espoliação da floresta amazônica. Além disso, também são reprovadas pelo papa a atuação nacional e internacional visada no comércio, que possam ser prejudiciais ao direito dos povos originários à terra e seus limites, bem como à autodeterminação e ao consentimento prévio, (Economist, 2020d).

No mês de abril, já sob o ápice do Covid-19, as matérias publicadas se voltam para o negacionismo do presidente brasileiro sobre a gravidade do novo vírus, e portanto, o seu descaso com a saúde pública, o que tem provocado a reprovação popular, inclusive de seus aliados políticos. Na matéria, para reforçar a caracterização negligente do governo brasileiro, o texto afirma: “Nos 15 meses desde que ele se tornou presidente, os brasileiros se acostumaram com sua bravata machista e ignorância em questões que vão desde a conservação da floresta amazônica até educação e policiamento” (Economist, 2020e).

Enquanto isso, na segunda notícia do mês, é citado o alinhamento do presidente aos militares, os quais continuaram leais ao governo, inclusive com apoio sobre o interesse de desenvolver economicamente a Amazônia (Economist, 2020f). O assunto retornou em uma outra matéria, em que declarou a ameaça do presidente brasileiro à democracia de seu país. O forte envolvimento do seu governo com os militares, encarregados de funções como a proteção da Amazônia, e também para lidar com a situação sanitária do Brasil, foi retratado na imagem em que ilustra um quepe militar - um acessório que compõe o uniforme dos militares -, que cobre a faixa simbólica, onde é escrito “ordem e progresso” na bandeira do Brasil (Economist, 2020g).

A reportagem foi mencionada por Sarah Maslin, correspondente internacional do *The Economist*, na sua participação do debate sobre ‘A Amazônia nas manchetes do mundo’, em um debate no Seminário Jornalistas em Diálogo (2020), a jornalista falou sobre uma notícia

publicada, quase um ano depois da sua elaboração, em junho de 2020, no tópico de Motosserras e cadeias de suprimento⁶³ da seção das Américas. O título da matéria foi: “Estudo aponta empresas que compram produtos de áreas com desmatamento”, conforme explicou, o objetivo foi apresentar o envolvimento de atores internacionais na máquina do desmatamento, cujo enfoque recaiu sobre as cadeias de fornecimento da carne e da soja. Para isso, utilizaram uma plataforma onde as exportações de soja, carne e outras commodities são rastreadas, de grandes empresas como a JBS e a Cargill. A partir dessa plataforma, cujo acesso está disponível no link: <https://www.trase.earth/>, é possível localizar a ligação das exportações com municípios que possuem alto desmatamento, para assim indicar a responsabilidade de cada empresa que forneceu deste município que teve determinado nível de desmatamento (Maslin, 2020a).

A finalidade era compreender a razão pela qual essas empresas não estavam fazendo mais para extinguir o desmatamento dos seus fornecedores. Maslin (2020a) afirma que conseguiu entrar em comunicação com a maior parte das empresas e falou com seus diretores de sustentabilidade para entender os dados logísticos das cadeias de fornecimento e se ocorria a falta de incentivos econômicos para investir no combate ao desmatamento. Para a repórter, a voz das empresas era necessária para convencer os leitores sobre como o sistema capitalista tem fracassado, ainda que essas empresas estejam indo muito bem no mercado de ações, era necessário demonstrar seu vínculo com o desmatamento e a responsabilidade dos governos internacionais, dos investidores e dos consumidores também. Isso porque o semanário possui um público crente do capitalismo e da economia global, que inclui até investidores dessas mesmas empresas de agricultura brasileira.

Na matéria, que identifica que duas organizações sem fins lucrativos, a Global Canopy e o Instituto Ambiental de Estocolmo são os responsáveis por liderar a iniciativa de pesquisa da Trase, a partir da qual realizou uma análise das cadeias de abastecimento do Brasil, a qual vai desde terras recém-desbravadas na Amazônia e cerrado até portos no exterior. Em seu novo estudo, que se concentrou na produção de soja do Mato Grosso, um Estado que abrange parte da Amazônia e o cerrado e que informa quais fazendas possuem licença para desmatar, o que possibilita aos pesquisadores distinguir o desmatamento legal do ilegal. No estudo feito, foi observado que 95% do desmatamento em fazendas de soja no Estado em 2012-2017 foi

⁶³ Original: *Chainsaws and supply chains*

ilegal. Grande parte das áreas recém desmatadas não foram utilizadas para plantio, mas isso pode ocorrer no futuro (Economist, 2020h).

Entre os 15 municípios do Estado que tiveram mais desmatamento ilegal em suas terras, a estimativa é de que 60% de sua colheita total foi adquirida pela Amaggi, uma empresa privada brasileira, ou pelas grandes empresas americanas do agronegócio Bunge e Cargill. Embora essas empresas acusem que desde 2008 são adeptas à proibição do desmatamento com base na soja da Amazônia, e que não consomem de áreas desmatadas ilegalmente, ainda é difícil identificar alguns elos perdidos das cadeias de fornecimento, pois grande parte de sua carne bovina é obtida de empresas que não criam todo o seu gado, o que torna mais difícil monitorar os fornecedores desses fornecedores (Ibidem, 2020h).

A matéria seguinte, na sua imagem, ilustra o gado bovino em meio a fumaça e em uma floresta. Esta obteve destaque na seção das Américas, da edição da segunda semana de junho (Economist, 2020i). O seu título indica: “Como grandes empresas de carne e soja podem parar o desmatamento” (Economist, 2020j), e reforça em seu subtítulo o argumento de que os fornecedores das empresas são responsáveis pela derrubada de árvores. O início do texto contextualiza que por causa dos lockdowns durante a pandemia, a emissão de carbono poderia diminuir em 7%. O Brasil, porém, “é uma exceção gritante” (Ibidem, 2020j), pois devido ao desmatamento, as emissões poderiam ser de 10% a 20% em relação a 2018, visto que o ano de 2020 apresentou o desmatamento de 1.202 quilômetros quadrados na Amazônia brasileira, um número de 55% a mais comparado ao mesmo período de 2019, marcado como o pior ano em uma década (Ibidem, 2020j).

A matéria traz à memória a culpa que os ambientalistas dirigem ao presidente Jair Bolsonaro pela catástrofe ambiental, em razão de sua posição favorável à desregulamentação que permite a exploração de minério, madeira e agricultura na floresta, enquanto a aplicação das leis ambientais é enfraquecida. A redução do desmatamento decorrente de acordos previamente estabelecidos pelas empresas correu o risco de ter seus efeitos revertidos sob o governo Bolsonaro. Para além disso, é necessário, como já afirmado anteriormente, um esforço maior das empresas no monitoramento de suas cadeias de fornecimento. Ademais, o texto menciona também a necessidade da exigência dos consumidores sobre a recusa de adquirir produtos cuja origem seja de um local onde houve desmatamento ilegal. Um exemplo dado foi dos comerciantes de soja, a Cargill e Bunge, que desde 2008, utilizam os mesmos satélites que a JBS para detectar o desmatamento e impor um acordo de desmatamento zero,

fator que se deu após o McDonald's e Tesco afirmarem que não comprariam mais soja amazônica advindas de terras desmatadas (Ibidem, 2020j).

Segundo a jornalista afirmou, e que também é descrito em sua matéria, ela se questionou sobre a razão para o mercado não ter feito pressão para que houvesse mudança nas cadeias de fornecimento, a jornalista buscou então se comunicar com diversos bancos brasileiros como o Itaú, o Santander (Espanha), mas também com o estadunidense Morgan Stanley (EUA), entre outros. Não houve resposta, pois os analistas se indispueram a comentar sobre a responsabilidade das empresas de agricultura no desmatamento. Eles não quiseram sequer abordar o assunto, o que a jornalista encarou como uma confirmação do seu impacto sobre a Amazônia e a relação dessas empresas. Contudo, não é o suficiente para haver um posicionamento contra e que busque por mudança, para que seja encarado como um risco para o mercado no futuro. Grande parte do capital dessas empresas é de origem brasileira, os investidores noruegueses não possuem tanta influência sobre a JBS ou Marfrig, mas grandes fundos de investimento internacionais e matérias internacionais conseguem gerar pressão e impacto para a mudança de seu posicionamento, que requer uma maior cautela com o assunto de meio ambiente (Ibidem, 2020j).

Na categoria de Detalhe Gráfico, em assuntos da semana, ainda no mês de junho, o semanário voltou a expor um gráfico sobre o desmatamento no Brasil, em que o país apresentou uma alta na Amazônia brasileira em comparação ao Cerrado. Por sua vez, a produção de carne se manteve em um nível próximo ao dos anos anteriores, mas sua exportação aumentou em 2019. Já a produção de soja aumentou, mas sua exportação sofreu uma queda. O texto que segue o gráfico, repete o que foi descrito na matéria anterior, sobre o desflorestamento e responsabilidade das empresas no país (Economist, 2020k).

Na seção Américas, da edição da segunda semana de julho, o semanário britânico destacou o forçoso contato da religião cristã com os povos indígenas, mesmo no contexto da pandemia do Covid-19 (Economist, 2020l). Assunto tratado também no podcast no semanário (Economist, 2020m). O subtítulo da matéria descreve: Os missionários querem ganhar almas na Amazônia. O presidente do Brasil está do lado deles⁶⁴. O texto explica que o novo diretor da Funai, escolhido pelo presidente brasileiro, contribuiu com missionários, por possivelmente ter informado a localização de populações indígenas que não possuem contato com o Brasil moderno, colocando em risco o seu isolamento, e por conseguinte, a sua saúde,

⁶⁴ Original: Missionaries want to win souls in the Amazon. Brazil's president is on their side.

visto o alto risco de contaminação pelo Covid-19. A contaminação, trazida pelo contato com mineradores ilegais e trabalhadores, alcançou outras tribos, chegando a provocar muitas mortes (Economist, 2020l). O assunto sobre o desmatamento de janeiro a junho de 2020 voltou a ser mencionado, dessa vez nos assuntos políticos da semana (Economist, 2020n). Na semana seguinte, também foi citado o estado degradante da saúde das populações indígenas no contexto do Covid-19 e a direção do governo brasileiro (Economist, 2020o).

A preocupação sobre o estado de saúde dos povos indígenas foi abordada novamente em setembro por uma reportagem de Sarah Maslin, em que ela esteve no Parque das Tribos, um assentamento informal, localizado em Manaus, onde moram 600 famílias indígenas. Segundo apresentou, as famílias indígenas precisaram, por sete meses, se autogerir para se tratar e também para transportar seus familiares aos hospitais, sentindo-se abandonados, pois não puderam contar com a ajuda do governo central e do Estado. As críticas feitas pelo presidente brasileiro, relativas às medidas preventivas de distanciamento social, influenciaram a maioria das pessoas em Manaus a não cumprir com a quarentena. Decorrente disso, os hospitais lotaram rapidamente, enquanto os cemitérios passaram a ter valas comuns sendo cavadas. Por sua vez, a ajuda médica, máscaras e apoio econômico chegaram ao Parque das Tribos apenas sete meses depois (Maslin, 2020b).

Ainda no mesmo mês, o semanário voltou a falar da Amazônia, junto com o bioma do Pantanal, dos riscos de perda e extinção de espécies de animais e plantas (Economist, 2020p). Os incêndios no pantanal alcançaram um recorde em outubro de 2020, acontecimento citado em políticas da semana do mês de novembro (Economist, 2020q). Com a chegada de Joe Biden ao poder nos Estados Unidos, o semanário britânico, em agosto de 2020, previu que seu governo poderia, a partir de sanções econômicas, pressionar ao chefe de Estado brasileiro sobre a proteção à Amazônia, fator mencionado na notícia de agosto (Economist, 2020r).

Posteriormente, ele foi citado novamente em uma matéria de novembro, em que é abordada a resposta do presidente brasileiro sobre o reforço ao discurso de soberania da floresta amazônica (Economist, 2020s), e que poderia responder com o uso da força militar ao presidente estadunidense, caso fosse necessário: “Apenas na diplomacia não dá. Porque quando acaba a saliva, tem que ter pólvora, se não, não funciona” (Economist, 2020t). A produção de carne bovina e soja, sob a pressão de investidores internacionais, reprimiu o desmatamento em suas cadeias de abastecimento. No entanto, Maslin (2020c) indicou a conservação do tom do discurso do presidente brasileiro, e que possivelmente não haveria

sanções por parte de Joe Biden, embora ele dirigisse críticas à conduta ambiental vigente no país brasileiro.

No último mês de 2020, o Brasil não teve uma notícia dedicada inteiramente a ele sobre a questão ambiental, mas chegou a ser mencionado pelo desmatamento, que de acordo com sua agência espacial, alcançou 11.000km² de agosto de 2019 a julho de 2020 (Economist, 2020v). Além disso, o país também foi mencionado sobre a notícia referente ao aniversário do Acordo de Paris. Entretanto, o Brasil, junto a Austrália e África do Sul não foram convidados, em razão de não terem feito nenhuma contribuição para mitigar as mudanças climáticas (Economist, 2020w).

Como pôde ser observado, houve uma desproporção entre as páginas dedicadas ao *The New York Times* e ao *The Economist*. Apesar de, em comparação ao *The New York Times*, o semanário britânico ter apresentado um número maior de notícias sobre o meio ambiente, dentro do universo de matérias que foram publicadas por ele, a quantidade de notícias gerais e sobre o meio ambiente pelo *The New York Times* foi maior, o que levou a uma extensão mais ampla da apresentação dessas notícias no presente capítulo.

4 O RETRATO AMBIENTAL DO BRASIL NA ÓTICA DE *THE NEW YORK TIMES* E *THE ECONOMIST* (2019-2020)

Neste capítulo, é apresentado o grafo resultante do corpus textual, processado pelo software Iramuteq. O corpus textual é composto pelas notícias referentes ao tema de meio ambiente em relação ao Brasil, apresentadas por cada veículo de comunicação, individualmente, no período de 2019 a 2020. Devido a extensão dos dados coletados em cada ano, e também para o entendimento do que esteve em mais evidência no período selecionado, o processamento de dados foi dividido entre os anos de 2019 e 2020.

Para obter as formas ativas que apareceram com mais frequência no documento, a autora utilizou do tratamento estatístico do *software* Iramuteq. A partir disso, foram geradas as formas ativas mais frequentes e emblemáticas da temática ambiental. Em seguida, os mesmos dados foram processados na análise de similitude, a qual possibilita a visualização de uma árvore de coocorrência das palavras, onde se observam as ramificações das palavras mais ativas no documento e as suas relações textuais a outras palavras também frequentes.

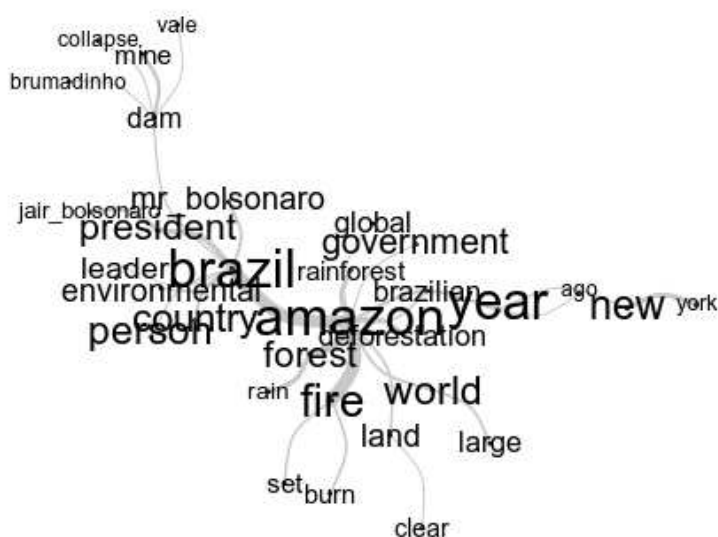
Para obter uma visualização mais precisa e limpa da árvore máxima textual ilustrada nas figuras a seguir, a autora precisou utilizar a alteração do índice das bordas limítrofes, cujo número variou de acordo com o número de palavras e formas frequentes que cada documento possuía. No caso do *The New York Times*, o índice selecionado foi de 50 bordas limítrofes para as notícias de 2019, enquanto para o ano de 2020, esse índice foi de 15 bordas limítrofes. Já para *The Economist*, no ano de 2019, foram utilizadas 6 bordas limítrofes, e em 2020 esse número baixou para 5 bordas limítrofes. O tipo de gráfico selecionado foi o estático, e o modelo o *fruchterman reingold*, que se tratou do modelo de gráfico na forma como é visualizado a seguir.

Após a ilustração dos gráficos e uma análise sobre suas ramificações, que se conectam ao texto analisado qualitativamente no capítulo anterior, a autora segue para a comparação dos destaques comuns e/ou divergentes sobre a temática ambiental no Brasil pelos meios de comunicação estrangeiros, visualizados nos gráficos.

4.1 O que os números e a análise de similitude mostram?

Neste subcapítulo, estão contidos os gráficos referentes à análise de similitude produzida a partir dos dados coletados do *The New York Times*. O primeiro gráfico a ser apresentado, foi referente às notícias do ano de 2019.

Figura 1: Árvore de coocorrência: análise de similitude das notícias sobre meio ambiente no Brasil - *The New York Times* (2019)



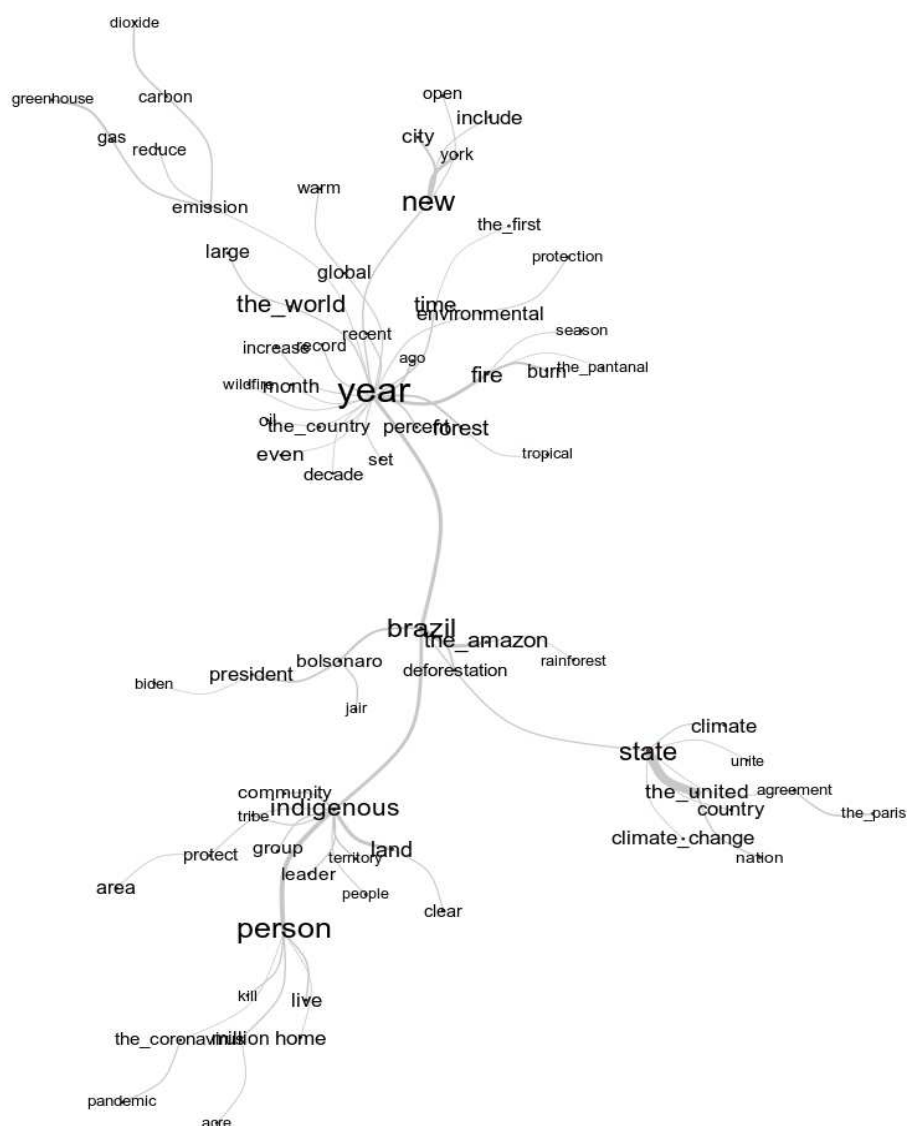
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no *The New York Times*, 2019.

As palavras que se destacam na Figura 1, indicam o que esteve mais presente nas notícias sobre o meio ambiente no Brasil, a Amazônia teve 871 ocorrências, que sinaliza, portanto, que a floresta foi um assunto central no tema de meio ambiente este ano. Conforme observado aqui e anteriormente (na seção 2.1), ocorreu uma referência constante à administração governamental do novo presidente Jair Bolsonaro, correspondente às questões ambientais do Brasil, um deles foi o desastre ocorrido em Brumadinho, ocasionado pelo rompimento da barragem da Vale, cuja frequência apresentada nas notícias foi de 110 vezes.

A análise de similitude apresenta a conexão entre o novo governo - cujo nome teve uma frequência de 562 vezes - e o problema do desmatamento na Amazônia, faz ponte também às palavras “*clear*” e “*land*”, tocante a limpeza de terras executada pelos fazendeiros, que se constitui em incêndios intencionais. A palavra Amazônia e a conexão a ano (*year*), está associada à menção enfática ao seu recorde de incêndios e extensa perda, que chamou a atenção do mundo no ano de 2019, o olhar voltado ao aceleração do desmatamento da floresta tropical já vinha sendo dedicado pelo jornal antes mesmo de alcançar o seu pico, a palavra “*deforestation*” foi contextualizada 289 vezes.

Seguindo o fio, na próxima figura, referente ao ano de 2020, é possível visualizar ainda o seu destaque, mesmo que em menor predominância ao do ano de 2019.

Figura 2: Árvore de coocorrência: análise de similitude das notícias sobre meio ambiente no Brasil - *The New York Times* (2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no *The New York Times* (2020)

Conforme se observa na Figura 2, em 2020, a palavra “Brazil” apresentou conexões relacionadas a Amazônia e seu desflorestamento, que impactaram também a comunidade indígena, que apresentou uma frequência de 304 vezes, e que no contexto pandêmico precisou lidar com o descaso governamental sobre o aumento da invasão ilegal de seus territórios por mineradores e madeireiros ilegais, bem como pela consequente contaminação do coronavírus trazida por eles. Foi dado destaque a vitimização desses povos, paralelo a importância que

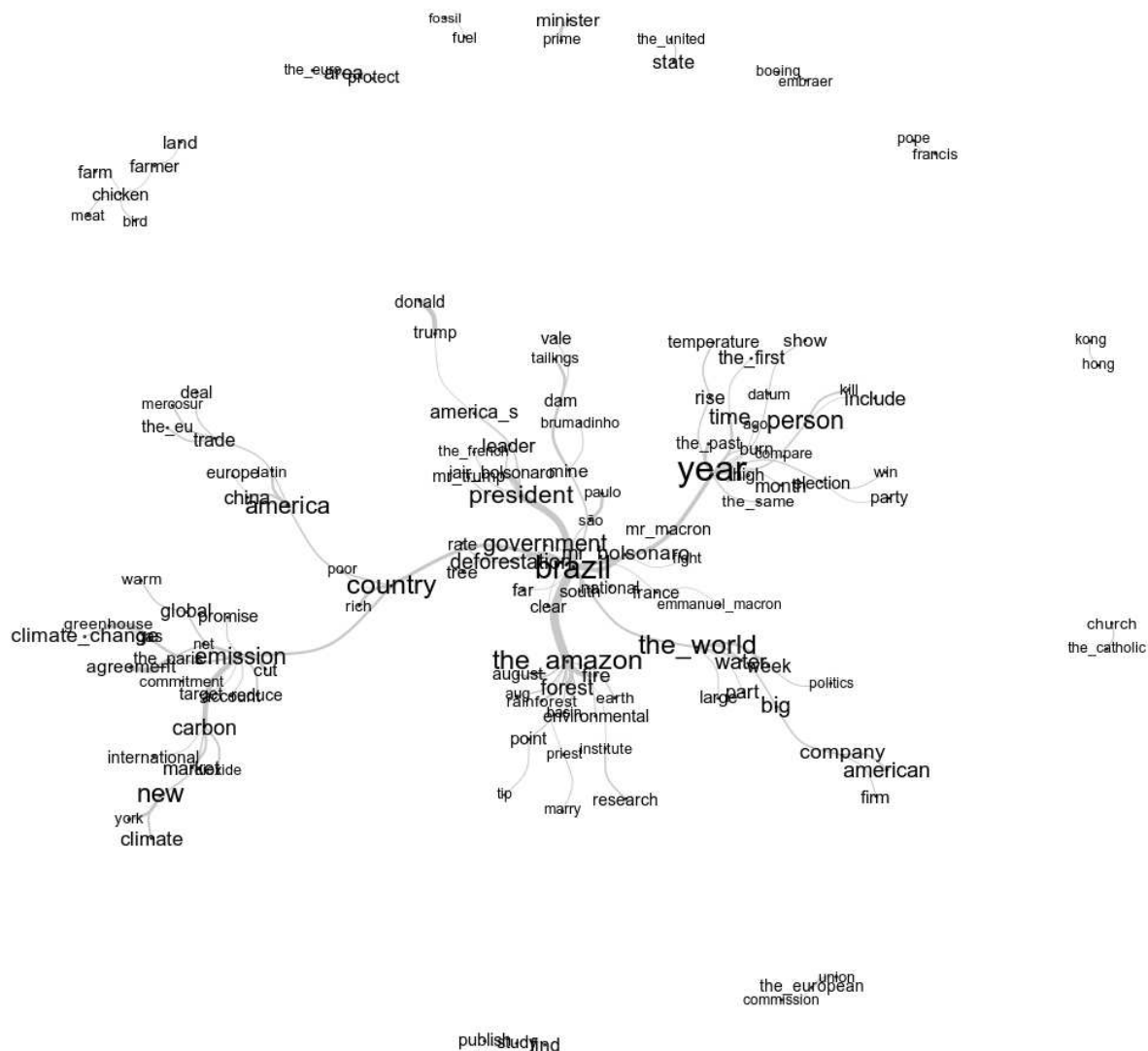
eles têm para a preservação das florestas amazônicas, e para o impedimento da emissão de mais carbono causado pelo desmatamento. Além disso, o *software* identificou a notoriedade dada aos incêndios no pantanal, fator derivado do aumento das queimadas neste bioma no ano de 2020.

A palavra "*year*", que se tornou a mais frequente na análise, surgindo 548 vezes, situou fatores como os incêndios no bioma do pantanal, anteriormente citado, e também relembrou a totalização de um ano desde o desastre ocorrido em Brumadinho, que ainda no mês de janeiro de 2020, contava com o desaparecimento de 11 pessoas. O surgimento da "Vale" em uma das ramificações, se refere ao seu processo de julgamento sobre a acusação de homicídios. O outro contexto, situado pela palavra, remete ao marco do início de 2020 consistindo na proibição de incêndios determinada pelo presidente brasileiro, resultante da pressão interna e do meio internacional.

Nesse ano também, por meio da realização de operações militares na floresta para o combate ao desmatamento, o vice-presidente Hamilton Mourão buscou transmitir uma imagem positiva para o meio internacional. Porém, no último mês, em dezembro, o meio de comunicação estadunidense ressaltou que o ano de 2020 apresentou um número de incêndios semelhante ao do ano anterior, o que contribuiu para a emissão de dióxido de carbono e para o aumento no nível de calor, palavras também ramificadas no gráfico, mas que tiveram uma frequência menor, de 250 vezes, em comparação ao ano de 2019, quando a palavra "*fire*" surgiu 729 vezes.

Nos próximos gráficos, será vista a análise de similitude sobre os dados coletados de *The Economist* no ano de 2019 e 2020, para então ser discutida a comparação de quais foram as formas ativas que estiveram mais presentes nos meios de comunicação analisados.

Figura 3: Árvore de coocorrência: análise de similitude do corpus textual do *The Economist* (2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no *The Economist* (2019)

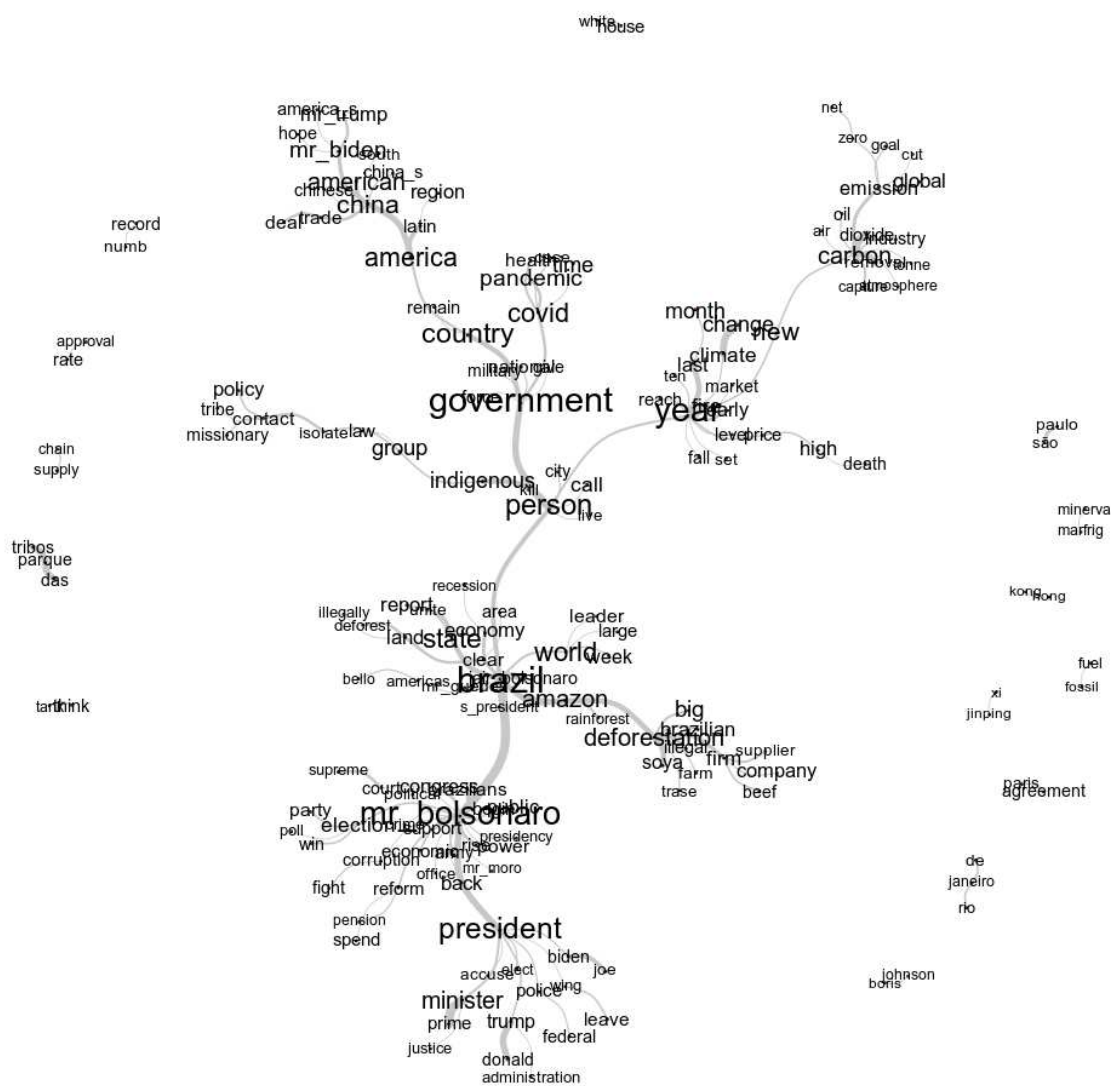
A partir da análise de similitude empreendida no software Iramuteq, foi obtido o resultado de que a palavra “year” foi a mais frequente no meio de comunicação, aparecendo 166 vezes. A concordância textual da palavra esteve operante sobre os contextos da chegada do novo governo no Brasil em 2019, ano em que foi apresentada uma alta de 84% no desflorestamento da Amazônia em comparação ao ano passado, a floresta tropical “amazon”

também apresentou uma alta frequência nas notícias sobre meio ambiente, chegando a surgir 113 vezes. O novo recorde de perda florestal da Amazônia foi recepcionado por duras críticas pelo meio internacional, preocupado com as emissões de carbono, visualizado como “*carbon*” - cuja palavra apresentou uma frequência de 78 vezes nas notícias -, chegou a pedir o boicote de produtos brasileiros como forma de obter uma resposta mais responsável do presidente.

Como já mencionado, um dos grandes críticos ao caso foi o presidente francês Emmanuel Macron, ilustrado também em uma das ramificações da Figura 3, que se conecta ao presidente brasileiro, com quem ele se desentendeu publicamente, tanto sobre sua conduta relacionada à questão ambiental, que levou a ameaçar o acordo entre o Mercosul e União Europeia, como também por questões pessoais. A emissão de carbono pelo desflorestamento, somada às ações presidenciais, e seu discurso em defesa da exploração da floresta pela agricultura e mineração preocuparam, pois é visto como contribuinte para a aproximação da mudança climática ao seu limiar, o que já vem ocorrendo a cada ano.

Dando continuidade, na figura 4, é apresentada a árvore de coocorrência da análise de similitude das reportagens do semanário inglês em 2020.

Figura 4: Árvore de cocorrência: análise de similitude do corpus textual do *The Economist* (2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no *The Economist* (2020).

A partir das notícias de 2020 do *The Economist* processadas pela estatística do software Iramuteq, e depois na sua análise de similitude, foi obtido que a palavra “*brazil*” esteve mais ativa, centralizada na árvore da Figura 5, com 114 ocorrências. Nas suas

ramificações mais próximas, apresentou como operantes o assunto sobre a floresta amazônica, ligada a “*deforestation*”, o desmatamento apresentou 56 ocorrências, com conexões às empresas da soja e da carne, representada no gráfico por “*company*” que teve 30 ocorrências, e “*beef*” com 18 ocorrências, cuja problemática são suas cadeias de fornecimento, identificadas nas ramificações como “*supply chains*” com 8 ocorrências e “*suppliers*” com 16 ocorrências, as quais possivelmente possuem relação com a lavagem de gado, problema visto na análise das notícias realizada no subcapítulo 2.2.

A relação com “*government*”, com 104 ocorrências, remeteu, dentre outros fatores, a possibilidade do surgimento de um novo cenário nas relações entre a América do Sul e a América do Norte, a partir do início da presidência por “Joe Biden, com 48 ocorrências, nos Estados Unidos. Particularmente, com relação ao Brasil, isso é melhor visualizado a partir da palavra “*president*” com 79 ocorrências, que se conecta a “*mr_Bolsonaro*” que teve 97 ocorrências, dado que sob sua presidência, o país poderia sofrer consequências negativas sobre o comércio, caso não houvesse mudança por parte do presidente brasileiro com relação ao tema das mudanças climáticas.

Mesmo nas notícias selecionadas para o processamento, cujo enfoque seria seu tratamento sobre o meio ambiente, ficou evidenciada a relação do assunto com a pandemia do coronavírus, representado por “*pandemic*”, apresentou 45 ocorrências, tanto pela contaminação do vírus sofrida pelos povos indígenas, vistos como “*indigenous*”, sua ocorrência foi de 41 vezes, cuja transmissão se deu por meio dos mineradores e madeireiros ilegais em suas terras, bem como pelo insistente contato de missionários evangélicos, identificado por “*missionary*” teve 19 ocorrências, como também pela declaração feita pelo ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, pedindo para simplificar a regulamentação ambiental do país, processo que seria facilitado devido ao foco da mídia sobre a pandemia.

Diante do que foi apresentado, no próximo capítulo, é tratado, inicialmente, a conexão entre o conteúdo e o que foi visto nos gráficos apresentados neste subcapítulo, produzidos pela análise de similitude do software Iramuteq, para em seguida, efetuar uma análise por meio das ferramentas analíticas proporcionadas pela abordagem construtivista e da análise crítica do discurso.

4.2 O que os conteúdos dizem?

Como foi visto, as figuras 1, 2, 3 e 4 ilustradas no subcapítulo anterior, apresentaram, respectivamente, os aspectos envolvendo o meio ambiente que mais se destacaram nas notícias pelo *The New York Times* e *The Economist* no mesmo período de 2019 e 2020. A partir delas, pode-se depreender que, em 2019, houve uma centralidade comum entre ambos os meios de comunicação correspondente aos desastres ambientais no país brasileiro, referente tanto ao desmatamento ocorrido na floresta amazônica brasileira, como também à tragédia na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais. Já com relação ao derramamento de petróleo na costa nordeste do Brasil, não houve grande repercussão entre os meios de comunicação, sendo *The New York Times* o único que dedicou uma matéria exclusiva ao assunto.

Pensando na comparação sobre o que foi mais importante para os meios de comunicação, e a forma como a representação de suas produções podem se relacionar ou distinguir entre si, esse subcapítulo compreende a análise da mídia, sobre a comparação e avaliação das representações trazidas por ela. No caso do presente estudo, isso foi feito entre *The Economist* e *The New York Times* para entender o que suas representações incluem e excluem (Fairclough, 1995). Ou seja, o que *The Economist* e *The New York Times* estão deixando em primeiro plano e o que é posto no fundo, de onde parte, e quais são os elementos e interesses que motivam sua formulação e projeção. Além disso, esse capítulo também analisa os discursos das matérias abordadas, e quando a atuação discursiva dos referidos veículos midiáticos foi assertiva e diretiva.

Como visto nas seções 2.1 e 2.2 deste capítulo, o início do governo Jair Bolsonaro, no ano de 2019, esteve em evidência por ambos os meios de comunicação, por parte dos quais foi demonstrada uma baixa expectativa no que se refere à sua atuação na questão ambiental. Isso porque nas campanhas eleitorais, o governo já vinha dando uma previsão sobre como os interesses econômicos iriam se sobrepôr ao tratamento do assunto de meio ambiente.

A composição ministerial do novo governo, inclusive, foi criticada de forma mais direta por *The Economist*, ao afirmar que os ministros de meio ambiente e direitos humanos, escolhidos pelo novo governo, seriam pouco benéficos para o país (Economist, 2019b); por sua vez, *The New York Times* sinalizou pouca expectativa sobre a promessa do ministro de meio ambiente, Ricardo Salles. O jornal contrasta a declaração do ministro sobre a necessidade de uma regulamentação ambiental mais rigorosa, frente ao desastre em

Brumadinho. Conforme recorda, tem marcado em seu histórico uma demissão como Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, conseqüente da sua proposta em facilitar para as empresas adquirirem a certificação de que estavam atuando de forma responsável com o meio ambiente (Andreoni & Darlington, 2019a,b).

Em outros momentos, o posicionamento do jornal estadunidense ficou ainda mais transparente, principalmente, mas não apenas, contra a negligência do presidente sobre a Amazônia e os povos indígenas, fundamentais para a preservação da floresta. Essa afirmação, como já observado anteriormente, é transmitida nos títulos das notícias do ano de 2019, na notícia da categoria Mundo, do dia 02 de janeiro, que foi: “Jair Bolsonaro, no primeiro dia, mina os direitos dos indígenas brasileiros” (Londoño, 2019, tradução nossa). E no título do artigo de opinião, no dia 29 do mesmo mês, “Bolsonaro quer saquear a Amazônia. Não permita” (Salazar-López, 2019, tradução nossa) em que expressa o alinhamento do presidente brasileiro aos agricultores e grileiros, para juntos explorar a Amazônia, o que foi visto como uma ameaça para a floresta amazônica, e conseqüentemente, para as mudanças climáticas do planeta, como opinado em 19 de março, por Giacomo (2019, tradução nossa) “Novo presidente do Brasil ameaça 'os pulmões do planeta’”.

As críticas pelo periódico estadunidense seguiram, em outro artigo, também opinativo, no dia 13 de maio, por Araújo (2019, tradução nossa) “Salve a Amazônia de Bolsonaro”; em uma notícia da categoria Mundo, em 28 de julho, por Casado & Londoño (2019), no título “Sob o líder de extrema-direita do Brasil, as proteções da Amazônia são cortadas e as florestas caem”; em 06 de outubro, na categoria Mundo, da seção Américas, a responsabilização se distinguiu, sendo dirigida à indústria da carne, no título “A Amazônia ainda está queimando. Culpe a carne” (McDonald et al. 2019), no mesmo dia, enunciou no título de um vídeo, a frágil regulamentação do país: “Ameaças e promessas na Amazônia brasileira sem lei (McDonald, 2019).

Em 02 de novembro, o jornal *The New York Times* transferiu também a responsabilidade para o comércio, na categoria Mundo, da seção Américas: “Na Amazônia, incêndios roubam fôlego, mas fumaça cheira a dinheiro” (Krauss, 2019), também na mesma categoria, retornou a menção ao presidente, no título da matéria de 18 de novembro “Desmatamento da Amazônia no Brasil aumentou acentuadamente na gestão de Bolsonaro⁶⁵” (Londoño & Casado, 2019, n.p, tradução nossa); no último mês de 2019, trouxe no título, em

⁶⁵ Original: Amazon Deforestation in Brazil Rose Sharply on Bolsonaro’s Watch.

05 de dezembro, na categoria Mundo, da seção Américas: “‘A Amazônia está completamente sem lei’: a floresta tropical após o primeiro ano de Bolsonaro⁶⁶ (Sandy, 2019, n.p, tradução nossa).

Em 2020, *The New York Times* não apresentou mudança ao nível da sua criticidade, embora tenha havido um menor número de notícias. Na categoria Mundo, da seção Américas, o jornal estadunidense, na matéria de abril, apresentou “Enquanto Bolsonaro mantém os votos da Amazônia, os indígenas do Brasil temem o 'etnocídio’⁶⁷” (Londoño & Casado, 2020a, tradução nossa), onde conclui a disposição do presidente em expandir a exploração econômica na Amazônia a qualquer custo. Enquanto isso, no primeiro dia de agosto, apresentou que o combate aos incêndios por parte do presidente ocorreu por ser forçado a tal ação, devido à pressão internacional e de seus investidores internos, declarado no título “Sob pressão, Bolsonaro é forçado a combater o desmatamento⁶⁸”. O texto apresenta que Salles, definido como: “o rosto dos esforços do governo Bolsonaro para enfraquecer as proteções ambientais⁶⁹” (Londoño & Casado, 2020b, tradução nossa), junto ao governo brasileiro, estavam incomodados com as campanhas dirigidas pelos estrangeiros para que a floresta tropical fosse salva, tais esforços foram encarados como uma maneira de dissimular seu desejo de prejudicar o potencial econômico do Brasil, que é um grande exportador de alimentos e commodities (Londoño & Casado, 2020b).

Diante do que foi apresentado, é permitido dizer que a culpabilização da devastação amazônica pelo novo contexto governamental do país brasileiro, comparado ao semanário britânico, foi manifestada com maior frequência nos enunciados do *The New York Times*. Por *The Economist*, as únicas reportagens em que seus títulos abordam a responsabilidade do presidente sobre a Amazônia, foram em agosto de 2019, uma no dia 23, onde afirmou: “Jair Bolsonaro encolhe os ombros enquanto a Amazônia queima⁷⁰” (Economist, 2019w, n.p, tradução nossa), que se trata de um gesto de indiferença; e em outra matéria, no dia 29, abordou: “Os incêndios na Amazônia podem queimar Jair Bolsonaro” (Economist, 2019v, n.p, tradução nossa). No entanto, a caracterização crítica sobre a responsabilização do novo governo como efeito dos altos números de incêndios e desmatamento apresentados na

⁶⁶ Original: ‘The Amazon Is Completely Lawless’: The Rainforest After Bolsonaro’s First Year

⁶⁷ Original: As Bolsonaro Keeps Amazon Vows, Brazil’s Indigenous Fear ‘Ethnocide’.

⁶⁸ Original: Under Pressure, Brazil’s Bolsonaro Forced to Fight Deforestation.

⁶⁹ Original: the face of the Bolsonaro administration’s efforts to weaken environmental protections (...).

⁷⁰ Original: Jair Bolsonaro shrugs as the Amazon burns.

Amazônia, não deixou de ser vista no corpo do texto das suas matérias que discorreram sobre o tema do meio ambiente no país.

No entanto, a análise crítica do discurso, identifica que a intermediação do discurso ocorre por uma estrutura ideológica, e isso influencia na forma como um evento será representado a partir da seleção de determinados processos ideológicos-linguísticos (Fairclough, 1995). Como foi visto a partir de Fairclough (1995), e a partir do que se observou em algumas matérias, diferentemente de *The New York Times*, que aborda o problema ambiental no Brasil e indica seus responsáveis, variando entre a indústria da carne e o novo governo, o semanário britânico optou pela nominalização na maior parte das matérias, que é quando ocorre a omissão do agente responsável por determinado evento, e o enunciado se apresenta passivo.

O título e imagem das matérias são o primeiro contato do leitor com a informação, alguns exemplos de como a elisão de responsáveis é feita, foram vistos nas matérias de *The Economist*, como no caso de Brumadinho, que na chamada para o desastre ambiental ocorrido no Brasil, em seu enunciado, apresentou na matéria do dia 28 de janeiro: “O perigo das barragens de rejeitos⁷¹” (Economist, 2019d, n.p, tradução nossa), e a outra em 29 de janeiro: “Deslizamentos de terra mortais com causas provocadas pelo homem estão se tornando mais comuns⁷²” (Economist, 2019e, n.p, tradução nossa), e também em 2 de fevereiro: “Uma tragédia brasileira é um horizonte de águas profundas do momento. Tipo de⁷³” (Economist, 2019f), enquanto em 2 de fevereiro, foi observado: “O pior desastre de barragem do Brasil segue anos de captura regulatória⁷⁴” (Economist, 2019g) onde não se apontou o ator causal do desastre.

Por sua vez, no *The New York Times*, na representação do acontecimento em Brumadinho, também foi evitado citar o nome da empresa Vale no título das reportagens, fazendo isso em apenas duas delas, onde em um dos títulos aponta “Brasil prende 8 na mineradora Vale devido ao colapso mortal da barragem⁷⁵” (Darlington, 2019, n.p, tradução nossa). Em uma outra matéria, no mesmo jornal, foi reportada a prisão de pessoas, mas não houve menção à empresa em seu título, ainda que os detidos tenham sido três de seus

⁷¹ Original: The danger of tailings dams

⁷² Original: Deadly landslides with man-made causes are becoming more common

⁷³ Original: A Brazilian tragedy is a Deepwater Horizon moment. Sort of

⁷⁴ Original: Brazil’s worst ever dam disaster follows years of regulatory capture.

⁷⁵ Original: Brazil Arrests 8 at Mining Giant Vale Over Deadly Dam Collapse

empregados, e dois engenheiros subsidiários da empresa brasileira, que trabalham para a empresa alemã de testes industriais TÜV Süd, por parte dos quais foi realizada duas inspeções da barragem de Brumadinho, um ano antes, em 2018, no mês de setembro, solicitados para a inspeção de segurança das barragens. As prisões tiveram foco sobre os indivíduos relacionados à pesquisa mais recente que havia sido elaborada, e que teve como conclusão que a barragem era estável (Andreoni & Darlington, 2019).

A outra matéria do jornal estadunidense, que se referiu a empresa em seu título foi “Líderes da mineradora brasileira Vale renunciam à medida que o inquérito criminal se amplia⁷⁶” (Londoño, 2019, n.p, tradução nossa), embora no título seja apresentado que houve uma renúncia por parte de seus líderes; no texto, é explicado que o afastamento de seus executivos ocorreu por solicitação de promotores, os quais estão elaborando um caso de negligência criminal diante do rompimento da barragem no complexo de mineração da Vale. Um dos executivos afastados, o presidente-executivo Fábio Schvartsman, foi questionado por nomear Gerd Poppinga para supervisionar as interações da empresa com o governo após o desastre de janeiro, observando que Poppinga enfrenta acusações relacionadas ao rompimento da barragem de 2015, o objetivo da companhia em retomá-lo se deu visando impulsionar financeiramente a empresa em um contexto que esta sofria recesso. Além disso, a matéria ainda informa, que, em razão da preocupação maior com relação às possíveis multas, seu afastamento foi aceito pela empresa.

No caso de Brumadinho, é interessante notar como, mais uma vez, o evento abordado na questão, não traz o principal autor causal em sua pergunta, que seria a Vale, ou seja, não identifica inicialmente onde ocorreu essa prisão, e mesmo ao evocá-la na resposta, na qual informa que três dessas pessoas são empregados da companhia, não identifica os engenheiros da TÜV Süd, responsáveis por ter certificado a segurança das barragens de Brumadinho.

Do ponto de vista analítico, é curioso observar esse processo de produção, porém, não é possível afirmar se ao fazer isso os veículos midiáticos estão atendendo a interesses particulares da empresa para que as manchetes sobre o desastre não tornem explícita a sua origem causal, bem como o envolvimento da empresa alemã. De qualquer modo, ao identificar o Brasil em um de seus títulos, e indicar como um de seus maiores desastres, inscreve mais um evento na construção da imagem ambiental do país. Por sua vez, se confere que ocorreu de forma distinta a distribuição do discurso sobre um mesmo assunto pelos meios

⁷⁶ Original: Leaders of Brazil Mining Giant Vale Step Down as Criminal Inquiry Widens

de comunicação, tanto em relação ao evento desastroso em Brumadinho, como ao novo recorde de desmatamento na Amazônia em 2019.

No que se refere ao processo de consumo do discurso pelo público leitor do *The New York Times* e *The Economist*, ainda que isso seja mais brevemente analisado nesta pesquisa, vale a pena chamar atenção para as dinâmicas efetuadas por eles na interação com os seus leitores e a formação da opinião pública.

No caso do *The New York Times*, foi vista a elaboração de quiz, onde foram trazidas questões sobre as situações envolvendo o meio ambiente no país brasileiro, como o caso de Brumadinho, em 2019, e também do caso do desmatamento da Amazônia. Como observado, acerca do acidente envolvendo a grande companhia mineradora Vale, a pergunta pediu a identificação sobre em que país o evento havia ocorrido.

Por sua vez, com relação a floresta amazônica brasileira, houveram três perguntas, uma em 2019, que remeteu a quem eram os principais responsáveis por seu desmatamento, enquanto na segunda e terceira perguntas, questionou qual foi o país que havia liderado novamente a devastação de florestas tropicais em todo o mundo no ano de 2019. O entendimento sobre o processo de consumo a partir da interação proporcionado pelo quiz, ocorre de forma mais direta, no sentido de que a quantidade de acertos e de pessoas que respondem, concebe a receptividade que a informação está alcançando, sendo importante observar a representação que é construída e está sendo transmitida na pergunta, visto que não é possível identificar como seus leitores estão falando sobre o que foi midiaticizado, como sugere Fairclough (1995).

Esse fator foi possível de observar na categoria Opinião do jornal estadunidense, na qual é encontrada também a subseção de Cartas. Uma leitora, que se reconhece como fazendeira também, do Estado Minnesota nos Estados Unidos, respondeu consternada, a uma matéria que esteve em manchete, sobre como o desmatamento na Amazônia havia acelerado “sob o líder de extrema direita⁷⁷” (Casado & Londoño, 2019, n.p, tradução nossa). Na carta, publicada em 04 de agosto, ela rebate o argumento do presidente brasileiro sobre a soberania da Amazônia, indicando que as leis que governam o ecossistema vão além da ideologia humana que compreende a delimitação das fronteiras entre os países. Segundo afirmado pela leitora: “arrancar a Amazônia, o pulmão da terra, para o ganho a curto prazo de alguns poucos

⁷⁷ Original: Under Brazil's Far-Right Leader (...)

condena o todo⁷⁸” (Kearney, 2019, n.p, tradução nossa), e que é necessária uma resposta conduzida responsabilmente pela comunidade global.

Na última semana do mês, em 27 de agosto, o jornal trouxe a opinião de mais leitores sobre a situação da Amazônia, que dessa vez responderam sobre a matéria, cujo título na manchete denuncia “Bolsonaro mira em Macron por causa dos incêndios”. O indicativo dos leitores seguiu a mesma linha que o da fazendeira de Minnesota, ressaltando que a situação se trata de uma crise global, a qual vai além do que propõe o discurso soberano do presidente brasileiro, portanto, que necessita de uma resposta internacional. No caso da primeira carta, escrita por Frank Sterle, um canadense, em contra-argumentação sobre a resposta de Bolsonaro ao presidente francês, de que este deveria cuidar de seus próprios negócios, o leitor citou uma passagem na finalização da sua carta “Para citar o fantasma de Jacob Marley ao refutar a mentalidade de coração frio de Ebenezer Scrooge: “Negócios? A humanidade era da minha conta! O bem-estar comum deles era da minha conta!”” (Sterle, 2019).

Por sua vez, a seguinte leitora, nova iorquina, que assinou a carta como Aviva Cantor, sugeriu a criação de um plano pela comunidade internacional, que vise medidas imediatas frente a um desastre ambiental. As Nações Unidas precisam estabelecer uma agência permanente - independente, para maiores efeitos, sem risco de politização - da qual fariam parte países comprometidos a treinar, equipar e despachar grupos de socorristas ambientais com experiência para enfrentar desastres de alto nível (Cantor, 2019).

O semanário britânico também experimenta a interação com os leitores, que respondem às suas edições por meio de cartas. A edição “Relógio da morte para a Amazônia⁷⁹”, obteve resposta do embaixador do Brasil, Fred Arruda. Como visto no subcapítulo 2.1, o embaixador brasileiro entrou em defesa sobre o governo do país, garantindo também que o Brasil é um exemplo de país que consegue equilibrar entre o desenvolvimento e proteção ambiental (Arruda, 2019).

A partir das cartas escritas, é possível observar o papel da formação da opinião pública pelos meios de comunicação. No caso de *The New York Times*, pode-se dizer que ocorre uma relação de anuência entre repórter e público concernente à criticidade sobre o presidente brasileiro, definido como o propulsor da crise ambiental na Amazônia, e é estabelecida a ideia comum pelos leitores, acerca da necessidade de uma resolução por toda a comunidade

⁷⁸ Original: tearing out the Amazon, the earth's lung, for the short-term gain of the few dooms the whole.

⁷⁹ Original: Deathwatch for the Amazon

internacional, já que o problema do desmatamento traz consequências para as mudanças climáticas a nível global. Em *The Economist*, ocorre a contestação ao que foi noticiado, isso porque um dos leitores foi um diplomata brasileiro, o que pode denotar a influência sobre o que é produzido por esse meio de comunicação, que desperta preocupação sobre como representantes políticos estão sendo enquadrados, e a maneira que se está formando a opinião pública sobre determinado assunto relacionado ao seu país ou objeto de interesse, como ocorreu nesse caso.

Como visto, o início de 2019 foi marcado pela apresentação de indícios de um cenário desfavorável para a questão ambiental no Brasil, provenientes diretamente das previsões que o novo presidente proporcionou em sua campanha política, e também ao assumir o cargo. Sob o novo contexto político do país, o veículo estadunidense passou a notificar continuamente sobre os impactos ambientais decorrentes do posicionamento do novo presidente brasileiro. Assim, foram apresentados os consequentes efeitos para a floresta amazônica e a população indígena, como o aumento do desmatamento, ilustrado nos gráficos e imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil, como também por meio das imagens que proporcionam diferentes focos de incêndio na Amazônia brasileira, exibidos também em vídeos.

Dessa maneira, foi possível analisar, a partir do que propõe Onuf (1989), visto no subcapítulo 2.1, que o meio de comunicação estadunidense cumpriu com o ato discursivo assertivo, comunicando, muitas vezes de forma crítica, sobre a situação do desmatamento no país brasileiro, e também sobre o acidente da barragem de minério em Brumadinho, que refletiram o encaminhamento da política ambiental brasileira atreladas à sua legislação. Do mesmo modo, na maior parte das matérias do *The Economist*, foi cumprido o ato de fala assertivo, em que se informou sobre a realidade da situação ambiental do país.

O veículo de comunicação também agiu por meio do ato discursivo diretivo, como foi visto nos artigos de opinião, em 29 de janeiro, no título “Bolsonaro quer saquear a Amazônia. Não permita.⁸⁰” em que Salazar-López (2019) se referiu às grandes empresas e investidores internacionais, tais como a Archer Daniels Midland (A.D.M) e Bunge, ou investidores internacionais como o BlackRock, para que fosse demonstrado o seu compromisso com o meio ambiente diante da agenda pró-negócios de Bolsonaro. Caso não houvesse recusa por parte deles ao convite presidencial, em lucrar com a devastação da Amazônia, e houvesse

⁸⁰ Original: Bolsonaro Wants to Plunder the Amazon. Don't Let Him.

fornecimento de capital, no caso das instituições financeiras, elas estariam também sendo responsáveis pela devastação da floresta. Esse artigo, assim como os próximos a seguir, funcionaram de forma imperativa, no sentido de prescrever aos agentes o que deve ser feito. Foram normativas também, pois apresentam as consequências caso ocorra a negligência do que é ditado.

Em outro artigo de opinião, publicado em maio pelo *The New York Times*, pode-se analisar que foi efetuado o ato discursivo diretivo, visto que o jornalista Araújo (2019, n.p, tradução nossa) indicou “Salve a Amazônia de Bolsonaro⁸¹”. No texto, Araújo (2019) demonstra alternativas à destruição da Amazônia, que para Jair Bolsonaro, teria como finalidade o impulsionamento da economia no curto prazo. Um dos apontamentos, em oposição, é de que isso serviria somente para mover pequenos agricultores, castanheiros e pescadores para as periferias de cidades, lugares onde as favelas crescem cada vez mais, como Manaus ou Belém, e que populações vulneráveis podem cair nas mãos de organizações criminosas que levaram a Amazônia a se tornar um corredor de tráfico de cocaína. A partir de um estudo de grande escala, o autor afirma que houve um aumento de 89% da taxa de homicídios nos Estados amazônicos, enquanto esse número caiu para 18,1% e 41,9% nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Araújo (2019, n.p, tradução nossa) indica que deveria haver uma mudança radical por Bolsonaro nos seus planos para a Amazônia: “Deve atender a sociedade civil, grupos indígenas e cientistas que propõem projetos que gerem riqueza sem destruir a floresta ou causar êxodos desordenados para a cidade⁸²”. Segundo afirma, há inúmeras possibilidades para a maior floresta tropical do mundo, dada a sua vasta biodiversidade. O autor aponta que o país já conta com a produtividade de outra cultura também lucrativa, mais tradicional e ecológica, que são o açaí, advindo do açaizeiro, tido como uma superfruta que já ganhou mercados mundiais, e que chegou a empregar dezenas de milhares de pessoas, além de já gerar centenas de milhões de dólares. Esse seria um exemplo de que as fronteiras agrícolas no país não precisam continuar em expansão, sua produtividade pode evoluir por meio de investimento e tecnologia.

O autor complementou ainda, citando a importância de um papel ativo e fundamental que deve ser desempenhado pela comunidade internacional, visto que “a Amazônia é um

⁸¹ Original: Save the Amazon From Bolsonaro.

⁸² Original: It must heed civil society, indigenous groups and scientists who propose projects that generate wealth without destroying the forest or causing disorderly exoduses to the city.

patrimônio da terra” e que os impactos de sua destruição recairão sobre todos. No campo dos acordos climáticos, o autor afirma a necessidade de que sejam transferidos mais recursos dos países desenvolvidos ao Brasil, destinados à conservação da Amazônia, para que esta sobreviva. O autor finalizou declarando que o Brasil precisa de uma economia que seja impulsionada pela conservação da floresta, e não por sua destruição (Ibidem, 2019).

O ato discursivo diretivo, nos casos citados, corrobora também para o que propõe Fairclough (1995), sobre como a utilização do vocabulário coloquial, ou seja, informal, acaba cumprindo uma função ideacional e interpessoal, em que traz uma representação particular da realidade social, enquanto também é reivindicada uma associação do público leitor. Uma vez que ao mesmo tempo em que manifesta que a Amazônia esteja em risco, sugere o presidente brasileiro como ameaça, enquanto também indica a necessidade de ajuda. Portanto, o vocabulário é conjuntamente funcional no que se refere a representações, identidades e relações.

Em agosto, outro artigo do jornal estadunidense que cumpre com o ato discursivo diretivo, foi escrito por Unger (2019, n.p, tradução), com o título: “Como salvar a Amazônia sem condescender com o Brasil⁸³” onde apontou para a necessidade de descobrir formas para fazer o uso sustentável da floresta, e maneiras pelas quais a comunidade internacional pode salvar a Amazônia sem desrespeitar a soberania brasileira. Como visto anteriormente no subcapítulo 2.2, o autor sugeriu que a economia do conhecimento é a melhor via, sendo também a ajuda internacional importante para que os brasileiros possam fazer novas descobertas na Amazônia e adquirir inovações para um futuro melhor, ao invés de apenas ajudar a apagar os incêndios.

Em outubro, chamando atenção para a forte parceria comercial entre o Brasil e a China, no *The New York Times*, Araújo (2019) indicou em seu título: “Como a China pode parar a tragédia ecológica no Brasil?⁸⁴” No texto, o autor informa que a China, o maior consumidor de carne e soja brasileiras, tinha como plano comprar até 25% mais soja nos próximos cinco anos, informação dada pelo alto executivo da maior empresa de alimentos e agricultura da China, a Cofco, que reconhece que essa demanda não deve trazer malefícios para a conservação da Amazônia. Ele também indica que o aumento da produtividade pela agricultura brasileira, poderia ser por meio da recuperação de milhões de acres de terras que já

⁸³ Original: How to Save the Amazon Without Condescending to Brazil

⁸⁴ Original: How China Could Stop Brazil's Ecological Tragedy?

sofreram com o desmatamento, ao invés de ir mais longe na devastação da floresta. Araújo (2019) ressalta que uma forma da China demonstrar seu real compromisso com o meio ambiente, e obter uma melhor harmonia entre a humanidade e natureza, como expressou o presidente chinês, Xi Jinping, seria utilizar sua “incomparável influência com o Sr. Bolsonaro” para que ocorra a preservação da Amazônia, sob o objetivo tanto de evitar a perda global de biodiversidade, como também de lutar contra as mudanças climáticas.

No último artigo de opinião, por *The New York Times*, em dezembro de 2019, considerado também um ato discursivo diretivo, Nepstad (2019), diretor executivo e cientista sênior do *Earth Innovation Institute*, uma organização sem fins lucrativos de pesquisa, cujo foco é o desenvolvimento tropical sustentável, sugeriu: “Como ajudar os agricultores a salvar a Amazônia⁸⁵” o texto expõe a diferença de compensação injusta do mercado que ocorre entre os agricultores que optam por seguir com as políticas de proteção e preservação da floresta amazônica e os agricultores e grileiros que optam por cortar e queimar ilegalmente vastas extensões da floresta para dar lugar à criação de gado ou plantio, ou o fazem para exigir a propriedade da terra por demonstrar seu uso produtivo. Esse segundo grupo acaba sendo o que mais lucra e é valorizado pelo mercado, mesmo desviando-se dos empenhos de aplicação da lei que barram o desmatamento, enquanto os primeiros não recebem nenhuma compensação por conservarem as terras.

Desse modo, o autor sugere a necessidade de o Brasil aplicar o projeto que foi elaborado e debatido por uma década na Califórnia. Nesse projeto, denominado “Padrão da Floresta Tropical da Califórnia” é proposto instaurar um padrão de regras para que os governos estaduais, provinciais e nacionais da Amazônia possam limitar o desmatamento, e por conseguinte, se qualificar para que ocorra a venda de créditos a empresas que objetivam a compensação de suas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, os incentivos financeiros advindos dos meios corporativos, compradores dos créditos de carbono, podem servir como estímulo para os agricultores preservarem mais florestas em suas fazendas e darem início ao reflorestamento ao longo de rios e córregos previamente ao prazo de 2040. No entanto, Nepstad (2019) afirma que os governos provinciais e locais do Brasil e em outros países necessitam, com emergência, de investidores e suporte técnico para que o desmatamento seja retardado o quanto antes.

⁸⁵ Original: How to Help Brazilian Farmers Save the Amazon

Em 2020, na edição especial sobre a Amazônia, elaborada em outubro por *The New York Times*, o ato discursivo diretivo pôde ser visto no título: “Nós sabemos como parar os incêndios na Amazônia” escrito por Macedo & Pereira (2020), as autoras defendem que o futuro da Amazônia e do clima global, está absolutamente conectado com a proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas. Portanto, é necessário permitir que eles ocupem espaço na tomada de decisão para propor as melhores formas pelas quais a floresta amazônica pode ser preservada, visto que não é estratégico, ou mesmo ético ignorá-los, pois são perdidas soluções potenciais para combater a crise climática.

Por sua vez, *The Economist*, ao cumprir o ato discursivo diretivo, também se referiu a Amazônia, indicando: “Como as grandes firmas de carne e soja podem parar o desmatamento”. Em junho de 2020, o semanário abordou, como foi visto na apresentação das suas notícias na seção 2.2, a necessidade de um monitoramento mais rigoroso por parte das empresas consumidoras sobre as cadeias de fornecimento das commodities brasileiras, para garantir que os produtos adquiridos não sejam originados de terras que foram desmatadas ilegalmente. O texto sugeriu que a indústria possivelmente se mobilizaria mais rápido, caso houvesse mais pressão de clientes e investidores. O exemplo dado, é o caso da soja, que seus produtores possuem um comprometimento maior com a redução do desmatamento, em razão de sua maior parte ser exportada, tendo como seu segundo maior importador a União Europeia, ficando atrás apenas da China. Por sua vez, no caso da carne bovina, quatro quintos são consumidos no Brasil, enquanto as exportações são destinadas à China, Rússia e Oriente Médio, que não têm como prioridade maior salvar árvores, mas alimentar as pessoas, segundo descreve o texto.

O resultado da análise, portanto, indica que os leitores são firmemente orientados por *The New York Times* e *The Economist* para uma interpretação negativa sobre o gerenciamento ambiental do novo governo brasileiro. Os meios de comunicação também foram imperativos acerca das possíveis resoluções que circundam o problema do desmatamento da Amazônia no Brasil. Além disso, houve destaque por ambas as partes sobre o papel das empresas para a redução do desmatamento, no caso do *The New York Times* isso foi feito tanto com relação a resposta empresarial quanto à proposta do presidente brasileiro em explorar a Amazônia, que deveria ser de recusa à cumplicidade. Enquanto *The Economist* apontou para a necessidade do compromisso das empresas em monitorar mais severamente as suas cadeias de fornecimento.

A seguir, a análise remete à síntese do que se depreendeu sobre a imagem ambiental do Brasil pelos dois veículos de comunicação selecionados. Quem somos, afinal, para *The New York Times* e *The Economist*?

4.3 A identidade ambiental brasileira na ótica do *NYT* e *The Economist*

No período de 2019 a 2020, pôde-se analisar, dentre outros fatores, que a competência ambiental do Brasil é reconhecida por ambos os meios de comunicação como algo que vem sendo arquitetado historicamente pelo país, demonstrado pelas práticas de governos anteriores, como nos períodos citados, de 2004 a 2012 (Economist, 2019m), que abrange ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 a 2008, o qual recebeu elogios para a sua ministra de meio ambiente, Marina Silva, por conter o desmatamento (Barbaro et al., 2019). Com o fortalecimento do Ibama, órgão de proteção ambiental do governo, o desaceleramento do desmatamento da floresta foi assistido até o ano de 2012, incluindo, portanto, o início do governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Os referidos exemplos são pontos de partida para parte do que se construiu negativamente pelos referidos veículos midiáticos, que contrastam as ações já realizadas pelo Brasil, demonstrando, assim, sua capacidade de alcançar altos níveis de produtividade em suas terras, sem precisar recorrer ao aumento dos níveis de desmatamento da floresta amazônica. Enquanto na perspectiva do governo Jair Bolsonaro e seus apoiadores, principalmente do setor agropecuário, a exploração desenfreada tem sido uma maneira de alcançar o desenvolvimento e resultados positivos, a curto prazo, para a economia.

A distribuição do discurso presidencial de Jair Bolsonaro, apresentado na maior parte das notícias por *The Economist* e *The New York Times* para seu público leitor, repercute a sua proposta em enfraquecer a legislação ambiental. Tal discurso contrapõe com um outro elemento componente da imagem ambiental do Brasil, que é a sua regulamentação ambiental, reconhecida como uma das mais rígidas entre os principais países produtores agrícolas do mundo (Filho, 2017). Por sua vez, é um discurso coerente com o histórico do presidente brasileiro, que já foi multado por pesca ilegal, e que ao assumir o governo, demitiu o servidor do Ibama responsável pela ação de fiscalização emitida contra ele (Barbaro et al., 2019). A desregulamentação ambiental proposta pelo presidente brasileiro, e endossada por seu ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, foi combinada às notícias sobre o desastre

ambiental em Brumadinho (Economist, 2019g), bem como sobre os incêndios na Amazônia brasileira (Casado & Londoño, 2019; Economist, 2019m), cuja proteção legal sobre o meio ambiente ficou ainda mais prejudicada durante a pandemia (Londoño, Andreoni & Casado, 2020; Nyt, 2020; Tumin & Walker, 2020; Landry, 2020; Kwai, 2020; Economist, 2020d; Economist, 2020i).

Dessa forma, analisou-se que a relação estabelecida entre o que configura a identidade ambiental do Brasil e a identidade política do presidente Bolsonaro, definido como um líder de extrema direita, corroboraram para redimensionar negativamente a transição da imagem ambiental do Brasil no exterior por *The Economist* e *The New York Times*. Redimensionada, porque, segundo expressou Londoño & Andreoni (2019a, n.p, tradução nossa) no jornal estadunidense: “Durante anos, o Brasil, que detém a maior parte da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, se apresentou como uma nação comprometida com o desenvolvimento sustentável e políticas ambientais sólidas⁸⁶”. O país já havia sido identificado por seu controle de desmatamento, considerado um dos mais rigorosos do mundo, passando a apresentar, a partir de 2005 uma significativa redução da devastação da floresta, anterior ao prejuízo causado pelos cortes orçamentários para essa atuação, agravado sob o governo Bolsonaro (Economist, 2019w). Isso porque, suas prioridades se reduziram a segurança e economia do país, esta última em sobreposição a agenda ambiental, encarada como pauta da esquerda, e vista também como um problema para o desenvolvimento econômico e produtivo da floresta amazônica (Economist, 2020d).

O redimensionamento dessa imagem no plano internacional, foi corroborada pela indisposição do governo brasileiro com a comunidade internacional, que apoiado em um discurso nacionalista, recusou a ajuda financeira oferecida pelos países do G7. Foram desprezados também os recursos financeiros recebidos para o Fundo Amazônia, que levaram ao corte de financiamento por seus principais doadores, a Alemanha e Noruega, os quais contribuíam para a proteção da floresta amazônica (Economist, 2019w). Além do mais, o assunto das mudanças climáticas foi recebido com objeção pelo novo Ministro das Relações Exteriores, que encarou a pauta como derivada de uma conspiração globalista⁸⁷ (Economist, 2019a). Mesmo quando os diplomatas brasileiros tentaram transmitir que seu país estava

⁸⁶ Original: For years, Brazil, which has the largest share of the Amazon, the world’s largest tropical rain forest, has cast itself as a nation committed to sustainable development and sound environmental policies.

⁸⁷ Inspirado na tese de Olavo de Carvalho, que foi um dos ideólogos e aliados do governo federal Jair Bolsonaro, se trata de uma conspiração da esquerda para submeter os povos a um único governo mundial através da ONU e demais órgãos internacionais (Miguel, 2020, p. 4).

buscando frear o desmatamento, como o semanário britânico bem apontou, "Diplomatas brasileiros no exterior apresentam seu país como comprometido em frear o desmatamento. Em casa, o presidente pisca para quem pratica. É por isso que é importante manter o seu governo à sua palavra⁸⁸" (Economist, 2019m, n.p, tradução nossa). O país acabou recebendo pouca credibilidade internacional, levando ao constrangimento de sua diplomacia junto à diplomacia de outros países e a queda do seu protagonismo no assunto, o qual é historicamente reconhecido nas negociações internacionais.

Esse dispêndio diplomático seguiu, inclusive, como bem repercutido por *The New York Times* e *The Economist*, sobre o risco posto sobre a conclusão do Acordo entre a União Europeia e Mercosul⁸⁹, caso não houvesse uma mudança e maior responsabilidade do presidente brasileiro com a política ambiental, ameaça esta derivada do presidente francês, que o acusou de mentir sobre seu compromisso com a questão do meio ambiente. O desgaste do capital diplomático pelo país já havia sido inaugurado com a sua desistência em sediar a cúpula das Nações Unidas em 2019, somada à ameaça do presidente em sair do Acordo de Paris, que não se concretizou devido à reação negativa do mercado internacional.

A organização de conferências internacionais já havia sido utilizada por outros governos como uma forma de recuperar e promover a imagem do Brasil na esfera internacional, como foi o caso de José Sarney (1985-1990), que ao fim do regime militar, e portanto, no início da redemocratização do país, ofertou o Brasil como sede para a II Conferência Mundial Ambiental (Figueira, 2011). Da mesma forma, como visto no subcapítulo 1.2, o presidente Lula se empenhou na diplomacia midiática, fortalecendo sua atuação internacional por meio da organização de eventos para a promoção da política, economia e cultura brasileiras, bem como a participação em convenções, acordos, protocolos, tratados, memorandos, atos de cooperação, seminários, conferências e feiras (Nogueira & Burity, 2015; Burity, 2013). As reuniões de cúpula, devido ao tempo online da mídia, reverberam de forma imediata sobre as percepções coletivas, dando destaque para a diplomacia presidencial (Lafer, 2004).

⁸⁸ Original: Brazilian diplomats abroad present their country as committed to halting deforestation. At home, the president winks at those who practise it. That is why it is important to hold his government to its word.

⁸⁹ O acordo Mercosul-União Europeia firmado para a criação de uma área de livre comércio firmado em 28 de junho de 2019, (...) se encaixa na "nova geração" de acordos, na qual diversas regras ou disciplinas – referentes a questões associadas ao meio ambiente, a direitos humanos e trabalhistas, investimentos e e-commerce – estão presentes (SartiI & Castilho, 2021).

As relações externas do país, foram colocadas no plano da visibilidade por *The Economist* e *The New York Times*, tanto com a China, e a importância do presidente chinês para pressionar, por meios comerciais, que o governo brasileiro contivesse o desmatamento; como também entre os presidentes brasileiro Jair Bolsonaro e estadunidense Donald Trump (2017-2021). Nesse cenário, foi reforçado o caráter populista do chefe de Estado brasileiro de extrema direita, por sua semelhança e cumplicidade com o governo dos Estados Unidos, o qual também rejeita os impactos das mudanças climáticas e apoiou publicamente a atuação presidencial brasileira na Amazônia.

Uma das formas de comunicação derivada desse caráter populista, segundo Sorensen (2018), ocorre na acusação sobre a retórica da elite. O exemplo a que se pode recorrer, demonstrado nas notícias, é o do momento em que o presidente brasileiro invoca o desmatamento dos países europeus em seus próprios territórios, para acusá-los por uma falsa indignação. O mesmo foi feito contra o presidente francês Emmanuel Macron, indicando que sua preocupação com o desmatamento é oriunda de um discurso colonialista, que objetiva impedir o desenvolvimento do Brasil. Por meio dessa performance, diante da mídia, o presidente buscou desviar o foco das ações de seu governo, que também podem ser vistas como fruto do colonialismo interno, já praticado durante a ditadura militar, que assim como no governo Bolsonaro, priorizou o desenvolvimento econômico da região em detrimento da proteção ambiental (Albert, 2019). Alguns exemplos, foram o seu objetivo de promover a mudança da cultura indígena, sobre a forma como eles devem viver, também incitando que eles devem contribuir para a exploração das reservas territoriais como uma forma de alcançar a transformação de seus modos de vida, somado ainda a sua negativa em ampliar a demarcação de terras indígenas (Londoño, 2019a).

Além disso, a proteção aos direitos humanos dos povos indígenas também é um elemento constituinte da imagem ambiental do país, dado que culturalmente, possuem uma relação de maior sensibilidade e respeito com o meio ambiente. Os povos originários são comumente associados ao cuidado e proteção do meio ambiente no Brasil, visto o exemplo de conservação de suas terras (LOSH, 2019). No entanto, as situações vividas por eles, sob o contexto do governo Jair Bolsonaro, apontam para uma construção da imagem ambiental do Brasil por *The Economist* e *The New York Times* que segue o caminho oposto.

Foram realizadas entrevistas a lideranças indígenas, como a Sônia Guajajara⁹⁰, pelo jornal estadunidense, em 2019 (Giacomo, 2019). Como também a grupos indígenas, pelo semanário britânico, no envio de uma de suas correspondentes ao Parque das Tribos em 2020, no contexto da pandemia. A partir das quais, foi possível atestar a indiferença, dispensada pelo presidente brasileiro, à situação dos problemas enfrentados pelos povos originários, concernentes ao aumento da invasão por exploradores ilegais às reservas protegidas legalmente (Maslin, 2020).

Esse movimento ilegal já havia ganhado força em 2019, com o início do seu governo, e se agravou com a pandemia de Covid-19, a partir de 2020 (Albert, 2020), contexto no qual sofreram também com a ausência da assistência governamental, paralelo a um quadro de alta contaminação, influenciada também pelo discurso do chefe de Estado brasileiro, que desestimulou medidas de segurança como o uso de máscaras e distanciamento social (Maslin, 2020). Os ataques aos direitos dos povos indígenas se deram já no início do seu governo, como a decisão de transferir para o ministério da agricultura a decisão sobre a demarcação de terras indígenas (Londoño, 2019a), medida bloqueada posteriormente pelo Supremo Tribunal (Economist, 2019q), mas que demonstra claramente a desimportância com que os povos indígenas foram tratados pelo governo.

Desse modo, a partir dos elementos discursivos, associados ao Brasil, de forma textual e imagético⁹¹, foram apresentados aspectos políticos do país, como a nova liderança governamental, foco de críticas pelos meios de comunicação, e a sua gestão sobre os aspectos físico e geográfico, relacionados às florestas tropicais brasileiras, que também se conectam aos elementos econômico, humano, histórico, político e social do país. O que significa que *The Economist* e *The New York Times* se atentaram às riquezas de seus biomas como a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia, e das atividades que ocorrem nos territórios que esses biomas abrangem.

Portanto, o olhar midiático por *The New York Times* e *The Economist*, também foi direcionado para a cultura agrícola do país, uma das principais atuantes sobre o uso das terras, a qual depende de uma imagem ambiental positiva do país para garantir boas relações comerciais com o mundo externo. Por um lado, é trazido o discurso de fazendeiros que reforçam a maior lucratividade da ocupação da agropecuária no lugar das florestas, e contam

⁹⁰ Nomeada pelo presidente Lula (2023-) como Ministra dos Povos Originários.

⁹¹ Embora as imagens não tenham sido trazidas propriamente, elas foram observadas na sua conexão aos textos das matérias, conforme descrito nos subcapítulos 2.1 e 2.2

com o apoio do presidente brasileiro, interessado na sua exploração, seja pelo setor agropecuário, minerador ou madeireiro, enquanto este se mostra intolerante às críticas nacionais e internacionais sobre sua conduta no meio ambiente (Krauss, 2019). Por outro lado, o jornal estadunidense aponta o receio dos empresários sobre o forte impacto aos negócios internacionais, consequentes do comportamento do presidente brasileiro e o aumento do nível de desmatamento, conforme declarado pelo ex-ministro da agricultura, Blairo Maggi, atual bilionário, produtor de soja: “Tivemos nossa imagem prejudicada? Sim. Podemos recuperá-lo? Sim. O governo tem que alinhar seu discurso ao que o mundo quer⁹²” (Sandy, 2019, n.p, tradução nossa).

Quando o presidente brasileiro se dispôs a combater aos incêndios na floresta amazônica, a leitura midiática sobre o assunto deixou claro, que as novas ações presidenciais, não foram genuinamente decorrentes do seu interesse em mudar a direção na forma de lidar com os problemas envolvendo o meio ambiente e as mudanças climáticas. Por outra via, sua mudança foi movida por interesses econômicos, que possivelmente seriam prejudicados e boicotados por países e indústrias importadoras das *commodities* brasileiras (Londoño & Casado, 2020). Segundo relatou Matias Spektor ao semanário britânico, os investidores estrangeiros “estavam com medo de serem fotografados com Bolsonaro” (Economist, 2020a).

Pôde-se detectar também que *The New York Times* e *The Economist* fizeram a utilização da imagem do Brasil como contraexemplo na questão ambiental, em comparação a Europa, destacada por sua liderança no assunto (Onishi, 2019), e também com relação à mudança que viria nos Estados Unidos, com a chegada de Joe Biden, que na sua agenda política incluía a preocupação com as mudanças climáticas (Bárbara; 2020; Macedo & Pereira, 2020; Economist, 2020).

Ademais, a Amazônia é vista por *The Economist* e *The New York Times* como um fator chave para as mudanças climáticas, por isso a importância atribuída ao Brasil sobre o meio ambiente no cenário internacional, visto que o país possui 60% do território amazônico, sendo esse fator uma das principais fontes de poder para a imagem ambiental do país. Com isso em tela, os meios de comunicação, a partir das matérias e artigos de opinião, definiram os modos de ações resolutivas em relação aos problemas que levam ao desmatamento das florestas tropicais. Por parte do jornal estadunidense, isso foi visto em seus artigos de opinião,

⁹² Original: “Did we have our image harmed? Yes. Can we recover it? Yes. The government has to align its discourse to what the world wants”.

indicando o papel de empresas e investidores internacionais para que não entrassem em acordo com o governo brasileiro sobre lucrar com a exploração desenfreada da Amazônia (Salazar-López, 2019). Indicou também outras alternativas mais sustentáveis de cultura agrícola, como o açaí, bem como a transferência de mais recursos financeiros dos países desenvolvidos ao Brasil, dedicados à conservação da Amazônia (Araújo, 2019).

A ajuda internacional foi novamente ordenada como uma forma para os brasileiros alcançarem a economia de conhecimento na Amazônia, que pode descobrir formas de fazer o uso sustentável da floresta (Unger, 2019) no jornal estadunidense. Com relação aos agricultores, a solução ofertada por Neptstad (2019), indicou a aplicação do projeto originado da Califórnia “Padrão da Floresta Tropical da Califórnia” no Brasil, que indica a direção dos incentivos financeiros pelo governo aos fazendeiros, para que preservem suas florestas, enquanto os governos se beneficiariam vendendo os créditos de carbono a empresas que desejam compensar as emissões de gases de efeito estufa. Ainda no jornal estadunidense, a proteção e garantia dos direitos e dos povos indígenas também foi indicada como uma forma de alcançar a defesa do futuro da Amazônia e do clima global (Macedo & Pereira, 2020).

Por sua vez, o jornal britânico, ordenou que como forma de combater a conduta resignada do presidente brasileiro sobre o desmatamento na Amazônia, as empresas de alimentos, sob pressão dos seus consumidores, deveriam recusar a soja e carne bovina originadas de terras amazônicas que sofreram exploração ilegal, assim como já foi feito nos anos 2000. Por sua vez, os negócios realizados entre o Brasil e seus parceiros comerciais devem ser condicionados pelo bom comportamento do país sobre o meio ambiente. É indicado também, que os países ricos signatários do acordo de Paris, deveriam pagar aos países em desenvolvimento para que as árvores consumidoras de carbono sejam plantadas, já que se comprometeram a isso. Além disso, também citou o acordo estabelecido em junho de 2019 entre a União Europeia e o Mercosul, que possui disposições para a proteção da floresta tropical, e que é grandemente do interesse das partes aplicá-las (Economist, 2019i).

Ao apontar os interesses ambientais voltados para as mudanças climáticas de países como a China, dos países signatários ricos do Acordo de Paris, bem como do cumprimento que deve ser efetuado sobre as disposições do acordo entre os países do Mercosul e União Europeia, o ato discursivo diretivo age como normativo, e explicitamente designa que o cumprimento dessas regras, definem os interesses e identidades desses atores na conduta em relação ao Brasil sobre as questões climáticas e ambientais, o qual tem sido identificado por

falhas no seu comprometimento com o Acordo de Paris, e que demonstrou práticas inversas às disposições do acordo entre o Mercosul e União Europeia. O mesmo ocorre com relação às empresas e investidores internacionais que mantêm relações comerciais com o Brasil.

Assim como o jornal estadunidense, o semanário britânico também apontou para o papel das empresas consumidoras de commodities brasileiras. O texto se ateve a ordenar a necessidade de que as cadeias de fornecimento dessas empresas adquiram um sistema de monitoramento mais eficiente e rigoroso, para evitar o consumo de produtos que venham de terras que foram desmatadas ilegalmente. Para que esse processo seja mais rápido, devido a urgência que o contexto climático pede, aponta que deve haver uma maior pressão dos clientes e investidores sobre essas empresas.

As notícias publicadas por *The New York Times* e *The Economist*, portanto, miraram significativamente na importância da Amazônia para a regulação das mudanças climáticas no mundo, fator que direcionou o olhar internacional em alerta para o Brasil, que chegou a ter suas relações comerciais ameaçadas por boicotes internacionais, e sua soberania sobre a floresta discutida e questionada, como também visto nas cartas recebidas pelo jornal estadunidense (Kearney, 2019; Sterle, 2019), abordado no capítulo 3.2, que denota a insuficiência da gestão governamental do país sobre os problemas que impactam ao rico território amazônico.

Como visto, o governo federal foi apontado como parte do problema pelos meios de comunicação. Isso foi observado também em imagens, como a trazida pelo jornal britânico, que selecionou uma fotografia em que o chefe de Estado brasileiro está sendo performado por um manifestante, em São Paulo, utilizando uma máscara com o rosto do presidente sorrindo, enquanto em uma mão segura um cartaz com a frase “É tudo culpa das ONGs”, e na outra segura uma motosserra, ferramenta e símbolo que o associa a derrubada de árvores, (Economist, 2019z). Essa imagem entra em consonância com o título “O delírio do Capitão Motosserra” (Arnold, 2020) apresentado pelo jornal estadunidense, para se referir no texto à forma como tem gerido o assunto sobre o meio ambiente no país.

Diante das informações trazidas nesse texto, dentre elas, as que mais repercutiram entre os meios de comunicação, se referiu aos ataques sofridos pelos setores das instituições e regulamentares ligados ao meio ambiente, bem como sobre os impactos sofridos pelos povos indígenas, sobre suas vidas e terras. Isso porque nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, a priorização do potencial ambiental brasileiro, deu lugar à ideia de um país em

corrida por seu desenvolvimento econômico, mesmo que para isso os meios se traduzissem na devastação ambiental (Londoño & Casado, 2020b; Economist, 2019m). A repetição desse discurso, em formatos diferentes, foi predominante na cobertura pelos portais midiáticos, o que culminou para o reconhecimento deste como ato de fala assertivo nos termos de Onuf (1998), cuja finalidade é a instrução sobre como o mundo é, e quando repetido cria uma convenção entre os meios de comunicação, que é quando se informa o que sempre foi feito. A repetição do ato de fala assertivo torna determinado assunto representativo no mundo social, e acabou por promover a identidade e interesses do Brasil, que nesse caso, obteve uma percepção negativa criada no plano internacional, uma vez que os interesses do país priorizam, como já dito, a segurança e a economia, enquanto a questão ambiental foi tratada como secundária (Londoño & Andreoni, 2019a; Economist, 2019a).

Na construção da imagem ambiental do Brasil por *The New York Times* e *The Economist*, em diversos momentos, como caminho para a sua crítica, foi acionada a nova composição governamental do Brasil e, particularmente, a posição presidencial sobre as mudanças climáticas, envolvendo as declarações públicas suas e de seus ministros do meio ambiente e das relações exteriores, sobre as atividades internas realizadas no país. As atividades internas, se referem à redução da aplicação da legislação ambiental contra os exploradores ilegais, interessados no minério, madeira e extensão de terras para a criação de gado e plantação de soja, que culminaram no aumento do desmatamento.

Em resposta às pressões externas, promovidas por organizações internacionais, manifestações populares, líderes políticos e celebridades, sobre a necessidade de um maior controle governamental referente as atividades ilegais nas florestas tropicais, o combate ao desmatamento e a preocupação com as mudanças climáticas, foi demonstrada uma diplomacia inflexível, sustentada no discurso nacionalista para rebater as exigências internacionais ascendentes. Essa posição, apontou para um novo horizonte da política externa brasileira, no período do governo Bolsonaro (2019-2022), assentada em uma ideologia de extrema direita e nacionalista, declarada como contraditória por *The Economist*, e que coloca em risco o *soft power* do país (Economist, 2019c).

Na análise sobre a construção da imagem ambiental do Brasil, a partir das declarações públicas repercutidas por *The Economist* e *The New York Times*, em consonância com o aumento das próprias práticas do avanço de desmatamento e exploração de minério sobre áreas protegidas legalmente, foi constatado que o governo brasileiro não se dispunha a

avançar com eficiência por uma agenda de diplomacia pública ambiental, fator que colocou em risco as futuras relações diplomáticas do país com o novo governo dos Estados Unidos, Joe Biden, como também na sua relação com os países europeus. Um dos exemplos de consequência dessa perda de capital diplomático foi a ausência do Brasil no aniversário do Acordo de Paris, em que o presidente não foi convidado, por não apresentar melhorias ou alternativas de avanço no assunto sobre as mudanças climáticas (Economist, 2020w).

Ainda assim, o presidente brasileiro não demonstrou interesse no assunto ou em reverter o cenário interno, onde cortou os recursos para instituições responsáveis pela proteção ambiental, como também dirigiu ataques a organizações que se preocupam e estão vinculadas à regulação ambiental e climática, ciência e povos indígenas. As alterações sobre seu discurso ou ações sofriam algum desvio, apenas quando sob pressão doméstica e internacional vindas do setor comercial, haja vista a economia ser a prioridade do seu governo (Economist, 2020a).

No entanto, entende-se que a construção da imagem ambiental do Brasil não é estática, o que se comprova pelos próprios meios de comunicação, quando fazem alusão a outros períodos em que o Brasil apresentou uma gestão ambiental positiva. Portanto, assimila-se que a representação da imagem ambiental do país sofre variação de acordo com o contexto político, conectado, principalmente, ao governo que preside o país e às propostas promovidas por ele.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a imagem ambiental do Brasil foi construída no exterior, no período de 2019 a 2020, segundo as notícias dos meios de comunicação estrangeiros *The Economist* e *The New York Times*?

Primeiramente, no que se refere às divergências entre os meios de comunicação, é importante retomar o número de publicações apresentadas por cada um. No caso do jornal estadunidense, em 2019, a produção foi de 1.239 notícias sobre o Brasil, das quais 190 foram sobre meio ambiente. Em comparação, *The Economist* publicou 236 matérias sobre o país, das quais 46 delas tratavam sobre a temática ambiental. Ambos os meios de comunicação apresentaram uma queda desses números no ano de 2020. O total de matérias do *The New York Times*, reduziu para 1.243, das quais 89 notícias apresentam o tema sobre meio ambiente relacionado ao Brasil. Já o semanário britânico totalizou 249 publicações, das quais 32 abordaram a questão ambiental. No que se refere ao processo de produção das notícias, foi identificado, que enquanto as matérias do jornal estadunidense foram, em grande medida, assinadas por seus correspondentes, no semanário britânico a maior parte das reportagens não apresenta assinatura, e como visto no início do capítulo 2, quando não assinadas, as publicações refletem o posicionamento do seu editorial.

Além disso, o jornal estadunidense se diferenciou do jornal britânico também por sua ampla utilização de elementos discursivos, como vídeos, imagens interativas, gráficos em movimento, que ilustram os focos de incêndio na Amazônia. Além de fotografias que retrataram elementos como os incêndios nas florestas da Amazônia, dos bombeiros responsáveis pelo apagamento dos incêndios no local, mas também de trabalhadores envolvidos com a derrubada de árvores (Sandy, 2019; Londoño, Andreoni & Casado, 2020), bem como lugares onde ocorreram a exploração ilegal de ouro, e o contraste ilustrado entre as terras que ainda possuem floresta e as que já foram desmatadas ou estão ocupadas por plantações de soja ou gado (Krauss, Yaffe-Bellany & Simões, 2019; Krauss, 2019; Salázar-Lopez, 2019; Moriyama & Sandy, 2019).

O portal de comunicação estadunidense apresentou uma criticidade mais explícita sobre a gestão do governo Bolsonaro, que com frequência nos títulos das suas notícias, foi o principal vínculo à causa do aumento do desmatamento no país, visto no subcapítulo 2.1 desta

dissertação, mas também observado pela análise de similitude nas figuras 1 e 2 do subcapítulo 3.2. A partir do entendimento proporcionado por Entman (1993), acerca do processo de enquadramento, observou-se, portanto, que no que remeteu à produção dos textos, a utilização dos referidos elementos discursivos por parte do *The New York Times* fortaleceu a construção de um argumento crítico pelo meio de comunicação sobre a imagem ambiental do Brasil.

Pôde-se observar também que os comunicadores, *The New York Times* e *The Economist*, na seleção sobre as questões e informações importantes, convergiram, por meio do ato discursivo assertivo, sobre a periculosidade que a nova liderança de extrema direita nacionalista por Jair Bolsonaro representava para a política ambiental do Brasil. Concepção essa decorrente da previsão que o governo já trazia para o assunto. Dentre suas promessas eleitorais, afirmou que ao assumir o governo, fragilizaria a legislação ambiental e as instituições responsáveis pela aplicação da lei e multas contra os crimes ambientais. Por diversas vezes, os meios de comunicação citaram sua promessa eleitoral, ao contextualizar os eventos relacionados ao meio ambiente no país, como com relação a Brumadinho, e sobre o desmatamento na Amazônia em áreas protegidas legalmente, como as terras indígenas, cujo aumento da perda florestal também foi previsto pelos veículos midiáticos em questão.

Desse modo, no período de 2019 a 2020, foi analisado que os veículos midiáticos *The New York Times* e *The Economist* produziram um consenso sobre a perda da confiabilidade internacional que a imagem ambiental do Brasil sofreu nos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. Como visto nos subcapítulos 3.2 e 3.3, o impacto da descredibilização dessa imagem se deu sobre os eixos diplomático, político, social e econômico do país, chegando a uma convenção de que o novo governo colocava em risco o progresso do Brasil nas discussões e demandas da agenda climática internacional. Como já explicado, a regulamentação ambiental foi um fator recorrente para a preocupação também em relação às empresas e a seu papel no desmatamento, seja não entrando em cumplicidade com o novo presidente sobre o aproveitamento para avançar na exploração das terras, como também para uma maior rigidez nos seus processos de monitoramento sobre suas cadeias de fornecimento, como forma de evitar a distribuição e venda de gado proveniente de áreas que foram desmatadas ilegalmente.

Ademais, a partir da utilização de determinados processos linguísticos e comunicativos, segundo Holzscheiter (2013), em que se decide pela utilização particular de um vocabulário, são provocados efeitos produtivos sobre construções particulares da

realidade, concernentes à agência e identidade dos indivíduos e grupos. Nesse sentido, foram vistos alguns exemplos de escolhas vocabulares efetuadas pelos meios de comunicação para a construção da problemática ambiental no Brasil, que vale a pena trazer novamente aqui.

Com relação ao primeiro desastre ambiental ocorrido no Brasil em 2019, que foi ocasionado pela ruptura das barragens da empresa Vale, o semanário *The Economist*, ao referir-se ao processo de punição da companhia, descreveu o Brasil como “um país capitalista de compadrio, não a América louca por litígios” (Economist, 2019f, n.p, tradução nossa), ou seja, em que as empresas recebem apoio governamental, independentemente de suas ações. Descreveu ainda que o presidente Bolsonaro poderia ser “leniente⁹³” com a Vale, dada a sua posição pró-negócios (Economist, 2019f, n.p, tradução nossa). O semanário apontou que a própria utilização do material barato e arriscado, como o que formava a barragem, se tratava de uma conciliação do governo com as empresas mineradoras, que privilegiam o lucro em relação aos problemas ambientais (Economist, 2019g). O discurso sobre prevalência do lucro a curto prazo, mesmo que a troco de extensos custos ambientais, foi uma marca constantemente ressaltada por ambos os meios de comunicação sobre o novo governo.

Além disso, com base em Fairclough (1995), fez parte da análise sobre a produção dos textos dos meios de comunicação *The Economist* e *The New York Times* a identificação da orientação ideológica pela qual os seus discursos midiáticos foram permeados. Como afirmado no segundo capítulo, o jornal estadunidense, é orientado para transmitir ideias, cujo plano ideológico parte do liberalismo corporativo, enquanto o discurso midiático promovido pelo semanário britânico é permeado pela ideologia neoliberal (Womack, 2008), fatores estes que possivelmente poderiam render uma melhor aprovação ao presidente brasileiro. No entanto, o fato de o governo Jair Bolsonaro estar alinhado ao espectro ideológico de extrema direita nacionalista, que possui afinidades e interesses com as posições ideológicas dos meios de comunicação mencionados, isso não o eximiu de críticas com relação à forma como o assunto sobre meio ambiente foi dirigido no país.

A narrativa do governo Bolsonaro, inclusive, sobre o lucro e a economia estarem acima das questões ambientais, foi encarada negativamente pelo semanário britânico, conforme demonstrou na utilização de termos vocabulares críticos. Por exemplo, quando o jornal defendeu que “o desmatamento não é um preço necessário para o desenvolvimento⁹⁴”

⁹³ Original: “(...) lenient.”

⁹⁴ Original: “(...) deforestation is not a necessary price of development.”

(Economist, 2019m, n.p, tradução nossa), e indicou que “(...) o mundo deveria deixar claro para o senhor Bolsonaro que não vai tolerar seu vandalismo” (Ibidem, 2019m, n.p, tradução nossa), definido também como “o chefe de Estado ambientalmente mais perigoso no mundo⁹⁵” (Economist, 2019q, n.p, tradução nossa). O semanário descreveu os incêndios na Amazônia como “Inferno” (Economist, 2019u, n.p, tradução nossa) identificando sua destruição como decorrente de atividade humana, cujo combate depende, principalmente, “da vontade política, da qual Bolsonaro carece” (Ibidem, 2019u, n.p, tradução nossa). Em outra notícia, em que trouxe o presidente retratado na notícia, descreveu no subtítulo que: “a imagem global do Brasil está pior” (Economist, 2020c), no texto, o semanário apontou como um dos componentes dessa formação de imagem, a crise ambiental vivida no país, que recebe mais críticas e atenção estrangeira, do que o próprio risco que a democracia do país sofria no contexto do presidente Bolsonaro.

Por sua vez, *The New York Times* caracterizou o presidente brasileiro, na sua conduta com relação ao avanço nas terras indígenas, que teve como preferência o lucro “Líderes mais sábios do que Bolsonaro procurariam maneiras de expandir o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, respeitar as tribos indígenas e reconhecer as contribuições insubstituíveis da Amazônia para deter as mudanças climáticas” (Giacomo, 2019, n.p, tradução nossa) que assume o despreparo do presidente com o tema de meio ambiente e importância dos povos indígenas para tal. Mas que também não se interessou em desenvolver essa capacidade, e mesmo quando decidiu por ações para combater o desmatamento na Amazônia, o jornal estadunidense descreveu como “rara medida” (Londoño, Andreoni & Casado, 2019), reconhecendo que não é uma conduta comum do presidente.

Nos termos de Weber (2004), a imagem pública é um capital importante para alcançar negociação aos capitais políticos e econômicos por parte dos sujeitos e instituições de todas as áreas. Alguns exemplos desse desperdício e descuido, pelo presidente brasileiro, foram suas declarações públicas em entrevistas, como a que ocorreu na entrada do Palácio da Alvorada, em que apresentou insuficiência na resposta à pergunta sobre como o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável poderiam ser conciliados (Simões, 2019; Economist, 2019s), e em outra, na saída do Palácio da Alvorada, que culpou a ambientalistas pelos incêndios na Amazônia (Simões, 2019; Economist, 2019t). O não aproveitamento da utilização favorável da diplomacia midiática pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro, seguiu sendo observado nas

⁹⁵ Original: (...) the most environmentally dangerous head of state in the world.

notícias publicadas por *The Economist* e *The New York Times*. Isso porque, no contexto do alarme internacional sobre os incêndios na Amazônia, em agosto de 2019, momento que recebeu significativa atenção pelos meios de comunicação aqui selecionados, e também latino-americanos (Nogueira, Melo & Galdino, 2020), houve poucos esforços por parte do presidente brasileiro em obter um conceito positivo sobre a imagem ambiental do Brasil.

Além disso, mesmo ao ter seu discurso oficial televisionado em rede nacional, no dia 23 de agosto, sobre os esforços que seriam somados para combater o desmatamento, e declarar que haveria intolerância zero sobre esse fator, Simões (2019), do *The New York Times*, por meio da intertextualidade, recorreu a uma série de declarações públicas feitas por ele, contrapondo ao seu discurso oficial para confirmar que tal posição é incoerente com o histórico do presidente brasileiro na proteção ao meio ambiente do Brasil, que “Desde que assumiu o cargo, ele trabalhou incansavelmente e sem remorso para reverter a aplicação das outrora rigorosas proteções ambientais do Brasil” (Simões, 2019, n.p, tradução nossa).

Esse tipo de contraposição já havia sido feito pelo jornal estadunidense no início de 2019, tanto com relação ao seu ministro de meio ambiente como ao próprio presidente, em referência ao caso de Brumadinho, fazendo desacreditar nas promessas feitas sobre o enrijecimento da legislação ambiental (Andreoni & Darlington, 2019). Nessa representação, a posição ambiental do Brasil é posta como questionável e sob baixa expectativa de melhora. Desse modo, pode-se dizer, que em alguma medida, houve a tentativa do governo brasileiro em instrumentalizar a mídia nacional a seu favor, mas que não foi bem sucedida o suficiente para a formação positiva de sua imagem no exterior.

Pode-se dizer também que os referidos portais midiáticos buscaram agir como ator constrangedor, na tentativa de constranger os formuladores de políticas, como foi feito em relação ao governo brasileiro e seus ministros. No entanto, devido à pouca possibilidade de diálogo com o novo chefe de Estado brasileiro e a sua base governamental formada, isso foi feito principalmente com relação àqueles que podem coadunar ou não com a política ambiental formulada, que nesse caso, foram os países, empresas e investidores internacionais que se relacionam comercialmente com o Brasil, e que poderiam exercer pressão pelo meio comercial, canal mais próximo de alcançar algum nível de mudança na conduta ambiental do país. De maneira que, ao fazer isso, os atores em questão cumprem com o ato discursivo diretivo, e têm sua identidade e interesses definidos em relação ao Brasil por meio do cumprimento normativo sobre a questão ambiental que se trata de indicar o cumprimento de

determinado comportamento com relação ao Brasil. Para que, assim, se obtenha um resultado mais positivo na sua conduta sobre a gestão ambiental da floresta amazônica, definindo também os interesses e identidades desses atores acerca da problemática ambiental em relação ao Brasil sobre as questões climáticas e ambientais.

Sendo assim, por convenção do ato discursivo assertivo desses portais midiáticos, foi amplamente divulgado ao longo do período de 2019 a 2020, o discurso que contribuiu para a construção negativa da imagem ambiental do Brasil. A construção dessa imagem, sob as novas diretrizes do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), apontou para a priorização dos interesses econômicos, em detrimento das preocupações com os alarmantes índices de desmatamento e suas consequências devastadoras para a rica biodiversidade de flora e fauna dos biomas brasileiros, assim como para as mudanças climáticas.

Embora os meios de comunicação aqui selecionados não correspondam à imprensa internacional como um todo, eles fazem parte da sua composição e são igualmente difusores de representações simbólicas, que contribuem para dimensionar a imagem ambiental do Brasil no exterior. A formação e veiculação da imagem coletiva sobre determinados fatos e acontecimentos, para um alto volume de receptores dessa informação, foram permitidos pela utilização do ciberespaço (Oliveira, 2010), que no presente caso, se referiu aos sites disponíveis do *The New York Times* e *The Economist*. Nos quais, a partir da veiculação de elementos textuais e imagéticos sobre a situação ambiental do Brasil, no contexto do governo Bolsonaro, possibilitaram visualizar a construção de uma imagem ambiental do Brasil descredibilizada, a qual não transmitiu confiança para o exterior, seja para lideranças políticas, organizações governamentais e não governamentais, bem como para o mercado internacional, preocupados com o meio ambiente. Não houve uma expectativa de melhora, visto que até o final da análise, no ano de 2020, os meios de comunicação indicaram que haveria uma piora desse cenário em 2021 (Friedman & Somini, 2020; Maslin, 2020).

No entanto, considerando que ocorreram novas transições desde o período analisado aqui, como a mudança de presidente no Brasil, resultante da eleição presidencial no final do ano de 2022, que elegeu o presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-); sugere-se a produção de uma nova pesquisa, abrangendo o período total do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e do novo governo eleito, a fim de identificar se houve mudanças na construção da imagem ambiental do Brasil no exterior pela mídia estrangeira. Espera-se, inclusive, que a elaboração da presente dissertação possa servir também como norteadora para futuras pesquisas voltadas

a essa temática, bem como sobre a exploração da atuação da mídia no campo das relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Biological Megadiversity as a Tool of Soft Power and Development for Brazil**. Bras. Political Sci. Rev., São Paulo, v. 14, n. 2, 0006, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212020000200701&lng=en&nrm=iso Acesso em: 12 set. 2021.
- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli; LUCIANO, Bruno Theodoro; CERATTI, Rubem Kaipper. **O Brasil retratado pela imprensa estrangeira: uma análise da cobertura de The Economist no período 1997-2012**. 2013.
- ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. Lua Nova, São Paulo, n. 47, p. 201-246, Aug. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 set. 2020.
- BUSINESS WIRE. The New York Times Company Reports 2021 Fourth-Quarter and Full-Year Results, 02/02/2022. Disponível em: <https://www.businesswire.com/news/home/20220202005187/en/The-New-York-Times-Company-Reports-2021-Fourth-Quarter-and-Full-Year-Results> Acesso em: 05 mar. 2022.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- BECKEN, Susanne. **Oil depletion or a market problem? A framing analysis of peak oil in The Economist news magazine**. *Energy research & social science*, 2014, vol. 2, p. 125-134.
- BURITY, Caroline Rangel Travassos. **Mídia e relações internacionais: diplomacia midiática no Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Estadual da Paraíba, em 2012.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Relatório Brundtland. Our Common Future: United Nations, 1987.
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Alianza Editorial. Madrid, 2009.
- CAMARGO, Julia Faria. **Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003 - Mídia internacional e a imprensa brasileira**. Brasília: UnB, 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - IREL-UnB, Brasília, 2008.
- CAZZAMATTA, Regina. **The role of the ‘negativity’ factor in international news coverage: A case study of Latin America in the German press, 2000–2014**. *Global Media and Communication*, 2021, vol. 17, no 1, p. 3-23.
- _____, Regina. **A imagem do Brasil na imprensa alemã antes da crise político-econômica**¹. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 2020, vol. 43, p. 115-133.

CIRINO, Thais. MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E PEB: UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF. **Revista de Estudos Internacionais**, 2022, v. 13, n. 1, p. 200-218. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/252935.13.1-10> Acesso em: 22 ago. 2022.

CIRINO, Thais Emanuelle da Silva; LEITE, Alexandre César Cunha; NOGUEIRA, Silvia Garcia. **“Brazilian external policy and media: the media diplomacy in the Dilma impeachment crisis (2016).** Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 2019, v.42, n.1, pp. 57-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201913>. Acesso em: 05 out. 2021.

CHOMSKY, Noam. **What Makes Mainstream Media Mainstream.** Out. 1997. Disponível em: <https://chomsky.info/199710> / Acesso em: 05 jul. 2022.

FEUER, Will. **The New York Times, which Trump often derides as ‘failing,’ says 2019 was a record year for digital growth.** CNBC, USA, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/01/15/new-york-times-says-2019-was-a-record-year-for-digital-growth.html> Acesso em: 29 jul. 2022.

DALY, Herman E. **Crescimento sustentável? Não, obrigado.** Ambiente & Sociedade [online]. 2004, v. 7, n. 2, pp. 197-202. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000200012>. Epub 21 Set 2005. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000200012>. Acesso em: 05 jun. 2022.

DA NÓBREGA MONTEIRO, Eduardo; LESSA, Mônica Leite. **Mídia E Política Externa Brasileira: Uma Abordagem Crítica.** Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, 2020, vol. 9, no 1.

DE MAGALHÃES CARVALHO, E. **Financiamento da mídia no Brasil na era PT.** E-Compós, [S. l.], v. 23, 2020. DOI: 10.30962/ec.1999. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1999>. Acesso em: 13 out. 2021.

EMPINOTTI, Vanessa Lucena, et al. **Entre crises e insurgências: a ecologia política em defesa da vida em comum.** Ambiente & Sociedade, 2021, vol. 24.

ENTMAN, Robert M. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm.** Journal of international communication, n. 43, 1993.

EPSTEIN, C. **The power of words in international relations: birth of an anti-whaling discourse.** Cambridge: The MIT Press, 2009.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERREIRA, Tulio; OLIVEIRA, Maria Teresa Ferreira de. **O Cinema como Instrumento do Office Of The Coordinator Of Inter-American Affairs Para Promover a Política de Boa Vizinhança Durante a Segunda Guerra Mundial.** Revista de Estudos Internacionais, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 21-41, 02 ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/252935.13.1-2> Acesso em: 20. ago. 2022.

FREIXO, Adriano & FREITAS, Jacqueline Ventapane. **Imprensa e Política Externa em Tempos de Abertura Política: O Reconhecimento da Independência de Angola nas Páginas da Revista Veja**. Revista de Estudos Internacionais, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 107-132, 02 ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/252935.13.1-6> Acesso em: 20 ago. 2022.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques e CUNHA, Ester Almeida Carneiro da. **A política externa brasileira do governo Lula da Silva (2003-2010) nas páginas de CartaCapital e Veja: um estudo comparativo**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação [online]. 2021, v. 44, n. 1, pp. 209-230. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442021110> Acesso em: 02 set. 2021.

FAHMY, Shahira; WANTA, Wayne; NISBET, Erik C. **Mediated public diplomacy: Satellite TV news in the Arab world and perception effects**. *International Communication Gazette*, 2012, vol. 74, no 8, p. 728-749.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London and New York: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001.

_____. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

_____. **Language and power**. London: Longman, 1989

FAHMY, Shahira; WANTA, Wayne; NISBET, Erik C. **Mediated public diplomacy: Satellite TV news in the Arab world and perception effects**. *International Communication Gazette*, 2012, vol. 74, no 8, p. 728-749.

GALDINO, Amanda Caroline, 2023, "**Replication Data for: News about Brazil by The New York Times and The Economist (2019-2020)**", Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/FCWWOP>, Harvard Dataverse, V1. Acesso em: 5 de nov. 2023.

GALDINO, A. C. **A imagem sanitária do Brasil na ótica da mídia latino-americana: uma análise das notícias do Clarín e do El Tiempo em 2020**. 2020. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2020.

GAETANI, Francisco; TEIXEIRA, Izabella. Os tempos, eles estão mudando: Perspectivas para a agenda de desenvolvimento sustentável no Brasil. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, 25 fev. 2021. p. 1-15. Disponível em: <http://cebri.org/br/doc/114/os-tempos-eles-estao-mudando-perspectivas-para-a-agenda-de-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GONÇALVES, Isabella de Sousa. **Do impresso ao digital: o processo de transição do New York Times**. *Comunicação Pública*, 2019, vol. 14, no 27.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional**. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GILBOA, Eytan. **Global Communication and Foreign Policy.** Journal of Communication. 52. 2002, p. 731-748. 10.1111/j.1460-2466.2002.tb02571.x.

GILBOA, Eytan. **Diplomacy in the media age:** Three models of uses and effects, *Diplomacy & Statecraft*, 12:2, 2001, p. 1-28, Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592290108406201> Acesso em: 10 out. 2021.

GILBOA, Eytan, **Mass Communication and Diplomacy:** A Theoretical Framework, *Communication Theory*, Volume 10, Issue 3, 1 ago. 2000, p. 275–309, Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2000.tb00193.x> Acesso em: 12 ago. 2022

HECK, Axel; SCHLAG, Gabi. Securitizing images: The female body and the war in Afghanistan. **European journal of international relations**, v. 19, n. 4, p. 891-913, 2013.

HOLZSCHEITER, Anna. **Between Communicative Interaction and Structures of Signification:** Discourse Theory and Analysis in International Relations. *International Studies Perspectives*, doi: 10.1111/insp.12005. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional:** ensaios políticos. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

JENNINGS, K. **The New York Times' Coverage of the Coronavirus Economy.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2020, University of Colorado, Boulder.

LÚCIO, Luisa Venâncio dos Santos. **Dimensões Estéticas do Derramamento de Petróleo na Costa Nordestina:** Uma Questão de Perspectiva. 2019. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019. Cap. 4.

LATOURETTE, B. **A Europa como refúgio.** In: GEISELBERGER, H. A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos - e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

LAFER, Celso. **Roda Viva** | Celso Lafer. YouTube 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zeho-h1bvXY&t=1s> Acesso em: 25 mai. 2020.

LAFER, Celso. **A máquina do mundo - desafios da globalidade:** assimetrias da sociedade debate internacional sobre os novos populismos - e como enfrentá-los. São Paulo: Estação pensamento e ação. Ed. por Celso Lafer. Brasília: FUNAG, 2018.

LASSWELL, Harold D. **The Structure And Function of Communication in Society** İletişim kuram ve araştırma dergisi Sayı 24 Kış-Bahar. 2007, p. 215-228

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. Editora Perspectiva, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Trad. br. Ricardo Corrêa Barbosa. 8ª Edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LAFERRIERE, Eric; STOETT, Peter. **Ecological Thought and International Relations Theory**. 1999.

LIVINGSTON, Steven; EACHUS, Todd. **Humanitarian Crisis and Foreign Policy**. *Political Communication*, v. 12, 1995, p. 413-429.

MELO, Filipe; CHAGAS, Igor de Arecippo. **O Canal de Notícia RT em Español no YouTube: A Cobertura da Covid-19**. *Revista de Estudos Internacionais, João Pessoa*, v. 13, n. 1, p. 177-199, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/252935.13.1-9>
Acesso em: 20 ago. 2022.

MA, Wenliang. **A Comparative Corpus-Based Discourse Analysis of American and Chinese News in The Economist**. Tese de doutorado. Auckland University of Technology. 2022.

MILANEZ F. **Cuerpo y alma del fascismo contemporáneo en Brasil: la ecología política del racismo y del extractivismo**. *Ecología Política*, v.59 - Julio, p. 17-23, 2020.

MIGUEL, Jean. **Negacionismo climático no Brasil**. Coletiva, Dossiê, 2020, vol. 27.

MASLIN, Sarah. *Jornalistas em Diálogo*. **A Amazônia nas manchetes do mundo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6zJz0s7pJuc&list=PL0owBBX2pVfuQhG53jDfd5LoNM5egCFYh&index=4>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MARCELINO, Jonatas Torresan. **A Survey of Brazil (1970-2010): o país nas páginas da The Economist**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MOORE, Stephen H. **Realising a discourse of the ‘basket case’**. *Critical Discourse Studies*, 2008, vol. 5, no 2, p. 181-199.

MONTANINI, Marcelo M. **A mídia como ator internacional: os casos do Jogo da Paz 2004 e da Copa do Mundo 2014**. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais (RICRI)*. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-9452.2018v5n10.38987>. 2018. Acesso em: 15 set. 2020.

McCOMBS, Maxwell. **Estableciendo la agenda: el impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento**. Tradução de Óscar Fontrodona. Barcelona: Paidós, 2006.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1999, vol. 42, p. 30-61.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. *Estudos Avançados*, [s.l.], v. 26, n. 74, p.51-64, 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142012000100005>. Acesso em: 4 nov. 2019

NEIMARK, B. et al. **Speaking Power to “Post-Truth”: Critical Political Ecology and the New Authoritarianism**. *Annals of the American Association of Geographers*, Washington, v. 109, n.2, p. 613-623, 2019.

NOGUEIRA, Silvia Garcia; GALDINO, Amanda Caroline; CONCEIÇÃO, Lorrany Ribeiro. **Os Tweets de Bolsonaro e a Cobertura do The New York Times: Enfoques Distintos Sobre a Pandemia De Covid-19 e a Vacina no Brasil**. *Revista de Estudos Internacionais*, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 154-176, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/252935.13.1-8> Acesso em: 20 ago. 2022.

NYE, Joseph. **Whatever Happened to Soft Power?** 2022. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/whatever-happened-to-soft-power-by-joseph-s-nye-2022-01?barrier=accesspay>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____, Joseph. **Soft power: the evolution of a concept**, *Journal of Political Power*, 14:1, 2021, p. 196-208. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2158379X.2021.1879572> Acesso em: 12 ago. 2022.

NOGUEIRA, Silvia; GALDINO, Amanda Caroline; CONCEIÇÃO, Lorrany Ribeiro. **OS TWEETS DE BOLSONARO E A COBERTURA DO THE NEW YORK TIMES: ENFOQUES DISTINTOS SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 E A VACINA NO BRASIL**. *REI-Revista de Estudos Internacionais*, 2022, vol. 13, no 1.

NOGUEIRA, Silvia G.; MELO, Filipe R.; GALDINO, Amanda C. **A imagem ambiental do Brasil no governo Bolsonaro: análise de uma percepção latino-americana**. *Sul Global*, v.1, n.2, 2020, pp. 31-63, Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/36286> Acesso em: 23 mar. 2021.

NOGUEIRA, SG. **As estratégias da Secom/PR e a construção de uma identidade brasileira no âmbito internacional**. In: TRAVANCAS, I., and NOGUEIRA, SG., orgs. *Antropologia da comunicação de massa* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. *Paradigmas da Comunicação collection*, pp. 283- 302.

NOGUEIRA, S. G.; BURITY, C. **A construção da imagem do Brasil no exterior e a diplomacia midiática no governo Lula**. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO*, [S. l.], v. 2, n. 41, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/16781>. Acesso em: 25 ago. 2022.

NOGUEIRA, Silvia Garcia; RIBEIRO, Alana Maria. **A TELESUR e a construção Simbólica da Integração Latino-Americana durante e depois da Era Chávez**. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 2013, vol. 1, no 3, p. 123-132.

NOGUEIRA, S. **Reflexões sobre o papel da mídia na construção do nationess: os casos da Telesur e da Al-Jazeera**. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 127–148, 2012. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/61>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NÓBREGA MONTEIRO, Eduardo Da & LESSA, Mônica Leite. **“Mídia E Política Externa Brasileira: Uma Abordagem Crítica”**. *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil* 9 (1):

1–21. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/neiba.2020.50558> Acesso em 8 abril, 2021.

NYE, Joseph, 2011. **The future of power**. New York: Public Affairs.

_____, Joseph. “**Soft Power and American Foreign Policy.**” *Political Science Quarterly*, vol. 119, no. 2, 2004, pp. 255–270.

OLIVEIRA, Rafael S. **A Mídia Como Ator Emergente Das Relações Internacionais: Seu Protagonismo no Uso do Soft Power Frente aos Desafios das Mudanças Climáticas**. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2010.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: Rules and rule in social theory and international relations**. Routledge, 2012.

ONUF, Nicholas. **Constructivism: a user’s manual**. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.): *International relations in a constructed world*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

PENNINGTON, Rosemary; BIRTHISEL, Jessica. **When new media make news: Framing technology and sexual assault in the Steubenville rape case**. *New Media & Society*, 2016, vol. 18, no 11, p. 2435-2451.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; PANKE, Luciana. Discursos diplomáticos: objeto de pesquisa da Comunicação Política?1. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo , v. 43, n. 2, p. 53-71, May 2020 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442020000200053&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Set. 2020. Epub Sep 04, 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202023>.

PRESS GAZETTE. **The Economist grows subscribers by 9% to 1.1m in 2020/21 and pays back furlough cash.** Disponível em: <https://www.pressgazette.co.uk/the-economist-subscribers-annual-report-2021/> Acesso em: 09 set. 2021.

RIBEIRO, P., BURIAN, C., & URDINEZ, F. **Legislative Behavior, Mass Media, and Foreign Policy Making: The Case of Paraguay**. *Latin American Research Review*, 56(2), 2021, p. 334-352. Disponível em: <https://doi:10.25222/larr.592>. Acesso em: 04 jan. 2021.

RADENOVIC, Milan Rados. **Opinião pública mundial: formar ou manipular**. *Prisma. com*, 2006, no 2, p. 93-121.

RICUPERO, Rubens. **Qual deve ser a política externa do Brasil num mundo em profunda transformação?** Aula inaugural no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), 17 fev. 2020. Disponível em: <https://>

[//www.rubensricupero.com/palestras/qual-deve-ser-a-politica-externa-do-brasil-num-mundo-em-profunda-transformacao/](http://www.rubensricupero.com/palestras/qual-deve-ser-a-politica-externa-do-brasil-num-mundo-em-profunda-transformacao/) Acesso em: 05 out. 2021.

SANTANA, Eliara. Conferência de Encerramento: **Letramento midiático e desinformação**. Canal do PPGCOM/UFGM, em 08 dez. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/iKIxp5zzAHg> Acesso em: 08 dez. 2021.

SALVIATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Planaltina: Iramuteq, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SARTI, Fernando; CASTILHO, Marta. **Impactos do Acordo Mercosul e União Europeia sobre a Indústria Brasileira**. Belo Horizonte, 2021.

SAUCEDO AÑEZ, P. C., & CAZZAMATTA Spinola Costa, R. La representación de Brasil en la prensa alemana, el cambio de imagen en la era de Bolsonaro y el papel de los medios en la ascensión del populismo de derecha en todo el mundo. *Revista De Estudios Brasileños*, 6(13), 2020, 201–212. <https://doi.org/10.14201/reb2019613201212>

SORENSEN, Lone. **Populist communication in the new media environment: a cross-regional comparative perspective**. Palgrave Communications, 2018, vol. 4, no 1.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes. 2002.

VALE, M. et al. **The COVID-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil**. *Biological Conservation*, Amsterdam, v.255, p.1-5, 2021.

VALENTE, Leonardo; SANTORO, Maurício. **A diplomacia midiática do governo Hugo Chávez**. *Carta Internacional*, v.2, n. 1, mar. 2007.

VALENTE, Valente Monteiro. **Política Externa na era da informação: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Editora Revan, 2007.

WEBER, Maria Helena. **Balizas do campo comunicação e política**. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 2020, vol. 8, no 18, p. 6-48. Disponível em: <https://amazonwatch.org/assets/files/2022-cumplicidade-na-destruicao-iv.pdf>

WOMACK, Ryan. <http://www.Economist.com>, *Journal of Business & Finance Librarianship*, 10:2, 2005, p. 39-45, DOI: 10.1300/J109v10n02_06

_____, Maria Helena. **Imagem Pública**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e Política – conceitos e abordagens* (Org.). Salvador: Edufba, 2004. p. 259-307.

_____. **Visibilidade e credibilidade. Tensões da comunicação política**. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spinola (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2006.

_____. **Imagem pública.** Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 259-307.

WANTA, W. Golan G & LEE C. **Agenda setting and international news:** Media influence on public perceptions of foreign nations. *Journalism & Mass Communication Quarterly* 81(2), 2004, p. 364–377.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics.** *International Organization*, vol. 46, n. 2, 1992, p. 391-425

REFERÊNCIAS DE *THE NEW YORK TIMES*

ARNOLD, Chris Feliciano. **Captain Chain Saw’s Delusion.** 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-rainforest-conservation.html?searchResultPosition=6> Acesso em: 18 ago. 2022.

ARRÉLLAGA, Maria Magdalena; LONDOÑO, Ernesto & CASADO, Leticia. **Brazil Fires Burn World’s Largest Tropical Wetlands at ‘Unprecedented’ Scale.** 04 set. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/09/04/world/americas/brazil-wetlands-fires-pantanal.html?searchResultPosition=4> Acesso em: 18 ago. 2022.

ALBERT, Bruce. **Covid-19: Lessons From the Yanomami.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/27/opinion/yanomami-covid-brazil.html?searchResultPosition=9> Acesso: 15 ago. 2022.

ANDREONI, Manuela & CASADO, Leticia. **Powerful Storm Kills 47 in Brazil.** *The New York Times*, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/27/world/americas/brazil-flood.html?searchResultPosition=1> Acesso em: 03 ago. 2022.

LONDOÑO, Ernesto & ANDREONI, Manuela. **Mining Executives Face Homicide Charges in Brazil Dam Disaster.** *The New York Times*, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/21/world/americas/brazil-dam-collapse-charges.html?searchResultPosition=8> Acesso em: 03 ago. 2022.

ARAÚJO, Heriberto. **How China Could Stop Brazil’s Ecological Tragedy.** *The New York Times*. Nova York, 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/10/18/opinion/china-brazil-amazon.html?searchResultPosition=3> Acesso em: 11 jul. 2022.

ANDREONI, Manuela & MASESHWARI, Sapna. **Is Brazilian Leather Out of Fashion? H&M Stops Buying Over Amazon Fires.** *The New York Times*, Nova York, 05 set. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/05/world/americas/h-m-leather-brazil-amazon-fires.html?searchResultPosition=4> Acesso em: 08 jul. 2022.

ANDREONI, Manuela. **Brazil Angrily Rejects Millions in Amazon Aid Pledged at G7, Then Accepts British Aid.** The New York Times. Nova York, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/27/world/americas/brazil-amazon-aid.html?searchResultPosition=5> Acesso em: 08 jul. 2022.

ANDREONI, Manuela, CASADO, Leticia & LONDOÑO, Ernesto. **With Amazon Rain Forest Ablaze, Brazil Faces Global Backlash.** The New York Times. Nova York, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/22/world/americas/brazil-amazon-fires-bolsonaro.html?searchResultPosition=6> Acesso em: 07 jul. 2022.

ANDREONI, Manuela & DARLINGTON, Shasta. **As 2nd Brazil Dam Threatens to Collapse, Death Toll Rises to 58.** The New York Times, Nova York, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/27/world/americas/brazil-dam-brumadinho.html?searchResultPosition=8> Acesso em: 04 jul. 2022.

ARAÚJO, Heriberto. **Save the Amazon From Bolsonaro.** The New York Times, Nova York, 13 maio. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/13/opinion/brazil-amazon-bolsonaro.html?searchResultPosition=11> Acesso em: 05 jul. 2022.

BÁRBARA, Vanessa. **Trump Lost. Bolsonaro Can't Get Over It.** The New York Times, Nova York, 08 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/08/opinion/trump-bolsonaro-election.html?searchResultPosition=12> Acesso em: 20 ago. 2022.

BARBARO, Michael. **Listen to 'The Daily': Why the Amazon Is Burning.** The New York Times, Nova York, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/28/podcasts/the-daily/amazon-rainforest-fires-brazil.html> Acesso em: 07 jul. 2022.

BOARD, Editorial The. **In the Fight to Save the Planet, Its Defenders Are Being Killed.** The New York Times, Nova York, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/01/opinion/environmentalists-murdered.html?searchResultPosition=34> Acesso em: 07 jul. 2022.

BOWLEY, Graham. **Gala Honoree Causes Concern at American Museum of Natural History.** The New York Times, Nova York, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/12/arts/american-museum-natural-history-bolsonaro.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 05 jul. 2022.

CASADO, Leticia & LONDOÑO, Ernesto. **Under Brazil's Far-Right Leader, Amazon Protections Slashed and Forests Fall.** The New York Times, Nova York, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/28/world/americas/brazil-deforestation-amazon-bolsonaro.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 06 jul. 2022.

CARVALHO, Bruno. **The Amazon Will Soon Burn Again.** The New York Times, Nova York, 27 mai. 2020. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2020/05/27/opinion/amazon-bolsonaro-deforestation.html?searchResultPosition=15> Acesso em: 17 ago. 2022.

DARLINGTON, Shasta. **7 People Killed and 200 Missing in Brazil After Dam Collapses, Officials Say.** The New York Times, Nova York, 25 jan. 2019a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/25/world/americas/brazil-dam-burst-brumadinho.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 03 jul. 2022.

DARLINGTON, Shasta. **Brazil Arrests 8 at Mining Giant Vale Over Deadly Dam Collapse.** The New York Times, Nova York, 15 fev. 2019b. Disponível: <https://www.nytimes.com/2019/02/15/world/africa/brazil-dam-arrests.html?searchResultPosition=4> Acesso em: 04 jul. 2022.

ENGLE, Jeremy & OTIS, John. **Summer 2020 News Quiz.** The New York Times, Nova York, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/08/21/learning/20SummerNewsQuizLN.html?searchResultPosition=17> Acesso em: 16 ago. 2022.

FEARNSIDE, Philip. **Many Rivers, Too Many Dams.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-illegal-dams-brazil.html?searchResultPosition=8> Acesso em: 19 ago. 2022.

FOUNTAIN, Henry. **‘Going in the Wrong Direction’: More Tropical Forest Loss in 2019.** The New York Times, Nova York, 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/02/climate/deforestation-climate-change.html?searchResultPosition=20> Acesso em: 17 ago. 2022.

GIACOMO, Carol. **Brazil’s New President Threatens ‘the Lungs of the Planet’.** The New York Times, Nova York, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/03/19/opinion/brazil-rain-forest.html?searchResultPosition=6> Acesso em: 05 jul. 2022.

JURECIC, Quinta. **Who Owns the Amazon?** The New York Times, Nova York, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/27/opinion/macron-bolsonaro-amazon-g7-trump.html?searchResultPosition=14> Acesso em: 09 jul. 2022.

KRAUSS, Clifford. **In the Amazon, Fires Steal Breath, but Smoke Smells of Money.** The New York Times, Nova York, 02 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/02/world/americas/brazil-amazon-fires-cowboys.html?searchResultPosition=12> Acesso em: 11 jul. 2022.

KRAUSS, Clifford; YAFFE-BELLANY, David & SIMÕES, Mariana. **Why Amazon Fires Keep Raging 10 Years After a Deal to End Them.** The New York Times, Nova York, 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/10/10/world/americas/amazon-fires-brazil-cattle.html?searchResultPosition=6> Acesso em: 11 jul. 2022.

KEARNEY, Lucia. **Cuomo and Campaign Financing.** The New York Times, Nova York, 04 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2019/08/04/opinion/letters/cuomo-campaign-financing-amazon.html?searchResultPosition=35> Acesso em: 06 jul. 2022.

KARASZ, Palko. **A Deadly River of Mud: Video of Brazil Dam Collapse Emerges.** The New York Times, Nova York, 02 fev. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/02/02/world/americas/brazil-dam-video.html?searchResultPosition=17> Acesso em: 04 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto & ANDREONI, Manuela. **Under Pressure, Brazil's Bolsonaro Forced to Fight Deforestation.** The New York Times, Nova York, 01 ago. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/01/world/americas/Brazil-amazon-deforestation-bolsonaro.html?searchResultPosition=12> Acesso em: 18 ago. 2022.

LONDOÑO, Ernesto; ANDREONI, Manuela & CASADO, Leticia. **Amazon Deforestation Soars as Pandemic Hobbles Enforcement.** The New York Times, Nova York, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/06/world/americas/amazon-deforestation-brazil.html?searchResultPosition=16> Acesso em: 16 ago. 2022.

LOSH, Jack. **A Battle to Protect Forests Unfolds in Central Africa.** The New York Times, Nova York, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/28/climate/deforestation-central-african-republic.html?searchResultPosition=83> Acesso em: 22 ago. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Brazil Is Famous for Its Meat. But Vegetarianism Is Soaring.** The New York Times, Nova York, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/12/26/world/americas/brazil-vegetarian.html?searchResultPosition=2> Acesso em: 22 ago. 2022.

LONDOÑO, Ernesto & CASADO, Leticia. **As Bolsonaro Keeps Amazon Vows, Brazil's Indigenous Fear 'Ethnocide'.** The New York Times, Nova York, 19 abril. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/19/world/americas/bolsonaro-brazil-amazon-indigenous.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 15 ago. 2022.

LONDOÑO, Ernesto & CASADO, Leticia. **Amazon Deforestation in Brazil Rose Sharply on Bolsonaro's Watch.** The New York Times, Nova York, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/18/world/americas/brazil-amazon-deforestation.html?searchResultPosition=3> Acesso em: 12 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Mysterious Oil Spill Becomes New Environmental Crisis for Brazil.** The New York Times, Nova York, 08 out. 2019h. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/10/08/world/americas/brazil-oil-spill-beaches.html?searchResultPosition=4> Acesso em: 12 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Imagine Jair Bolsonaro Standing Trial for Ecocide at The Hague.** The New York Times, Nova York, 21 set. 2019g. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/21/sunday-review/bolsonaro-amazon-fire.html?searchResultPosition=9> Acesso em: 09 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto, ANDREONI, Manuela & CASADO, Leticia. **As Amazon Fires Become Global Crisis, Brazil's President Reverses Course.** The New York Times. Nova York, 23 ago. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/23/world/americas/brazil-military-amazon-fire.html?searchResultPosition=4> Acesso em: 08 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Brazil Marshals Forces to Fight Amazon Fires (and Restore 'Positive Perception').** The New York Times. Nova York, 24 ago. 2019f. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/24/world/americas/amazon-rainforest-fires-military.html?searchResultPosition=8> Acesso em: 07 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Bolsonaro Fires Head of Agency Tracking Amazon Deforestation in Brazil.** The New York Times. Nova York, 02 ago. 2019e. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/02/world/americas/bolsonaro-amazon-deforestation-galvao.html?searchResultPosition=28> Acesso em: 07 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Bolsonaro to Skip New York Gala Amid Swelling Controversy.** The New York Times. Nova York, 03 mai. 2019c. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/03/world/americas/bolsonaro-new-york-gala.html?searchResultPosition=12> Acesso em: 05 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto & ANDREONI, Manuela. **Brazil Wanted Change. Even Before Taking Office, Jair Bolsonaro Delivered.** The New York Times, Nova York, 1 jan. 2019a, Mundo. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/01/world/americas/brazil-jair-bolsonaro-president.html?searchResultPosition=18> Acesso em: 03 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto. **Jair Bolsonaro, on Day 1, Undermines Indigenous Brazilians' Rights.** The New York Times, Nova York, 2 jan. 2019a. <https://www.nytimes.com/2019/01/01/world/americas/brazil-jair-bolsonaro-president.html?searchResultPosition=18> Acesso em: 03 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto; ANDREONI, Manuela; HSU, Tiffany. **Leaders of Brazil Mining Giant Vale Step Down as Criminal Inquiry Widens.** The New York Times, Nova York, 04 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/03/04/world/americas/brazil-vale-executives.html?searchResultPosition=16> Acesso em: 04 jul. 2022.

LONDOÑO, Ernesto & CASADO, Leticia. **With Amazon on Fire, Environmental Officials in Open Revolt Against Bolsonaro.** The New York Times, Nova York, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/28/world/americas/amazon-fires-brazil.html?searchResultPosition=13> Acesso em: 07 jul. 2022.

LEVIS, Carolina. **The Grandmother Trees.** The New York Times, Nova York, 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-rainforest-giant-trees.html?searchResultPosition=24> Acesso em: 18 ago. 2022.

MACEDO, Márcia Nunes & PEREIRA, Valéria Paye. **We Know How to Stop the Fires.** The New York Times, Nova York, 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-rainforest-fire-prevention.html?searchResultPosition=9> Acesso em: 19 ago. 2022.

MCCLANAHAN, Paige & KAMIN, Debra. **52 Places, Virtually.** The New York Times, Nova York, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/14/travel/52-places-to-go-virtual-travel.html?searchResultPosition=123> Acesso em: 15 ago. 2022.

MORIYAMA, Victor & SANDY, Matt. **‘The Amazon Is Completely Lawless’:** The Rainforest After Bolsonaro’s First Year. The New York Times, Nova York, 05 dez. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/12/05/world/americas/amazon-fires-bolsonaro-photos.html?searchResultPosition=10> Acesso em: 12 jul. 2022.

MCDONALD, Brent; MOURA, Paula; LAFFIN, Ben; RHYNE, Emily. **The Amazon Is Still Burning. Blame Beef.** The New York Times, Nova York, 06 out. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/video/world/americas/100000006721982/amazon-rainforest-fires-burning.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 10 jul. 2022.

MCDONALD, Brent. **Threats and Promises in Brazil’s Lawless Amazon.** The New York Times. Nova York, 06 out. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/10/06/video/amazon-rainforest-fires-burning.html?searchResultPosition=5> Acesso em: 10 jul. 2022.

MARCOLINI, Bárbara. **Hundreds Still Missing After Dam Collapse in Brazil.** The New York Times, Nova York, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/video/world/americas/100000006328214/brazil-dam-before-after.html?searchResultPosition=6> Acesso em: 04 jul. 2022.

NETWORK, Learning The. **Summer Reading Contest, Week 8: What Interested You Most in The Times This Week?.** The New York Times, Nova York, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/02/learning/summer-reading-contest-week-8-what-interested-you-most-in-the-times-this-week.html?searchResultPosition=111> Acesso em: 06 jul. 2022.

ONISHI, Norimitsu. **As the Amazon Burns, Europe Seizes Title of Climate Champion.** The New York Times. Nova York, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/24/world/europe/climate-brazil-europe-trump-g7.html?searchResultPosition=20> Acesso em: 08 jul. 2022.

PICQ, Manuela Lavinias. **Spreading Faith, and Disease.** The New York Times, Nova York, 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-missionaries-tribes-disease.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 19 ago. 2022.

PLOTKIN, Mark J. **Could the Amazon Save Your Life?.** The New York Times, Nova York. 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/02/opinion/amazon-novel-species-medicine.html?searchResultPosition=13> Acesso em: 19 ago. 2022.

PLUMER, Brad & SCHWARTZ, John. **50 Years of Earth Day: What's Better Today, and What's Worse.** The New York Times, Nova York, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/climate/earth-day-history.html?searchResultPosition=137> Acesso em: 16 ago. 2022.

PÉREZ-PEÑA, Richard & STEVIS-GRIDNEFF, Matina. **Brazil's Rainforest Fires Prompt Alarm and Anger in Europe.** The New York Times, Nova York, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/23/world/americas/amazon-fires-brazil.html?searchResultPosition=37> Acesso em: 07 jul. 2022.

SERKEZ, Yarina. **Every Place Under Threat.** The New York Times, Nova York, 02 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/10/02/opinion/amazon-under-threat.html?searchResultPosition=23> Acesso em: 20 ago. 2022.

SOARES, Luciana G. L. **Amazon Power Plant: A Company Responds.** The New York Times, Nova York, 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/10/opinion/letters/power-plant-brazil.html?searchResultPosition=14> Acesso em: 19 ago. 2022.

STANFORD, Chris; DUDDING, Will & SCHAVERIEN, Anna. **News Quiz: Protests, Hong Kong, Primary Elections.** The New York Times. 05 jun. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/06/05/briefing/protests-hong-kong-primary-elections-news-quiz.html?searchResultPosition=51> Acesso em: 18 ago. 2022.

SOTO, Kaly. **11 of Our Best Weekend Reads.** The New York Times. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/24/arts/11-of-our-best-weekend-reads.html?searchResultPosition=12> Acesso em: 12 ago. 2022.

SOTO, Kaly. **11 of Our Best Weekend Reads.** The New York Times, Nova York, 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/10/11/arts/11-of-our-best-weekend-reads.html?searchResultPosition=18> Acesso: 11 jul. 2022.

SALÁZAR-LOPEZ, Londoño. **Bolsonaro Wants to Plunder the Amazon. Don't Let Him.** The New York Times, Nova York, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/29/opinion/bolsonaro-wants-to-plunder-the-amazon-dont-let-him.html?searchResultPosition=23> Acesso em: 04 jul. 2022.

STANFORD, Chris & SCHAVERIEN, Anna. **This Week's News Quiz: the Amazon Rain Forest, Greenland and the Hong Kong Protests.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/23/briefing/amazon-rain-forest-greenland-hong-kong-protests-news-quiz.html?searchResultPosition=72> Acesso em: 08 jul. 2022.

SYMONDS, Alexandria. **Amazon Rainforest Fires: Here's What's Really Happening.** The New York Times, Nova York, 23 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2019/08/23/world/americas/amazon-fire-brazil-bolsonaro.html?searchResultPosition=21> Acesso em: 07 jul. 2022.

STANFORD, Chris & SCHAVERIEN, Anna. **News Quiz: Test Your Knowledge of the Week's Headlines.** The New York Times, Nova York, 01 fev. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/02/01/briefing/01weeklynewsquiz.html?searchResultPosition=43> Acesso em: 04 jul. 2022.

TIMES, The New York. **The Grandmother Trees,** The New York Times, Nova York, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/12/30/us/2019-year-in-graphics.html?searchResultPosition=84> Acesso em: 21 jul. 2022.

TIMES, The New York. **Why Did the Dam in Brazil Collapse? Here's a Brief.** The New York Times, Nova York, 09 fev. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/02/09/world/americas/brazil-dam-disaster.html?searchResultPosition=9> Acesso em: 04 jul. 2022.

UNGER, Roberto Mangabeira. **How to Save the Amazon Without Condescending to Brazil.** The New York Times, Nova York, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/26/opinion/amazon-rainforest-fire.html?searchResultPosition=7> Acesso em: 09 jul. 2022.

VILLEGAS, Alexander & ROBLES, Frances. **Conflicts Over Indigenous Land Grow More Violent in Central America.** The New York Times, Nova York, 09 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/09/world/americas/central-america-indigenous-conflicts.html?searchResultPosition=18> Acesso em: 10 ago. 2022.

VISCIDI, Lisa & ORTIZ, Enrique. **How to Save the Amazon Rain Forest.** The New York Times, Nova York, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/19/opinion/amazon-rainforest-deforestation.html?searchResultPosition=36> Acesso em: 06 jul. 2022.

REFERÊNCIAS DO *THE ECONOMIST*

ECONOMIST, The. **What to make of Brazil's new firebrand president, Jair Bolsonaro.** The Economist, Londres, 03 jan. 2019a. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/01/03/what-to-make-of-brazils-new-firebrand-president-jair-bolsonaro> Acesso em: 01 mai. 2022.

ECONOMIST, THE. **The radical agenda of Brazil's new president.** The Economist, Londres, 05 jan. 2019b. Disponível em:

<https://www.economist.com/leaders/2019/01/05/the-radical-agenda-of-brazils-new-president>
Acesso em: 01 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **The contradictions of Brazil's foreign policy.** The Economist, Londres, 12 jan. 2019c. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/01/12/the-contradictions-of-brazils-foreign-policy> Acesso em: 01 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **The danger of tailings dams.** The Economist, Londres, 28 jan. 2019d. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2019/01/28/the-danger-of-tailings-dams> Acesso em: 01 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Deadly landslides with man-made causes are becoming more common.** The Economist, Londres, 29 jan. 2019e. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/01/29/deadly-landslides-with-man-made-causes-are-becoming-more-common> Acesso em: 01 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **A Brazilian tragedy is a Deepwater Horizon moment. Sort of.** The Economist, Londres, 02 fev. 2019f. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2019/02/02/a-brazilian-tragedy-is-a-deepwater-horizon-moment-sort-of> Acesso em: 01 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Brazil's worst ever dam disaster follows years of regulatory capture.** The Economist, Londres, 02 fev. 2019f. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/02/02/brazils-worst-ever-dam-disaster-follows-years-of-regulatory-capture> Acesso em: 02 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Vale and the aftermath of a devastating dam failure.** The Economist, Londres, 09 mar. 2019g. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2019/03/09/vale-and-the-aftermath-of-a-devastating-dam-failure> Acesso em: 02 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 17 abr. 2019h. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2019/04/17/politics-this-week> Acesso em: 02 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Can Colombia's President Iván Duque find his feet?** The Economist, Londres, 20 jun. 2019i. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/06/20/can-colombias-president-ivan-duque-find-his-feet> Acesso em: 02 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Latin America and Europe have much to gain from closer ties.** The Economist, Londres, 25 jul. 2019j. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/07/25/latin-america-and-europe-have-much-to-gain-from-closer-ties> Acesso em: 02 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 27 jul. 2019k. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2019/07/27/politics-this-week> Acesso em: 03 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Deathwatch for the Amazon.** The Economist, Londres, 03 ago. 2019l. Disponível em: <https://www.economist.com/weeklyedition/2019-08-03> Acesso em: 03 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Deathwatch for the Amazon.** The Economist, Londres, 03 ago. 2019m. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2019/08/01/deathwatch-for-the-amazon> Acesso em: 03 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Averting the Amazon's collapse, the Fed cuts rates, and the foodoo economics of meal delivery.** The Economist, 01 ago. 2019n. Disponível em: <https://www.economist.com/podcasts/2019/08/01/averting-the-amazons-collapse-the-fed-cuts-rates-and-the-foodoo-economics-of-meal-delivery> Acesso em: 04 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Averting the Amazon's collapse, the Fed cuts rates, and the foodoo economics of meal delivery.** The Economist, Londres, 01 ago. 2019o. Disponível em: <https://www.economist.com/podcasts/2019/08/01/averting-the-amazons-collapse-the-fed-cuts-rates-and-the-foodoo-economics-of-meal-delivery> Acesso em: 04 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **The Amazon is approaching an irreversible tipping point.** The Economist, Londres, 01 ago. 2019p. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2019/08/01/the-amazon-is-approaching-an-irreversible-tipping-point> Acesso em: 03 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 08 ago. 2019q. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2019/08/08/politics-this-week> Acesso em: 04 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Deforestation in the Amazon may soon begin to feed on itself.** The Economist, Londres, 15 ago. 2019r. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/08/15/deforestation-in-the-amazon-may-soon-begin-to-feed-on-itself> Acesso em: 04 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Forest fires in the Amazon blacken the sun in São Paulo.** The Economist, Londres, 22 ago. 2019s. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/08/22/forest-fires-in-the-amazon-blacken-the-sun-in-sao-paulo> Acesso em: 05 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Forest fires in the Amazon blacken the sun in São Paulo.** The Economist, Londres, 22 ago. 2019t. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/08/22/forest-fires-in-the-amazon-blacken-the-sun-in-sao-paulo> Acesso em: 05 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Letters to the editor.** The Economist, Londres, 24 ago. 2019u. Disponível em: <https://www.economist.com/letters/2019/08/24/letters-to-the-editor> Acesso em: 05 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **The Amazon's fires could burn Jair Bolsonaro.** The Economist, Londres, 29 ago. 2019v. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/08/29/the-amazons-fires-could-burn-jair-bolsonaro> Acesso em: 06 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Climate change: the trouble with trees.** The Economist, Londres, 18 set. 2019w. Disponível em: <https://www.economist.com/films/2019/09/18/climate-change-the-trouble-with-trees>. Acesso em: 06 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **A high-noon moment for Pope Francis over the Amazon.** The Economist, Londres, 04 out. 2019x. Disponível em: <https://www.economist.com/erasmus/2019/10/04/a-high-noon-moment-for-pope-francis-over-the-amazon> Acesso em: 07 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Brazil and Japan plotted a farming revolution in Mozambique.** The Economist, Londres, 14 nov. 2019y. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/11/14/brazil-and-japan-plotted-a-farming-revolution-in-mozambique> Acesso em: 07 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **The strange passivity of Jair Bolsonaro.** The Economist, Londres, 23 nov. 2019z. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/11/23/the-strange-passivity-of-jair-bolsonaro> Acesso em: 08 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **America's president dominated readers' attention in 2019.** The Economist, Londres, 21 dez. 2019a2. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/12/21/americas-president-dominated-readers-attention-in-2019>

ECONOMIST, The. **2019 in review: the year on the covers of The Economist.** The Economist, Londres, 23 dez. 2019b2. Disponível em: <https://www.economist.com/news/2019/12/23/2019-in-review-the-year-on-the-covers-of-the-economist> Acesso em: 09 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **A year of Jair Bolsonaro.** The Economist, Londres, 02 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2020/01/02/a-year-of-jair-bolsonaro> Acesso em: 10 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Jair's Year.** The Economist, Londres, 03 jan. 2020b. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/03/the-soaring-stockmarket> Acesso em: 10 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Jair Bolsonaro's contentious first year in office.** The Economist, Londres, 04 jan. 2020c. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/01/04/jair-bolsonaros-contentious-first-year-in-office> Acesso em: 11 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Pope Francis balks at a proposal to ordain married men in Amazonia.** The Economist, Londres, 12 fev. 2020d. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/02/12/pope-francis-balks-at-a-proposal-to-ordain-married-men-in-amazonia> Acesso em: 11 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Jair Bolsonaro isolates himself, in the wrong way.** The Economist, Londres, 11 abr. 2020e. Disponível em:

<https://www.economist.com/the-americas/2020/04/11/jair-bolsonaro-isolates-himself-in-the-wrong-way> Acesso em: 11 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Jair Bolsonaro's dangerous divorce.** The Economist, Londres, 30 abr. 2020f. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/04/30/jair-bolsonaros-dangerous-divorce> Acesso em: 12 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Does Jair Bolsonaro threaten Brazilian democracy?** The Economist, Londres, 11 jun. 2020g. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/06/11/does-jair-bolsonaro-threaten-brazilian-democracy> Acesso em: 13 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **A study names firms that buy products from areas with deforestation.** The Economist, Londres, 11 jun. 2020h. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/06/11/a-study-names-firms-that-buy-products-from-areas-with-deforestation>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **The Americas.** The Economist, Londres, 13 jun. 2020i. Disponível em: <https://www.economist.com/weeklyedition/2020-06-13> Acesso em: 15 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **How big beef and soya firms can stop deforestation.** The Economist, Londres, 11 jun. 2020j. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/06/11/how-big-beef-and-soya-firms-can-stop-deforestation> Acesso em: 14 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Black business matters.** The Economist, Londres, 12 jun. 2020k. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/06/12/black-business-matters> Acesso em: 15 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **A religious challenge to “no contact” with isolated indigenous groups.** The Economist, Londres, 09 jul. 2020l. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/07/09/a-religious-challenge-to-no-contact-with-isolated-indigenous-groups> Acesso em: 16 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **“Wall Street doing well is better than it causing chaos”—boom time for big banks.** The Economist, Londres, 17 jul. 2020m. Disponível em: <https://www.economist.com/podcasts/2020/07/17/wall-street-doing-well-is-better-than-it-causing-chaos-boom-time-for-big-banks> Acesso em: 16 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 18 julho. 2020n. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2020/07/18/politics-this-week> Acesso em: 16 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 25 jul. 2020o. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2020/07/25/politics-this-week> Acesso em: 17 mai. 2022.

MASLIN, Sarah. **Abandoned in the Amazon: how indigenous Brazilians fought covid-19.** The Economist, Londres, 25 set. 2020. Disponível em:

<https://www.economist.com/1843/2020/09/25/abandoned-in-the-amazon-how-indigenous-brazilians-fought-covid-19> Acesso em: 17 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Natural disasters quicken an already precipitous global loss of species.** The Economist, Londres, 19 set. 2020p. Disponível em: <https://www.economist.com/science-and-technology/2020/09/19/natural-disasters-quicken-an-already-precipitous-global-loss-of-species> Acesso em: 18 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 07 nov. 2020q. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2020/11/07/politics-this-week> Acesso em: 18 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **How Joe Biden might change policy towards Latin America.** The Economist, 08 ago. 2020r. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2020/08/08/how-joe-biden-might-change-policy-towards-latin-america> Acesso em: 19 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **What the world wants from Joe Biden.** The Economist, 14 nov. 2020s. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2020/11/14/what-the-world-wants-from-joe-biden> Acesso em: 19 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 12 nov. 2020t. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2020/11/12/politics-this-week> Acesso em: 19 mai. 2022.

MASLIN, Sarah. **Neither plagues nor scandals will topple Brazil's populist president.** The Economist, Londres, 17 nov. 2020u. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-ahead/2020/11/17/neither-plagues-nor-scandals-will-topple-brazils-populist-president> Acesso em: 20 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Politics this week.** The Economist, Londres, 03 dez. 2020v. Disponível em: <https://www.economist.com/the-world-this-week/2020/12/03/politics-this-week> Acesso em: 21 mai. 2022.

ECONOMIST, The. **Paris-anniversary climate pledges bring progress but fall short.** The Economist, Londres, 13 dez. 2020w. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2020/12/13/paris-anniversary-climate-pledges-bring-progress-but-fall-short> Acesso em: 21 mai. 2022.